



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA,  
NATUREZA E DINÂMICA DO ESPAÇO.**

**EDILANA WASNEY VIEIRA**



**TURISMO E USO DO TERRITÓRIO NO POLO MUNIM,  
MARANHÃO: Dinâmicas e perspectivas socioespaciais.**



**SÃO LUÍS – MA  
2018**

EDILANA WASNEY VIEIRA

TURISMO E USO DO TERRITÓRIO NO POLO MUNIM, MARANHÃO: Dinâmicas  
e perspectivas socioespaciais.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço do  
Departamento de História e Geografia da Universidade  
Estadual do Maranhão para obtenção do título de mestre  
em Geografia, Natureza e dinâmica do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira.

São Luís – MA  
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão

Vieira, Edilana Wasney.

Turismo e uso do território no polo Munim, Maranhão: dinâmicas e perspectivas socioespaciais / Edilana Wasney Vieira. – São Luís, 2018. 184f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira.

1. Turismo. 2. Polo Munim. 3. Território. 4. Políticas públicas. I. Título

CDU 911.372.2:338.482(812.1)


EDILANA WASNEY VIEIRA

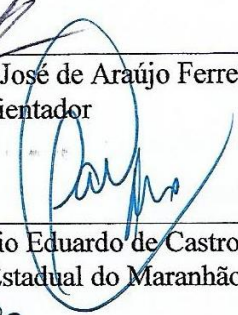
TURISMO E USO DO TERRITÓRIO NO POLO MUNIM, MARANHÃO: Dinâmica e perspectivas socioespaciais.


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título de mestre em Geografia, Natureza e dinâmica do Espaço.

Aprovada em 02 de março de 2018

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro  
(Universidade Estadual do Maranhão)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Rerisson Rocha da Costa  
(Universidade Estadual do Piauí)

São Luís – MA  
2018

## AGRADECIMENTOS

Embora uma dissertação seja, pela sua finalidade acadêmica, um trabalho individual, há contributos de natureza diversa que não podem e nem devem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

A DEUS, em primeiro lugar, pelo dom da vida e por me iluminar durante toda essa trajetória, pela oportunidade e pelo privilégio que me foi dado em compartilhar tamanha experiência.

A Família, em especial para minha avó materna, Maria de Castro, e minha mãe, Maria Dolores, pela criação que me foi concebida e pela torcida que se faz presente para a minha vitória.

A minha Tia Maria Lima (*in memoriam*), a quem dedico este trabalho, agradeço pelos seus ensinamentos e valores passados em vida. Uma pessoa amável e que sempre fez questão de incluir suas mensagens de incentivo e carinho a mim. Obrigada por tudo!

A Anderson Raulinelli, pelo apoio e compreensão durante toda o período do mestrado.

Ao Professor Doutor Antonio José de Araújo Ferreira, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela disponibilidade, (muita) paciência e generosidade reveladas ao longo desses anos de pesquisa, assim como pelas críticas, correções e sugestões relevantes feitas durante a orientação.

Ao professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação Dr. Fernando Bezerra pelo incansável apoio moral e permanente disponibilidade que em muito contribuíram para a execução desta dissertação.

A todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão, pelos ensinamentos, diálogo e apoio.

Agradeço à todos os funcionários da Universidade Estadual do Maranhão ,mas não poderia deixar de mencionar, “Nana”, a secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que atenciosamente atendeu aos meus telefonemas, solicitações e e-mails.

Aos colegas de curso, pela espontaneidade e alegria na troca de informações e materiais numa rara demonstração de solidariedade. Em especial agradeço a Karlla Fabianna, Gisselly Muniz, Marlon Sousa, Ronaldo Sodré e Laécio Dutra por todo o apoio, momentos de gargalhadas, apoio e amizade compartilhados além do ambiente acadêmico.

A Taissa Caroline e Josué Viegas pelo acolhimento durante o estágio internacional. Sou eternamente grata por toda ajuda disponibilizada por vocês durante minha curta estadia em Portugal. .

A Anny Portela pela sua enorme paciência ao prestar ajuda na elaboração dos mapas desta dissertação.

Áqueles que o esquecimento não me permitiu citar os nomes, agradeço.

Agradeço às seguintes Instituições pelo apoio, excelentes condições de trabalho que me proporcionaram e colaboração prestados, sem o qual não seria possível a concretização do trabalho de mestrado:

Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão;

Universidade Estadual do Maranhão;

Departamento de História e Geografia;

Secretária de Turismo do Estado do Maranhão.

*Mais uma vez, a todos os meus sinceros agradecimentos.*

## RESUMO

Visando estabelecer o desenvolvimento da atividade turística, o governo do Estado do Maranhão, lançou em 2010 a segunda versão do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Maranhão (Plano Maior 2010-2020), que propõe promover o turismo essa unidade da Federação de acordo com características e potencialidades municipais agrupadas em forma de polos turísticos. Nesse contexto, insere-se o Polo Munim que é integrado por seis municípios (Axixá, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Icatu, Morros e Rosário), cuja referência principal é o rio Munim. O objetivo dessa pesquisa é analisar a dinâmica de uso e ocupação do Polo Munim no período de 2010 a 2017, fornecendo subsídios para ações de manejo territorial. Buscamos ainda identificar os usos do território turístico nos municípios pertencentes ao referido Polo; compreender planos, programas e políticas públicas voltadas pra o desenvolvimento do turismo no Polo Munim; analisar os principais conflitos dos territórios turísticos pertinentes ao Polo. Para alcançar os objetivos propostos, usou-se da dialética, que permitiu uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade considerando que os fatos sociais só podem ser entendidos a partir de contextos políticos, econômicos, culturais, etc. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados foram: levantamento bibliográfico e cartográfico; levantamento documental; trabalho em campo; Entrevistas abertas; seleção, análise e interpretação dos dados. Os resultados apontaram que a regionalização proposta pelo Plano Maior adquire uma falsa preocupação desenvolvimentista, pois o turismo é praticado nos municípios sem planejamento por parte dos gestores estaduais, municipais e sociedade civil. O que é proposto pelo Plano Maior, continua algo somente descrito em documentos oficiais, de caráter retórico uma vez que, na prática, a visitação ocorre de maneira espontânea e pouco estruturada, pouco inclusiva no sentido de possibilitar a participação das comunidades, o que é reflexo de um modelo de turismo que possui baixo efeito multiplicador econômico e social.

**Palavras-Chave:** Turismo. Polo Munim. Território. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

Aiming to establish the development of tourism, the Maranhão State Government launched in 2010 the second version of the Tourism Development Plan of Maranhão (Major Plan 2010-2020), which proposes to promote tourism that unit of the Federation according to characteristics and municipal potential grouped in the form of tourist centers. In this context, the Munim Polo is inserted, consisting of six municipalities (Axixá, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Icatu, Morros and Rosario), whose main reference is the Munim River. The objective of this research is to analyze the dynamics of use and occupation of Polo Munim in the period from 2010 to 2017, providing subsidies for territorial management actions. We also sought to identify the uses of the tourist territory in the municipalities belonging to the said Pole; understand plans, programs and public policies aimed at the development of tourism in the Munim Polo; analyze the main conflicts of the tourist territories pertinent to the Pole. In order to reach the proposed objectives, it was used the dialectic, which allowed a dynamic and totalizing interpretation of reality considering that social facts can only be understood from political, economic, cultural, etc. contexts. For that, the methodological procedures adopted were: bibliographical and cartographic survey; documentary survey; field work; Open interviews; selection, analysis and interpretation of data. The results pointed out that the regionalization proposed by the Major Plan acquires a false developmental concern, since tourism is practiced in the municipalities without planning by the state, municipal and civil society managers. What is proposed by the Major Plan remains something only described in official documents, of a rhetorical character since, in practice, the visitation takes place in a spontaneous and unstructured way, not very inclusive in the sense of enabling the participation of the communities, which is reflecting a tourism model that has low economic and social multiplier effect.

**Keywords:** Tourism. Polo Munim. Territory. Public policy.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Estrutura organizacional do Programa de Regionalização do Turismo.....	48
<b>Figura 2:</b> Marca utilizada na promoção turística do Polo Munim. ....	68
<b>Figura 3:</b> Terrenos baldios utilizados para deposição de resíduos nos municípios de Axixá, Morros, Presidente Juscelino e Rosário – MA. ....	88
<b>Figura 4:</b> Lançamento de esgoto in natura em Presidente Juscelino – MA.....	89
<b>Figura 5:</b> Lançamento de esgoto in natura em Cachoeira Grande – MA.....	89
<b>Figura 6:</b> Praia de Santa Maria em Icatu. – MA.....	92
<b>Figura 7:</b> Cachoeira do Boqueirão, Icatu – MA.....	93
<b>Figura 8:</b> Sede do Poder Legistalivo de Icatu – MA. ....	94
<b>Figura 9:</b> Praça central do município de Icatu com vista para o rio Munim – MA.....	94
<b>Figura 10:</b> Lagoa do Arraial em Icatu – MA. ....	95
<b>Figura 11:</b> Rio Itatuaba em Icatu – MA. ....	95
<b>Figura 12:</b> Rios Una em Morros – MA.....	96
<b>Figura 13:</b> Cachoeira do Arruda em Morros – MA. ....	96
<b>Figura 14:</b> Pousada e Parque aquático Pedra Grande, Morros.....	98
<b>Figura 15:</b> Ciclo ritualístico e festivo da Morte do Boi, Morros – MA.....	99
<b>Figura 16:</b> Igreja de Nossa Senhora Aparecida em Morros – MA.....	99
<b>Figura 17:</b> Rio Munim em Axixá – MA. ....	100
<b>Figura 18:</b> Bunda meu boi de Axixá – MA. ....	101
<b>Figura 19:</b> Pedra do Tanque em Axixá – MA.....	102
<b>Figura 20:</b> Vista da Ilha de Perijuçara em Axixá. – MA. ....	102
<b>Figura 21:</b> Forte do Calvário no município de Rosário – MA.....	103
<b>Figura 22:</b> Estação da RFFSA em Rosário – MA.....	104
<b>Figura 23:</b> Balneário em pedra desativada em Rosário. ....	105
<b>Figura 24:</b> Rio Munim limite Cachoeira Grande e Presidente Juscelino.....	105
<b>Figura 25:</b> Balneário Aconchego do Munim em Presidente Juscelino.....	106
<b>Figura 26:</b> Balneário do Coroatá em Cachoeira Grande – MA.....	107
<b>Figura 27:</b> Terminal Rodoviário na sede dos municípios de Icatu, Morros e Rosário	116
<b>Figura 28:</b> Sistema rodoviário integrado da Região do Munim.....	117
<b>Figura 29:</b> Placas indicativas de distância em precárias condições.....	118
<b>Figura 30:</b> Placa de sinalização em Rosário – MA. ....	119
<b>Figura 31:</b> Pictogramas para sinalização de atrativos turísticos.....	120

<b>Figura 32:</b> Placa improvisada no Una de Moraes em Morros – MA.....	121
<b>Figura 33:</b> Duplicação da BR-135 trecho São Luís/Rosário, Maranhão.....	124
<b>Figura 34:</b> Infraestrutura asfáltica.....	125
<b>Figura 35:</b> Balsa utilizada para transporte de pessoas e mercadorias entre Presidente Juscelino e Cachoeira Grande. ....	126
<b>Figura 36:</b> Atracadouros nos municípios de Axixá, Cachoeira Grande, Icatu e Morros.....	127
<b>Figura 37:</b> Artesanato de Cerâmica em olaria em Rosário.....	148
<b>Figura 38:</b> Loja de artesanato em Morros, Maranhão.....	133
<b>Figura 39:</b> Folders de agências de viagens para divulgação de passeios em Morros..	135
<b>Figura 40:</b> Acessos ao Rio Una das pedras em Morros. ....	140
<b>Figura 41:</b> Taxas de cobrança para acesso de veículos.....	141
<b>Figura 42:</b> Construção de pousada a margem do Rio Una dos Moraes e restaurante no Una das Pedras, Morros.....	142
<b>Figura 43:</b> Passeio náutico em Morros no rio Una dos Moraes e em direção ao rio Munim em Axixá.....	144
<b>Figura 44:</b> Placa informativa sobre a proibição de som automotivo as margens do Rio Una em Morros, Maranhão.....	146
<b>Figura 45:</b> Uso da água do rio para o abastecimento de piscinas.....	147
<b>Figura 46:</b> Comercialização de Juçara na MA 402 em Axixá – MA.....	158

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Prodetur/NE. Valores aplicados por estado e fonte de recursos, 2005.....	54
<b>Gráfico 2:</b> Renda per capita dos municípios que compõem o Polo Munim 2010.....	83
<b>Gráfico 3:</b> Número de matrículas por municípios do polo Munim em 2015.....	84
<b>Gráfico 4:</b> Saneamento básico dos municípios do Polo Munim, 2010.....	86

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Municípios integrantes da RM Grande São Luís de acordo com a Lei Complementar Estadual.....	70
<b>Quadro 2:</b> Determinantes e características dos Municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís.....	72
<b>Quadro 3:</b> Proposições para o Turismo na RMGSL dos municípios que compõem o polo Munim.....	73
<b>Quadro 4:</b> Investimentos do Ministério do Turismo em Infraestrutura de apoio turístico anterior a criação do Polo Munim.....	109
<b>Quadro 5:</b> Investimentos do Ministério do Turismo em Infraestrutura de apoio turístico após a criação do Polo Munim, 2010 a 2016.....	110
<b>Quadro 6:</b> Equipamentos e serviços turísticos do Polo Munim.....	144
<b>Quadro 7:</b> Quantitativo de municípios por ano de 2000 a 2017.....	145
<b>Quadro 8:</b> Exigências, compromissos e recomendações para a Região Turística.....	145
<b>Quadro 9:</b> Exigências, compromissos e recomendações por Municípios para nova regionalização.....	146
<b>Quadro 10:</b> Síntese dos atrativos turísticos de Chapadinha e Vargem Grande.....	150
<b>Quadro 11:</b> Organização do Polo Munim por ano de regionalização do Mtur.....	152

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização do Polo Turístico Munim – MA, Brasil.....	20
<b>Mapa 2:</b> Mapa do Plano Maior (2000-2010) – Polos Turísticos do Estado do Maranhão.....	59
<b>Mapa 3:</b> Mapa do Plano Maior (2010-2020) – Polos Turísticos do Estado do Maranhão. .....	63
<b>Mapa 4:</b> Mapa dos polos turísticos de São Luís, Munim e Lençóis Maranhenses, Maranhão.....	69
<b>Mapa 5:</b> Mapa da Região Metropolitana e polo Munim, Maranhão.....	71
<b>Mapa 6:</b> Mapa de Localização da APA de Upaon-Açu, Maranhão.....	76
<b>Mapa 7:</b> Sobreposição Polo Munim, Região metropolitana e Apa de Upaon-açu.....	78
<b>Mapa 8:</b> Mapa de atrativos turísticos do Polo Munim.....	91
<b>Mapa 9:</b> Roteiro de passeio náutico no Rio Una dos Moraes em Morros, Maranhão.	108
<b>Mapa 10:</b> Roteiro de passeio náutico em Morros e Axixá, Maranhão.....	109
<b>Mapa 11:</b> Roteiro de passeio náutico em Presidente Juscelino e Cachoeira Grande, Maranhão.....	110
<b>Mapa 12:</b> Mapa de Infraestrutura do Polo Munim, Maranhão.....	123
<b>Mapa 13:</b> Mapa de estabelecimentos do Polo Munim.....	128
<b>Mapa 14:</b> Mapa da Nova regionalização Turística do Maranhão.....	153
<b>Mapa 15:</b> Mapa da nova regionalização do Polo Munim, Maranhão.....	184

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1:</b> Polo Munim - evolução da População por Região de Planejamento em 2010 e 2017.....	81
<b>Tabela 2:</b> Número de estabelecimentos por municípios do Polo Munim.....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BNB	Banco do Nordeste
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FJP	Fundação João Pinheiro
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo.
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LCE	Lei Complementar Estadual
MOB	Mobilidade Urbana
MTUR	Ministério do Turismo
PDM	Plano Diretor Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PMSB	Planos Municipais de Saneamento Básico
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo
PRDNE	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RFFSA	Ferrovária Federal Sociedade Anônima
SECID	Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo

UC

Unidade de Conservação

UFF

Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
2.1 Procedimentos Metodológicos.....	25
<b>3. GEOGRAFIA, TURISMO E USO DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>29</b>
3.1. O conceito de território.....	29
3.2 Abordagem territorial a partir do turismo na contemporaneidade.....	36
<b>4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO NO BRASIL.....</b>	<b>42</b>
4.1 Marcos regulatórios do planejamento do turismo no Brasil.....	41
4.2 Política de desenvolvimento regional: Prodetur/NE e o Maranhão. ....	54
4.3 Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão.....	55
<b>5. O POLO MUNIM.....</b>	<b>66</b>
5.1 Localização.....	66
5.2 Sobreposições Territoriais: APA x RMGLS x Polo Turístico.....	69
5.3 Indicadores socioeconômicos do Polo Munim.....	80
5.4 Atrativos Turísticos. ....	89
5.5 Infraestrutura de Apoio Turístico. ....	110
5.6 Equipamentos e Serviços Turísticos.....	126
5.7 Conflitos .....	135
5.8 Perspectivas .....	149
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>161</b>
<b>7. REFERÊNCIAS. ....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.8</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>183</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O território é umas das categorias conceituais geográficas mais importantes para compreensão do espaço e suas interpretações a partir das relações que nele existem, pois segundo Cruz (2005) o uso do território resulta da análise de sua configuração, constituição e apropriação ao longo do tempo, assim evidenciados a partir das dinâmicas econômico-sociais e da infraestrutura existente.

A Geografia tende a estudar cada vez mais o uso do território pelo turismo priorizando as atividades econômicas exercidas e analisando como a população pode ou não ser beneficiada. As atividades econômicas influenciam no domínio e uso de um determinado território, a exemplo do turismo, tratado aqui como elemento principal de análise.

Para entender toda essa dinâmica socioespacial que envolve a prática do turismo e a Geografia, é preciso entender a aplicabilidade da categoria território, que assim como o espaço é uma das vertentes mais analisadas atualmente pela ciência geográfica. “A abordagem geográfica e territorial do turismo fornece subsídios para uma melhor compreensão dos processos de produção e organização do espaço, (...) assim como uma análise dos impactos sociais, econômicos e ambientais” (FONTOURA; ANDRADE, 2008, p. 2-3).

Por ser uma característica marcante da atividade turística, a apropriação de territórios necessita que seu desenvolvimento esteja incluído à organização e às relações territorialmente já existentes nas localidades. Para melhor desempenho do turismo faz-se imprescindível a conexão de políticas públicas aplicadas á ações de intervenção no território.

O planejamento da atividade turística através de políticas públicas decorre das necessidades na resolução de problemas sociais, ambientais e culturais, pois apesar de oferecer ganho em alguns aspectos, pode ser considerada uma atividade de risco sem que exista um planejamento adequado (SANTOS, TEIXEIRA, 2009). O turismo, que outrora era comumente conhecido apenas como um ramo da Economia passa a ser entendido como uma temática multidisciplinar. A atividade se articula com outros campos do conhecimento, o que impulsiona estudos sobre suas reações no território. Por conseguinte, o planejamento e o ordenamento territorial do turismo são um campo que vem se expandindo no intuito de se pensar racionalmente a atividade por intermédio de intervenções das políticas públicas que tenham a competência de ordená-la num território.

Diante desta preocupação em ordenar a prática do turismo, somente a partir da década de 1940 surgem as primeiras ações públicas. Neste período a atividade ainda era incipiente e não possuía prioridade como política pública, de maneira que somente a partir no ano de 2000 passa a ganhar notoriedade na esfera do governo federal.

Para tanto, as políticas oriundas deste período possuíam caráter centralizador em seus planejamentos e a partir do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) passam a apresentar uma descentralização em campo de atuação do desenvolvimento municipal. O PRT utilizou como estratégia central a roteirização turística, com vistas em agrupar municípios que possuíssem atrativos e potenciais similares entre si, ligando-os em regiões, de forma a ampliar as opções turísticas e aumentar o poder de atratividade.

Como resultante deste agrupamento a partir de características similares, as Unidades de Federação ficaram na incumbência de elaborar as receptivas regiões turísticas. Caberia assim ao Estado o papel de dispor sobre aspectos normativos de ordenamento territorial do setor e a responsabilidade pela definição das políticas turísticas integradoras assim como a coordenação dos mecanismos de incentivo para desenvolvê-las.

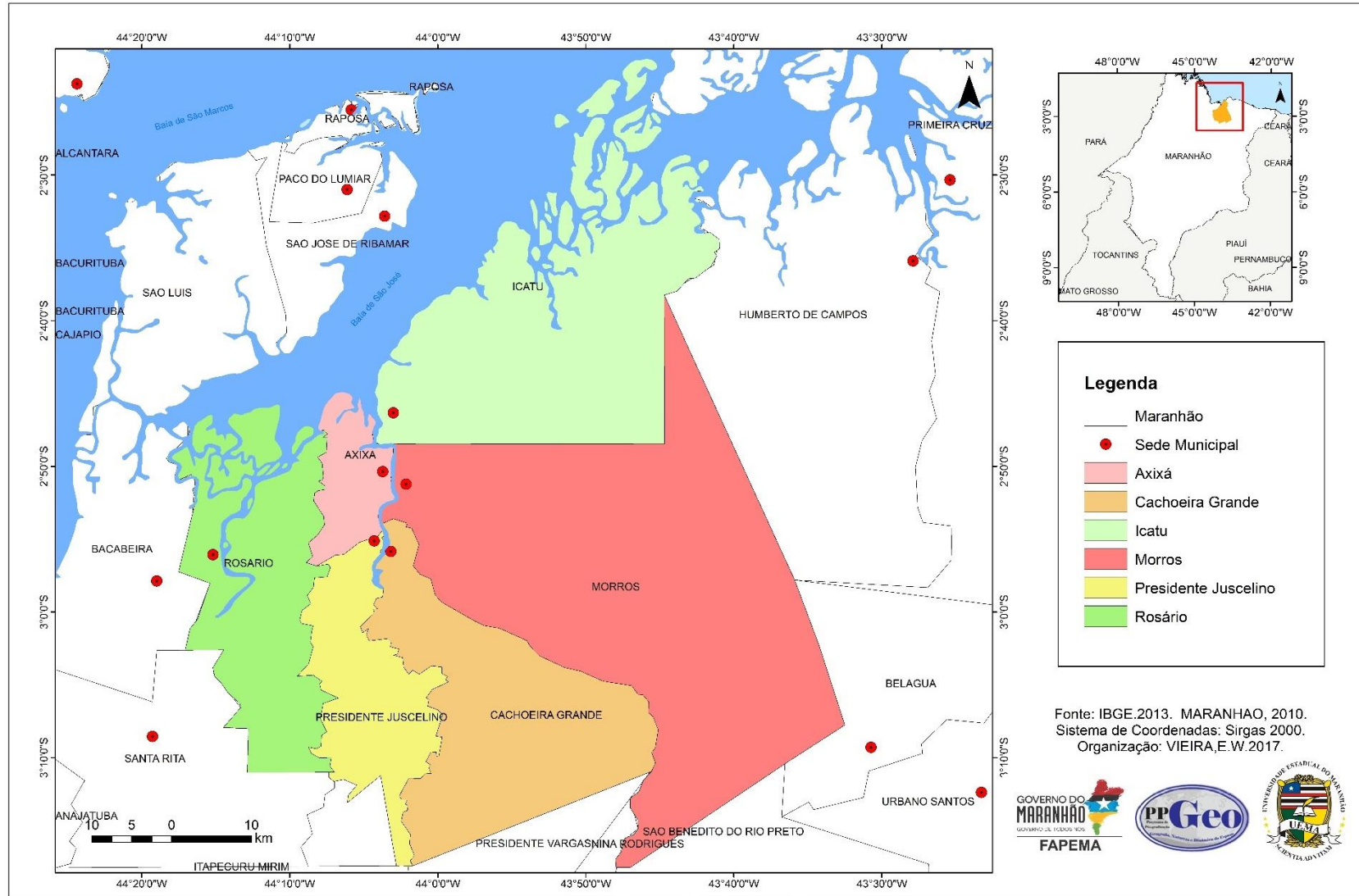
A ideia de regionalizar proposta pelo PRT não se resume apenas no ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridade, pois sua diretriz indicam a estruturação de um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, e comunidade.

Analisar a descentralização do turismo carece de imediato, compreender os recortes territoriais constituídos na região. Fundamentado a partir do reconhecimento das regiões turísticas pode-se pensar e elaborar análises críticas dos usos e possibilidades levando em conta as especificidades da formação territorial da região pleiteando ações conjuntas entre projetos e as diretrizes nacionais e regionais de desenvolvimento do turismo.

Seguindo a idealização proposta pelo Ministério do Turismo através do PRT, o governo do estado do Maranhão elaborou o Plano Maior de Turismo, cuja primeira versão foi lançada em 2000, e uma segunda mais recente em 2010, dividindo-o em 10 polos turísticos de acordo com características e potencialidades, agrupadas em um conjunto de municípios (FERREIRA, 2007), a exemplo do Polo Munim, que é o recorte espacial desta pesquisa.

O Polo Turístico Munim, criado em 2010, abrange os municípios de Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Presidente Juscelino, Morros e Rosário (Mapa 1).

Mapa 1- Localização do Polo Turístico Munim – MA, Brasil.



Fonte: IBGE, 2013; MARANHÃO, 2010. Adaptação VIEIRA, E.W.2017

Esse polo está situado na Área de Proteção Ambiental de Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças, criada pelo Decreto nº 12.428 de 12 de Julho de 1992, assim como pertencem a Região Metropolitana da Grande São Luís, que atualmente abrange 13 municípios. A sobreposição desses três recortes territoriais (Polo Turístico, Área de Proteção Ambiental e Região Metropolitana) dá início às discussões da necessidade do disciplinamento do uso do território.

Surge, assim, a reflexão sobre a efetividade, ou não, das políticas públicas de turismo e sua participação no ordenamento territorial. Nessa perspectiva, o presente trabalho tenta contribuir para o debate acadêmico e científico que ressalta a importância da articulação entre a categoria do ordenamento territorial e as políticas públicas de turismo no Maranhão. Por serem escassos os trabalhos que aborda a atividade turística no recorte do Polo Munim, bem como políticas públicas de ordenamento territorial para o turismo, este trabalho traz algumas discussões e aponta alguns caminhos para se refletir sobre a questão em tela.

Para a realização desse trabalho objetivamos analisar a dinâmica de uso e ocupação do Polo Munim no período de 2010 a 2017. Como subsídio para o alcance dessa análise elencam-se objetivos específicos que têm por finalidade identificar os usos do território turístico nos municípios pertencentes ao Polo; compreender planos, programas e políticas públicas voltadas pra o desenvolvimento do turismo e ordenamento do território no Polo Munim e analisar os principais conflitos dos territórios turísticos pertinentes ao Polo. O recorte temporal desta análise abarca 2010, ano de criação do polo de acordo com o Plano Maior (2010 -2020) estendendo-se até o momento presente (2017).

Seccionamos a pesquisa em três capítulos, que discutirá o turismo a partir do ordenamento territorial, as políticas públicas federais e estaduais, enquanto as demais informações pertinentes ao Polo Munim comporá o trabalho, à medida que a pesquisa o demande.

No capítulo *Geografia, turismo e uso do território* – tratam-se das discussões sobre o território enquanto categoria da geografia nos fornecendo suporte para entender as relações de poder que se estabelecem no espaço geográfico. Buscamos, nesse capítulo, fazer um paralelo de discussões de diversos autores que se debruçam sobre a categoria discutindo o conceito para além do território, entendendo abordagem territorial a partir do turismo. Ressalta-se aqui, a necessidade do entendimento conceitual do ordenamento

territorial, das decisões que afetam o território, englobando o planejamento estratégico e a política regional.

*A Política Pública e o turismo no Brasil* é o título do Capítulo que apresentamos a trajetória das políticas públicas direcionadas para a atividade turística no país, abordando o debate paradigmático em torno da questão das políticas de descentralização do turismo.

Parte-se, aqui, do levantamento das principais políticas públicas de turismo desde o seu surgimento até 2017. Esse debate dá ênfase ao desenvolvimento regional do turismo a partir das políticas em nível federal; a gestão compartilhada entre gestores estaduais, municipais e representantes da sociedade civil através da inserção de fóruns e conselhos; a categorização dos municípios turísticos e percalços do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão.

Ainda nesse capítulo procurou-se discutir a importância do planejamento descentralizado para o turismo e a formação das regiões turísticas do Maranhão a partir da implementação do Plano Maior (2000 e 2010) como política pública do Maranhão.

*O Polo Munim* – apresenta-se a atual configuração dos atrativos turísticos, os principais indicadores, a espacialização das infraestruturas dos empreendimentos e as normatizações legais disponíveis para os municípios que compõem o polo.

Posteriormente tal capítulo apresenta a breve caracterização do polo em estudo, elencando-se os conflitos decorrentes dos usos do território pela atividade turística assim como as perspectivas do turismo. Essa abordagem fornece subsídios para uma melhor compreensão da organização territorial a partir do turismo, bem como busca mostrar como o ordenamento territorial da atividade se articula com a reprodução das desigualdades socioterritoriais vivenciadas no polo Munim.

## 2. METODOLOGIA

O desenvolvimento dessa pesquisa concentra-se na categoria de território relacionando-a à atividade turística. Para entender os questionamentos oriundos dessa categoria de análise e da atividade turística, usar-se-á a abordagem dialética, que permite compreender como os indivíduos moldam o território e ao mesmo tempo são moldados por ele.

A Geografia, segundo a perspectiva do método dialético configura-se na discussão de ideias, o que equivale a reconhecer que o pensamento elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento recriando um significado ao objeto, criando uma tensão entre os dois modos de pensamento. Essa relação de contradições permite a negação do senso comum por si só, que se expressa na simples aparência dos objetos e ao ultrapassar essa simples aparência ele usa da crítica em busca da essência dos objetos (SPOSITO, 2004).

A contradição é uma característica básica desse método, que segundo Japiassu e Marcondes (1990, p. 167) “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então a verdade, fruto da razão”.

Ao escolher o método dialético para estudar o território e seus arranjos, o pesquisador deve trabalhar com o desenvolver dos processos na sua totalidade. Para isto, três leis básicas sustentam a dialética: a transformação da quantidade em qualidade, a unidade e interpretação dos contrários e a negação da negação (MIORIN, 1991; SPOSITO, 2004).

No método dialético os dados quantitativos devem ser utilizados no desencadeamento de análises qualitativas da realidade. Os dados quantitativos não devem ser descartados por um pesquisador que adota o método dialético. Porém, esses dados devem ser utilizados no desenvolvimento de análises qualitativas da realidade. Essa utilização, geralmente, ocorre em fases iniciais da pesquisa, sendo, desse modo, um “a priori”, devendo ser aprofundada por um processo de observação e análise detalhada do real o que, muitas vezes, pode colocar em contradição vários dados estatísticos coletados.

No que tange à interpretação dos contrários, os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. As contradições não expressam dualismos, mas sim pares dialéticos que devem ser analisados criticamente, como por exemplo, a pobreza e riqueza, o mercado e o Estado, a matéria e a consciência, necessário e contingente, forma e

conteúdo, realidade e possibilidade, tempo e espaço. Os pares dialéticos mostram que os fenômenos, em sua essência, integrando uma só dinâmica fazendo parte de uma conexão de ideais contrárias que estão na mesma unidade.

Todo movimento, transformação ou desenvolvimento opera-se por meio das contradições ou mediante a negação de uma coisa. Essa negação se refere à transformação das coisas. Dito de outra forma, a negação de uma coisa é o ponto de transformação das coisas em seu contrário. A negação, por sua vez, é negada. Por isso se diz que a mudança dialética é a negação da negação. Por intermédio da “negação da negação”, busca-se sempre o conhecimento, sem contentamentos ou conclusões precipitadas. Nessa análise, tem-se um conhecimento que, ao ser negado, gera outro conhecimento, que, por meio da sua negação, gera outro mais profundo em conteúdo, e assim sucessivamente. O processo de busca pelo conhecimento da essência dos objetos é infinito para o pesquisador que opta pela dialética como caminho teórico-metodológico.

A dialética do território na formação histórico-geográfica, não pode ser percebida apenas como exterior à sociedade que o habita, ele é uma parcela de identidade, da relação afetiva que o grupo/indivíduo tem com o espaço, podendo ser pensado como uma representação de valores, crenças, ideologias, imagens etc.

Milton Santos (1996, p.16) coloca que o território são formas, “mas o território usado são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado”. Para ele, são essas ações e relações do cotidiano que ocorrem no território que permitem compreendê-lo, afirmando-se a dialética existente no território. Para compreender as transformações que os grupos fazem no espaço, é necessário entender a dinâmica das relações sociais que permeiam os grupos; para tal, é preciso que se faça uma análise aprofundada de como os grupos se organizam no território, como se hierarquizam socialmente.

Diante dessa perspectiva, fica indispensável salientar que o método dialético possui uma análise crítica que contempla inúmeras variáveis, ou seja, os fatores que contribuíram na construção de determinada realidade. O uso do território pelo turismo vai além de um lugar apenas político, ele expressa valores, ritos, afetividades, culturas, identidades e representações, que estão presentes na memória coletiva do grupo. Nesse propósito é possível ter uma visão mais ampla e aprofundada da atual situação do objeto estudado, o território e seu uso pelo turismo.

O território pode ser compreendido de diferentes maneiras através da dialética. Existem abordagens que se complementam e são multidimensionais frente ao território. Há quem priorize uma das dimensões sociais. É através dessas diferenças que se baseia a

proposta de análise para o entendimento da formação do território e suas inúmeras configurações.

É inegável que a discussão polissêmica sobre a concepção de território produz controvérsias, contudo não modifica o foco da questão que diz respeito à apropriação do espaço em diferentes escalas geográficas e diferentes grupos, pelas relações de poder.

## 2.1 Procedimentos Metodológicos

A fim de melhor delimitar os procedimentos metodológicos e com base nos objetivos desta pesquisa foi realizado estudo exploratório com intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema. A pesquisa exploratória consiste, a priori, no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente (RAUPP; BEUREN, 2006).

Para construir o arcabouço teórico preliminar que sustentará as análises que envolve o uso do território e as relações conflitivas em função da atividade turística no Polo Munim foram realizados como ponto de partida o levantamento de dados bibliográficos e documentais.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências com o objetivo de captar informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura analisar (FONSECA, 2002). Partindo desse pressuposto usaram-se os trabalhos feitos por: Raffestin (1993), Haesbaert (2002, 2004), Souza (2001), Santos (1985; 1996 e 2001) Saquet (2007), contribuindo para uma análise do conceito de território; Beni (1999; 2002; 2006 e 2012), Cruz (2000; 200; 2003 e 2005), Coriolano (2006), Fratucci (2000 e 2014); Knafou (2001), aprofundando a relação território e o turismo; Ferreira (2007; 2002 e 2014) e Costa (2015) sobre a análise da atual conjuntura do estado do Maranhão e Vieira, Ferreira, Serra (2016) sobre a configuração do turismo no Polo Munim.

O levantamento de documentos oficiais apoiaram as afirmações e explicações desenvolvidas propiciando o aprofundamento das informações do referencial bibliográfico. Devido suas características, o levantamento documental pode ser confundido com a pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (1999) o que as difere é quanto à natureza das fontes, do qual a bibliográfica refere-se à contribuição de vários autores sobre determinada temática e a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico.



Silva e Grigolo (2002), afirmam que o uso da pesquisa documental visa interpretar a informação bruta e extrair algum valor podendo, desse modo, contribuir para a comunidade científica. Para análise desta pesquisa foram utilizados: Relatórios do Ministério do Turismo (2002, 2003, 2005, 2004, 2005, 2007, 2011, 2013 e 2016); Plano de desenvolvimento turístico do Maranhão – Plano Maior (2000 e 2010); Relatórios anuais do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (2008, 2012 e 2016); Plano Diretor Municipal de Icatu (2006) e Plano Diretor Municipal Rosário (2006); Plano de Manejo da APA Upaon-Açu / Miritiba / Alto Preguiças (2015); Plano de Ações estratégicas do Polo Munim (2014b), Matriz de atratividade do Polo Munim (2014 e 2017); Censo do IBGE (2010), dentre outras fontes mais diversificadas como jornais (Anexo I), revistas (Anexo II), fotografias.

A análise dos dados bibliográficos e documentais se fez presente nas fases iniciais da pesquisa, sendo aprofundada por meio de observação e análise detalhada da realidade através do trabalho de campo.

No segundo momento realizaram-se quatro trabalhos de campo direcionados para o registro fotográfico, coleta de pontos para elaboração de mapas, realização de entrevistas abertas, discussão sobre o referencial teórico em contraposição a realidade e posteriormente a compreensão do território e do turismo a partir dos conflitos e perspectivas no polo em apreço. Lima e Assis (2005, p. 112) afirmam que o trabalho de campo se configura como a interação do pesquisador e objeto “articulando a teoria à prática, através da observação e da análise do espaço vivido e concebido”.

Para efeito desta pesquisa foram realizadas 4 etapas de campos compreendendo todos os 6 municípios do Polo Munim (Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário). O primeiro trabalho de campo ocorreu de 04 a 06 de dezembro de 2015; o segundo desenvolveu-se de 20 a 22 de abril de 2016; o terceiro no período de 05 a 08 de setembro de 2016; a quarta etapa de 05 a 09 de julho de 2017.

Durante os 4 trabalhos de campos realizaram-se as entrevistas abertas. De acordo com Ribeiro (2008) a vantagem da utilização desse tipo de entrevista se faz devido à flexibilidade na aplicação, facilidade de adaptação de protocolo, a viabilidade de esclarecimentos de respostas, a taxa de resposta elevada além de permitir a obtenção de grande riqueza informativa intensiva, holística e contextualizada.

As entrevistas abertas atendem principalmente as finalidades exploratórias, que segundo Boni e Quaresma (2005):

[...] bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante. (BONI; QUARESMA, 2005. p. 74).

Nas entrevistas abertas foram adotadas de um roteiro com temas pré-estabelecidos podendo ou não sofrer alterações de acordo com o diálogo com o entrevistado. Os temas foram organizados de acordo com o grupo de entrevistados (Apêndice I e II). Optamos por dois grupos essenciais a serem entrevistados: representantes políticos da esfera municipal e estadual, assim como comunidade local.

As entrevistas com os representantes políticos municipais e estaduais têm por objetivo compreender as ações dos municípios na gestão e ordenamento da atividade turística no Polo Munim. Foram realizadas 6 entrevistas com gestores municipais e 1 da gestão estadual. Dentre os gestores municipais aplicaram-se as entrevistas para: 1 secretário de turismo e cultura de Axixá; 1 secretário de turismo, cultura e esportes de Cachoeira Grande; 1 secretário de turismo, meio ambiente e esportes de Icatu; 1 secretário de Presidente Juscelino; 1 secretário de Turismo de Rosário, 1 secretários de turismo e meio ambiente em Morros. Vale ressaltar que os 6 secretários foram entrevistados referente à gestão municipal no período de 2012 a 2016. Aplicou-se também uma entrevista com a coordenadora da regionalização do Estado do Maranhão, esta por fim, representou a gestão Estadual.

Devemos ressaltar a observação realizada por Knafou (1996) quando destaca que a comunidade local também atua no processo de (re)produção do turismo, seja como empreendedores ou exercendo a sua função de receptores. Diante disto aplicaram-se entrevistas abertas aos residentes dos seis municípios: (3) Axixá; (2) Cachoeira Grande; (3) Icatu; (4) Morros; (2) Presidente Juscelino e (2) Rosário. As entrevistas junto a esses sujeitos sociais teve o intuito de investigar a dinâmica das relações subjacentes à atividade turística no polo turístico analisando suas implicações no território e identificando eventuais confrontos entre territorialidades. Ressaltamos que os entrevistados optaram pela ocultação de seus nomes nessa dissertação.

Para a construção desse trabalho, todas as entrevistas foram gravadas em mídia digital e posteriormente transcritas Word e analisadas segundo o grau de relevância das informações.

Com a utilização de software ArcGis 10.1 simultaneamente com a base de dados cartográfica disponibilizado em *shapefile* pelo IBGE (2014 , 2016), DNIT (2015) foram elaborados mapas de localização do Polo Munim, Mapa de polos turísticos 2000 e 2010, Mapa da região metropolitana da Grande São Luís, Mapa da Apa de *Upaon-Açu /Miritiba /Alto Preguiças*, Mapa de infraestrutura e o Mapa da nova regionalização do Polo Munim.

As informações coletadas em campos somadas às informações das matrizes de atratividades do Polo Munim (2014 e 2017) e informações cedidas durante as entrevistas serviram de subsídio para a elaboração do Mapa dos Atrativos Turísticos e do Mapa de Empreendimentos no Polo Munim. Para a construção desses dois mapas supracitados se fez necessário o uso da coleta de pontos *in loco* através da utilização de GPS (*Global Positioning System*) Garmin, posteriormente copilados a partir do uso de técnicas de geoprocessamento através do ArcGis 10.1. Os arquivos vetoriais de base para elaboração dos mapas da divisão territorial, indicações das mesorregiões e microrregiões geográficas e municípios de cada região, foram obtidos junto ao IBGE (2014).

Os pontos capturados com a utilização do GPS Garmin, assim como os registros fotográficos foram adquiridos à medida que os trabalhos de campos se sucederem.

Após o levantamento dos dados bibliográficos e documentais, visitas *in loco*, aplicação de entrevistas abertas, elaboração de mapas temáticos e registros fotográficos, defrontou-se com os aspectos mais críticos da pesquisa: o tratamento dos conteúdos coletados após aplicação dos instrumentos usados na coleta dos dados. É importante ressaltar que todos os procedimentos metodológicos ofereceram suporte à construção das análises tanto da fundamentação teórica descrita quanto dos resultados da pesquisa.

**CAPÍTULO III**

---

**GEOGRAFIA, TURISMO E USO DO TERRITÓRIO.**

### 3. GEOGRAFIA, TURISMO E USO DO TERRITÓRIO.

#### 3.1. O conceito de território.

A ciência geográfica construiu discussões sobre o conceito de território tornando-o polissêmico. Ainda que as reflexões sobre essa categoria de análise também perpassem por outras áreas<sup>1</sup>, é inegável o reconhecimento do esforço realizado por uma gama de geógrafos embasados por diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

No amplo leque de discussões que animam o debate geográfico, emerge a referente ao território, sobretudo, na Geografia Política do século XIX onde predominava a noção de território “como um espaço de poder demarcado, controlado e governado e, assim, fixo” (SILVA, 2009, p. 100). Nesse século, Friedrich Ratzel, apareceu como grande precursor da abordagem do território e tem como universo de análise as disputas territoriais entre os Estados europeus a partir do contexto alemão.

A teoria ratzeliana “naturaliza o povo e o território, ligando-os ao Estado-Nação” (SAQUET, 2007, p. 31) tornando-se um poderoso instrumento de compreensão do espaço, como ferramenta de grande apoio para expansão territorial da época e fundamentava-se nos pressupostos metodológicos e filosóficos prevaletes do pensamento positivista.

Desse modo, pode-se dizer que o território mencionado por Ratzel dependeria do controle de posse de caráter expansionista de novos territórios como fator fundamental na construção de Estados:

(...) a sociedade que consideramos , seja grande ou pequena , deverá manter, sobretudo a posse do seu território sobre o qual e graças ao que ela vive. Quando essa sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado (RATZEL, 1990, p.76).

Isso implica que o território é base para a efetivação da vida humana, sinônimo das condições naturais como a terra, primordiais a todos os povos sob o domínio do Estado (SAQUET, 2007); em outras palavras, a sociedade teria necessidade imprescindível de um território, abordagem essa, que incorporou mais força diante das constantes disputas por mercados consumidores pelos países capitalistas desenvolvidos, e o conceito de território confundia-se com a noção de “espaço vital” enquanto elemento do processo de “desenvolvimento” dos Estado-Nação.

---

<sup>1</sup> Haesbaert (2004) realizou um amplo levantamento das concepções de território nas Ciências Humanas, as quais abrangem a Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Economia, mas, também, a Filosofia e a Etologia.

Mesmo firmando-se aos pressupostos metodológicos da matriz teórica do pensamento positivista, Ratzel representava uma visão vanguardista na medida em que compreendia o espaço na condição “de equilíbrio dinâmico entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades” (MORAES, 1986, p.56).

Noutra perspectiva de compreensão, a partir da década de 1960-70, o movimento de redescoberta do conceito de território rompe, tendo em vista que:

“[...] os preceitos teórico-metodológicos do pensamento positivista do final século XIX, reflete o próprio processo de renovação do pensamento geográfico, agora sob influência da corrente de pensamento pautada no materialismo histórico dialético e da corrente fenomenológica que juntas traduzem perspectivas múltiplas de análise do território.” (FERREIRA, 2014, p. 116.)

A redescoberta do conceito de território em uma abordagem fenomenológica quebra o paradigma ratzeliano e reconsidera o conceito de território estabelecendo relações harmônicas *versus* conflituosa entre o homem e o espaço.

Para Paul Claval (1999) a análise do território pode ser compreendida a partir três eixos. O primeiro seria atribuído ao eixo do *poder*, com ênfase no Estado-Nação do qual predominam a soberania e o controle. Na análise do território feita por Andrade:

[...]o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

No segundo eixo proposta por Claval (1999) seria quanto à *realidade social* atribuída à naturalização do território e á abordagem crítica e marxista do espaço. E o terceiro eixo pertencente aos *símbolos e à representação* compreendendo uma análise da dimensão simbólica do território, entendido como espaço vivido.

Haesbaert sublinha que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções [...] (HAESBAERT, 2002, p. 38)

Como resultado desse raciocínio, é relevante ressaltar que de acordo com Haesbart (2004) o território passa às condições de caráter de domínio jurídico-político, cultural e econômico. O território nessas três perspectivas passa ser produto socioespacial resultante de relações de poder concretas e simbólicas vinculadas aos interesses. Costa (2005) discute o conceito de poder atribuído a esses dois sentidos: o simbólico e um

funcional/concreto. As diversas relações presentes no território exteriorizam ações de poder que se adquirem como dominação (funcional) e apropriação (simbólico).

Assim, na tentativa de entender a multiplicidade das manifestações no território, Haesbaert (2007) entende por território funcional como um domínio político e economicamente estruturado (enfoque mais concreto) e o território simbólico como elemento de apropriação identitária determinada por ações de certos grupos sociais sobre o espaço onde se expressam socialmente.

Sob um olhar mais funcional, o território representa:

(...) a base espacial onde estão dispostos objetos, formas e ações construídas pelos atores sociais e historicamente determinadas segundo as regras do modo de produção vigente em cada época, ou seja, pelas relações sociais de produção (BOLIGIAN & ALMEIDA, 2003, p. 241).

A funcionalidade do território expressada por Boligian & Almeida (2003) consiste na ideia de território como recurso. Os territórios funcionais constituem a forma em forças, econômicos e políticos.

Já na perspectiva simbólico-afetiva é entendido como:

(...) o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN & ALMEIDA, 2003, p. 241).

Nessa perspectiva simbólica, o território reflete uma dimensão mais subjetiva, que Haesbaert & Limonad (2007, p. 43) denominam “consciência, apropriação ou mesmo em alguns casos, identidade territorial”.

Ressaltamos aqui que o território funcional não deixa de conter elementos do simbólico e vice-versa, o que faz com que os funcionais e simbólicos, sejam analisadas de forma indissociáveis. Partindo desse princípio Haesbaert admite que:

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. (HAESBAERT, 2007, p. 23).

O território aqui adquire multifuncionalidade e depende das relações e correlações que se manifestam nas suas escalas e nos seus agentes sociais. Para isto Saquet (2009) reconhecendo a importância da escala na análise do território, descreve a territorialidade. A territorialidade é entendida pelo autor como “fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos” (SAQUET, 2009, p. 88). Deste modo, devemos primordialmente discernir os territórios conforme

aqueles que os constroem e/ou controlam, sejam eles indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas, instituições etc.

Nessa perspectiva o próprio território ganha uma identidade, não em si mesma mas pelos atores sociais da coletividade que o constroem que nele vive e o produz em um processo dinâmico e por isso dialético. Saquet (2010) acrescenta que a territorialidade traduz o conjunto daquilo que se vive cotidianamente recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no território. Saquet (2010) advoga que a territorialidade exprime-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais.

Reconhecendo a importância da escala na análise da territorialidade Fernandes (2009, 2012) propõe uma análise do território por dimensões materiais e imateriais territorialidade num sentido mais ontológico. O território material no entendimento de Haesbaert (2007) como um controle do espaço físico e de seus objetos, mas se sustenta através das relações de poder que se externam no território imaterial. Por sua vez, o território imaterial diz respeito ao controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada” (HAESBAERT, 2007, p. 25).

O fato é que o debate a partir de sua vinculação em uma perspectiva material e imaterial “designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (SPOSITO, 2009, p. 11). A sobreposição indissociável das formas de utilização funcional e apropriação simbólica do território são entendidas por Haesbaert (2004; 2007) como multiterritorialidades. Haesbaert (2002) identifica, assim, uma multiplicidade ou diversidade territorial de justaposição de tipos territoriais distintos e complexos.

Haesbaert (2004; 2007) se refere a uma multiterritorialidades em três elementos básicos denominados de “territórios-zona”, “territórios-rede” e “aglomerados de exclusão”. O território ao prevalecer à lógica política torna-se “território-zona”; aos que prevalece a lógica econômica é denominado de “territórios-rede” e os territórios de aglomerados de exclusão, do qual prevalece lógica social de exclusão socioeconômica. Assim, a despeito das observações de Haesbaert percebe-se a constituição de um território “híbrido” que pode ser constituído por várias relações que não se excluem e sim formam as territorialidades multilaterais.

Os territórios-rede são por definição, sempre, territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios-zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão (numa escala mais ampla) (HAESBAERT, 2007, p. 40).



Como adiciona esse mesmo autor (HAESBAERT, 2007, p.30), “dentro dessa complexa relação entre redes e áreas ou zonas como os dois elementos fundamentais constituintes do território”, temos que evidenciar a enorme diversidade de tipos e níveis de contenção territorial.

Além dos autores mencionados, também concordamos com Milton Santos (1999) sobre a necessidade do estudo do tempo das ações que animam os objetos, ou seja, sua temporalidade. Como as redes são dinâmicas e alteram constantemente seus fixos, é preciso estabelecer períodos com características predominantes.

[...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

Para Souza, “em qualquer circunstância, o território encerna a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. (SOUZA, 2001, p. 108). No entanto, não um território convicto com um poder centralizador como o Estado-Nação, mas um território liberal onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas gerando um espaço socialmente menos desigual.

Na abordagem realizada por Souza (2001) é ressaltado que o território é constituído das relações de poder que não necessariamente restringe-se ao Estado-Nação. Ainda nessa perspectiva, Saquet (2004) complementa que essas relações podem ser engendradas por um determinado grupo social autônomo correspondendo as diferentes escalas ou efetivando-se de forma temporária ou permanente.

Saquet (2004) ainda complementa que:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. (SAQUET, 2003, p.28)

Essa apropriações econômica, política e cultural, comentada pelo referido autor, seriam responsáveis pela formação de territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. Essas relações estabelecidas em forma de apropriação política, econômica e cultural entre as pessoas que habitam determinado território se materializa em poder e controle provocando o sentido de territorialidade estabelecendo um laço de interação entre elas.

Tem-se assim, o território produzido por atores sociais. A apropriação por atores sociais é marcada pela relação de poder, que para Raffestin (1993) é a principal categoria

de análise da realidade. Essa categoria compreende o poder de forma essencial e que pode ser exercida pelas pessoas de modo individual ou em grupo. Essa categoria incorpora a partir da concepção de poder um sentido diferente, mais amplo, para abordar as interrogações pertinentes ao controle físico e simbólico de determinada área (VALVERDE, 2004).

O principal teórico na literatura brasileira a desenvolver seu pensamento a partir de uma base materialista histórica e da dialética, foi o geógrafo Milton Santos. Ele desenvolveu seu pensamento exteriorizando a historicidade procedente da conjugação entre a materialidade territorial e as ações humanas. Nessa concepção as influências históricas contribuem para uma análise além de um nível superficial. Milton Santos (1985) analisa o território e suas configurações e reconfigurações políticas econômicas e sociais dando destaque à periodização da história. Deste modo, o território pode ser entendido como um espaço delimitado pelas relações de poder que envolvem seus habitantes e que territorializam em função de suas necessidades, o que deixa marcas com o passar do tempo.

Para Santos (1997), a noção atual de território apresenta novas configurações, e o denomina como horizontalidades e verticalidades. A horizontalidade, ainda segundo o autor, diz respeito à continuidade territorial entre espaços e lugares vizinhos e a verticalidade pela configuração de pontos distantes uns dos outros, mas que são conectados por uma superabundância de formas e processos sociais. Sob essa percepção, o território é formado de lugares contíguos e de lugares ligam-se em rede através de processos sociais, mas que contêm, simultaneamente, funções diferentes e até opostas.

O território possui diversos fatores de análise e mudanças no decorrer do tempo, segundo a concepção de Santos (1996), são os agentes que habitam e constroem suas territorialidades fazendo uso de um mesmo território em detrimento de um mesmo objetivo. O território engloba as relações de poder, assim como as relações econômicas e simbólicas e pode ser usado e apropriado por outros agentes. Nessa sequência, o território usado é concomitantemente material quanto social, integrado pela premissa de uma dialética com o espaço geográfico.

O território usado envolve todos os agentes (SANTOS, 1996) e é constituído pela apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes externos e internos que o compõem e é utilizado pela sociedade e por iniciativas particulares, destacando sobre infraestrutura e sobre a apropriação de um determinado espaço por atividades econômicas. Para Silveira (2010), essa organização pelos diversos agentes é

responsável pela formação socioespacial e indica o modo como o território é usado pela sociedade, logo, os territórios são construídos e desconstruídos socialmente.

À medida que novos agentes sociais são inseridos vão se (re)apropriando do território sob uma organização já estabelecida, ocasionando conseqüentemente, novas dinâmicas e novas formas de ordenamento territorial, desencadeando e acentuando os conflitos. Essa complexidade que se materializa no território pode ser evidenciada tomando-se, por exemplo, a atividade do turismo como geradora de profundas alterações nos lugares em que se desenvolve. As alterações estão subordinadas tanto às ações da iniciativa privada quanto do Estado e também das pequenas comunidades organizadas, caracterizando como um fenômeno complexo e interdisciplinar.

O turismo e o território devem, assim, ser analisados sob diversos prismas, abordando as vertentes sociais, os conflitos territoriais, suas implicações econômicas e analisando ainda as perspectivas culturais, políticas e ambientais. Por ser um fenômeno socioespacial complexo a análise integradora desses elementos fornece subsídios para uma melhor compreensão dos processos de produção e organização do espaço, assim como uma análise fidedigna dos impactos.

### 3.2 Abordagem territorial a partir do turismo na contemporaneidade.

O turismo é uma atividade que além de consumidora é dependente da configuração territorial. A abordagem geográfica territorial do turismo fornece suporte para a compreensão dos processos de produção, organização do espaço e organização social, assim como proporciona uma análise mais genuína dos impactos sociais, políticos-administrativos, econômicos e ambientais.

O vínculo entre turismo e a Geografia pode ser percebido, pois:

O turismo é um processo que interessa à sociedade e à natureza, e, por essa razão, está vinculado de forma muito estreita aos objetivos da Geografia enquanto ciência que se propõe a interpretar os arranjos espaciais da superfície terrestre e a decodificar toda a complexidade de seu dinamismo. (CONTI, 2003, p. 68).

O debate da análise territorial e geográfica do turismo através dos arranjos espaciais tem sido objeto de estudo de vários autores, tais como: Beni, (2012); Cruz, (2000); Kanfou, (2001); Rodrigues, (1997); Silveira, (2002).

O turismo, segundo Cruz (2001) é entendido como uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território, e que tem como principal objeto de consumo o espaço geográfico. O turismo tem a capacidade de (re)criar e impor sua lógica

de organização nos espaços. Caracterizado assim como um fenômeno social que envolve múltiplas inter-relações não apenas de importância econômica, mas também ambiental cultural e política. Cruz ainda sublinha que:

O turismo cria novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, como objetivos preexistentes, como objetos naturais (rios, praias, montanhas etc.) e objetos culturais (infraestrutura, edifícios, patrimônio histórico), atribuindo-lhes novos significados e, muitas vezes novas feições. (CRUZ, 2001, p.25)

No viés do paradigma geográfico das relações de poder e das territorialidades que produz e organiza o espaço, é evidente a importância adquirida pelo turismo na sociedade contemporânea. Desta forma, a Geografia tende a estudar cada vez mais as relações do território ao longo da história com novas configurações e (re)produções oriundas da atividade turística, tendo em vista:

[...] a relevância social, política, cultural e econômica que esta atividade ganhou nos últimos tempos. [...] o que é pertinente aos estudos geográficos, é entendido como uma necessidade social imposta pelos atuais padrões de sociabilidade, refletindo seu caráter político e cultural, tornando-o objeto de estudo importante para a geografia. No entanto, destacamos como o principal fator para o crescimento dos estudos geográficos, o caráter espacial desta atividade (SILVA, 2012, p. 48).

A inter-relação entre o território e o turismo aqui ressaltado por possuir um dimensionamento flexível é categorizado por Beni e Cury (2012) em três elementos: o primeiro consiste a esfera socioambiental onde a “a natureza oferta para o turismo, nas diferentes categorias que irão compor a paisagem” (BENI e CURY 2012, p.489); o segundo na esfera econômica formado pela geração de renda, arrecadação de impostos, geração de empregos e serviços do turismo e o terceiro a sociedade, estabelecendo vínculos dotada de identidade e cultura que pode participar ou não com as experiências do turista.

Diante disso, compreender a dimensão territorial intrínseca à atividade turística é entender a dimensão deste fenômeno que é social, político, econômico e cultural. O turismo, enquanto atividade produtiva que ecoa na apropriação do território para seu uso, expressa diferentes configurações, contradições e relações de poder. De acordo com Knafou (2001) é possível interpretar essas diferentes configurações territoriais em três tipos de situações: territórios sem turismo, turismo sem território e territórios turísticos.

O *território sem turismo* configura-se por ambientes onde não há o desenvolvimento da atividade turística. Knafou (2001) entende como *turismo sem território* o contexto onde a atividade:

[...] resulta da iniciativa de operadores de turismo que colocam um produto no mercado; um produtor certamente localizado, tendo alguma relação com o território, mas um produto que não é suficiente para produzir um “território turístico”, isto é, um território apropriado pelos turistas. (KNAFOU, 2001, p. 72)

Com efeito, o autor supracitado sublinha, por fim, os *territórios turísticos* “inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos” (KNAFOU, 2001, p. 73). Nesse caso, o território torna-se mercadoria (pelos agentes econômicos) pelo seu valor de uso o que contribuí para as transformações decorrentes do uso do território. Observa-se a presença das territorialidades distintas convivendo e disputando, nem sempre convergentes. Isso implica problemas quanto à sobreposição territórios e possivelmente implicações quanto ao planejamento.

Ao considerar o uso do território e turismo, deve-se levar em conta que:

(...) a intensificação do uso do território de dada porção do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre esses objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e a infraestrutura de lazer (CRUZ, 2003, p. 12)

A implementação desses equipamentos e infraestruturas (re)configura a composição territorial com a incorporação de sistemas de objetos e ações que subalterna os estilos de vida e as demais atividades desenvolvidas em localidades receptoras. Isso se justifica pela predisposição que o turismo possui como atividade geradora de processos de reorganização espacial, mediante a criação de infraestrutura.

As modificações decorrentes de ações em prol da atividade turística demonstra o processo de territorialização dessa atividade. Esse processo tem implicado no afloramento de vários conflitos territoriais decorrente da apropriação, do controle e do uso desses territórios, ocasionando o desmembramento e/ou supressão dos agentes sociais que historicamente mantiveram-se pertencentes a esses espaços. Percebe-se desta forma que a estreita relação entre turismo e território, na qual ambas dependem imprescindivelmente das territorialidades instaladas e das estruturas dos equipamentos turísticos.

Tendo em vista as distintas relações das quais se materializa o turismo no território, é possível afirmar que, a partir dos distintos interesses dos agentes que o compõem, ocasionam diversos conflitos. Devido à necessidade de sanar os conflitos decorrentes da apropriação, regulamentação e normatização do território, atualmente vêm se discutindo novos paradigmas, os quais objetivam construir diretrizes para uma melhor construção física do território para fins de seu uso. O turismo por ser uma atividade que apropria-se do território e o (re)configura passa a ser incorporado nas políticas admitindo um papel

expressivo na delimitação de diretrizes, estratégias e ações governamentais de cunho intervencionista, com intuito de desenvolvimento socioespacial.

O turismo “não se restringe ao aspecto econômico, mas é uma atividade multifacetada, capaz de provocar relevantes alterações no território” (FERNANDES, 2013, p. 246). Segundo Solha (2006), o interesse em estabelecer uma organização para a atividade só é evidenciada quando adquire relevância econômica ou quando causa transtornos, as quais podem ter como consequências impactos positivos e/ou negativos. Para mitigar esses efeitos, o Estado, por sua vez, deve intermediar essa relação, assumindo a função de planejador. Isso implica que:

[...] os Estados podem formular e executar políticas gerais e políticas territoriais. No primeiro caso trata-se de políticas em que o território é tomado apenas como um a priori, uma base, um suporte sobre o qual elas se desenvolverão. No segundo, ao contrário, trata-se de apreensão do território como elemento fundamental. (COSTA, 1992, p. 35).

Caso contrário, o turismo se especializa espontaneamente sem o controle territorial do Estado, obedecendo apenas às leis do mercado, que, na maioria das vezes, desregulam o território. O planejamento, a administração, as políticas e a gestão provenientes do Estado devem compreender a dimensão territorial analisando “a amplitude deste fenômeno que é social, político, econômico e cultural” (MINASI, 2014 p. 21). As diretrizes adotadas nas políticas públicas de ordenamento territorial precisam, portanto, estar de acordo com a realidade e a dinâmica existente considerando as características de cada localidade.

Para isso é necessário à inter-relação de políticas públicas de ordenamento territorial que tenham articulação com as características locais da qual o turismo se reproduz. Nesta perspectiva, Araújo (2004) elenca os principais instrumentos legais e políticos que norteiam a abordagem territorial turística: *o plano plurianual de investimentos* (ou orçamentário), que permite a distribuição de recursos para investimentos em infraestrutura, financiamentos de projetos turísticos, promoção de eventos, marketing, entre outros; *o plano estratégico de desenvolvimento urbano*; *o plano diretor*, o qual permite a elaboração de diretrizes aliado as lei de zoneamento as quais organizam espacialmente a atividade turística e *as legislações sobre áreas de interesse especial*, que define os espaços prioritários para a implementação de projetos e alocação de investimentos, bem como a restrições de usos em área fragilizadas.

Ante a relevância do território para o turismo, a reflexão e a prática sobre a necessidade de planejamento e de ordenamento territorial tornam-se ferramentas

fundamentais para o uso racional dos recursos e as formas de (re)valorização do espaço. É diante dessa concepção que o ordenamento do turismo no território se insere, carecendo de diretrizes para conduzir o uso do solo e de legislações intrínsecas para o local em que deem à devida relevância as particularidades territoriais, tendo em vista o melhor arranjo espacial da atividade. As diretrizes de ordenamento territorial têm de estar incluídas nos planos turísticos em compatibilidade com as políticas locais instituindo uma relação direta com o território, pois “o território está sempre presente, explícita ou implicitamente, nas ações de políticas públicas” (STREINBERGER, 2013, p. 63).

De modo geral, é essencial frisar que o ordenamento territorial da atividade turística para seu planejamento é dependente das políticas maiores de coesão territorial, pois “o ordenamento territorial do turismo, por estar integrado no ordenamento geral, socorre-se dos mesmos conceitos fundamentais” (VIEIRA, 2007, p. 174). Assim, analisar essa dimensão territorial para o cenário das políticas públicas e do planejamento turístico faz-se essencial o esclarecimento conceitual da categoria de território na sua essência.

## CAPÍTULO IV

---

### AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO NO BRASIL

*A política é feita das grandes empresas. Os políticos  
não fazem política, nem o Estado – são porta-vozes.  
Os pobres fazem política. (Milton Santos)*



## **4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO NO BRASIL**

### **4.1 Marcos regulatórios do planejamento do turismo no Brasil.**

As políticas públicas estão associadas ao Estado de bem-estar social. A política, segundo Ruy (1998, p.232) constitui-se de “um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. A relação estabelecida entre o Estado e a sociedade civil deve resultar em ações que ofertem e distribuam bens públicos a todos os cidadãos, sendo que o primeiro foi concebido para exercer o papel de árbitro e mediador dos conflitos sociais. Na prática, contudo, o exercício do poder por quem está à frente do Estado tem materializado interesses das pessoas que estão vinculadas a um grupo político e pouco alcança a maioria da população.

Segundo Souza, as políticas públicas emergem no:

[...]campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). (SOUZA, 2006, p.26).

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A importância de estabelecer prioridades e racionalizar os investimentos respalda-se no fato de que a sociedade apresenta inúmeras reivindicações o que torna indispensável avaliar o caráter emergencial dessas demandas para que se possam compartilhar os recursos de maneira igualitária.

Por integrar muitos aspectos operacionais devido ao seu amplo conjunto de atividades, da atribuição de diferentes agentes e instituições estatais e privados, as políticas públicas em turismo atingem, por excelência, múltiplos setores e tornam a regulamentação das atividades extremamente complexas. Assim, o turismo inseriu-se nas políticas públicas, como afirma Beni (2006, p. 91), constituindo-se de “orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade”.

A importância da inserção do poder público na implementação da política de turismo é atribuída pelo suporte das decisões de planejamento, em função da sua visão de longo prazo e da definição dos objetivos de desenvolvimento.

Por atingir uma gama de setores, como exemplo, de infraestrutura, políticas urbanas, de desenvolvimento regional, de emprego e renda e, mais recentemente, de preservação ambiental e do patrimônio histórico-cultural, é que as políticas direcionadas ao planejamento turístico surgem em busca de promoção de benefícios aos destinos turísticos ao mesmo tempo em que devem minimizar impactos negativos promovidos pelas mesmas, como os efeitos diretos ao meio ambiente e à sociedade civil.

No Brasil, a história das políticas públicas em turismo vincula-se desde sua origem “a regulação do trabalho, a limitação do seu tempo, as férias remuneradas, a aposentadoria, a evolução dos transportes, da comunicação, além de outras conquistas da sociedade moderna” (PEREIRA, 1999, p. 9). Ao longo dos anos, segundo Vieira (2011, p. 23), “foram várias tentativas de organizar o setor de turismo no Brasil”. As primeiras ações públicas de turismo surgiram na década de 1940, porém o turismo ainda era incipiente e não possuía prioridade como política pública, de maneira que somente a partir no ano de 2000 passa a ganhar notoriedade na esfera do governo federal.

Convém destacar que a primeira ação institucionalizada para a atividade turística originou-se através criação da Comissão Permanente de Feiras e Exposições<sup>2</sup>, no ano de 1934. De acordo com Araújo e Taschner (2012) essa ação possuía poucos interesses ligados às questões turísticas e voltava-se às associações de classes cujos interesses baseavam-se na produção agrícola e exposição de seus produtos.

Com o foco principal na entrada de estrangeiros no território nacional instituiu-se o Decreto-Lei n° 406, de 1938, que segundo Ferraz (apud DIAS, 2003, p. 128), consistia na “autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias”. No que se refere à atividade turística, a mencionada diretriz dispôs a facilitar a venda e compra de passagens autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com intenção de facilitar o fluxo de estrangeiros no país.

O ano de 1939 foi marcado por inúmeras conquistas sociais, como o direito às férias, ao 13° salário e aumento da renda salarial, que concorreram decisivamente para o incremento do setor turístico. O surgimento das leis trabalhistas nessa época possibilitou que uma parcela da população usufruísse o tempo livre para as atividades turísticas dinamizando o fluxo turístico doméstico e internacional. Essas conquistas sociais impulsionaram a regulamentação através do primeiro organismo oficial do turismo na

---

<sup>2</sup> Decreto n° 24.163, de 24 de Abril de 1934 (BRASIL, 1934).

administração pública: o Departamento de Imprensa e Propaganda<sup>3</sup>. De acordo com Araújo e Taschner (2012) essa instituição tinha a função de:

[...] superintender fiscalizar os serviços de serviços internos, tanto quantos os serviços dirigidos ao exterior, e isso, na prática, significavam a intervenção marcadamente conservadora, como foco na fiscalização das atividades relativas às agências de viagem. (ARAUJO; TASCHNER, 2012, p.76)

Durante o período de 1946 a 1950, no governo do presidente Dutra, o turismo não foi pauta para as discussões no âmbito governamental e teve como reflexo a ausência da articulação política que conseguisse incluir a temática aos interesses governamentais. Contudo, apesar dos decretos e das leis, não foi registrado nenhum fato marcante para o desenvolvimento da atividade turística nos anos que se seguiram. Assim, as políticas públicas de turismo se consolidaram somente a partir da década de 1950 com a expansão da rede rodoviária e do crescimento do turismo de massa, atrelado às mudanças políticas expressivas, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, que buscava alavancar o desenvolvimento do Brasil por meio da modernização no qual a industrialização e a articulação territorial via rodovias foram as prioridades em que a primeira ofertava mais produtos e induzia o consumo enquanto a segunda possibilitou maior velocidade no deslocamento na direção dos diversos quadrantes do País, o que, todavia, foi gradativo.

Na sequência, originada por motivos políticos, verifica-se o surgimento de dois novos modelos de organização para o setor turístico: Comissão Brasileira de Turismo<sup>4</sup>-COMBRATUR (1958-1962); e a Divisão de Turismo e Certames (1962-1966). Dentre as atribuições da COMBRATUR, de acordo com Dias (2003, p. 129) estavam:

- a) coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo do estrangeiro; b) o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas; c) a simplificação e a padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e aos seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem; d) a promoção e o estímulo, por todos os meios a seu alcance, dos planos e equipamentos turísticos, especialmente os que se referem á construção e à remodelação de hotéis; e) a criação de serviços e instalações que ampliem e completem as zonas turísticas; f) a realização, com a colaboração dos Estados e Municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística.

---

<sup>3</sup> Em 1945 ocorreu a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda pelo Decreto-lei nº7.582/45, no qual suas funções foram subordinadas ao Departamento Nacional de Informações.

<sup>4</sup> Decreto-Lei Nº 44.863, de 21 de novembro (BRASIL, 1958).

Tais órgãos se inspiravam em promover a abordagem estratégica na gestão pública das atividades turísticas, contudo, tanto a COMBRATUR como a Divisão de Turismo e Certames foram extintas em 1966 sem ter conseguido concretizar seus objetivos e acabaram por gerir o setor turístico por meio, apenas, de ações pontuais.

Segundo Beni (1997) o padrão de gestão do turismo que segue os anos posteriores a 1966 possui particularidades descentralizadoras, porém, influencia de forma consideravelmente nas deliberações sobre o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos com características centralizadoras.

Em 1966, de fato ocorreu o acontecimento mais relevante para a época, que consistiu na reformulação da Política Nacional de Turismo<sup>5</sup>, definindo e criando órgãos direcionados para a elaboração real de uma política nacional do setor turístico: o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Ao CNTur coube a formulação da Política Nacional de Turismo e à EMBRATUR a execução da política, assumindo o papel de normatizar as empresas prestadoras de serviços turísticos, facilitando a execução das diretrizes que norteiam a atividade de turismo. A parceria formava o chamado Sistema Nacional de Turismo, definido como órgão componente da primeira estruturação pública para o setor turístico (BENI, 2006). Em suma, o desenvolvimento da atividade turística iniciou alguns esforços isolados por intermédio de iniciativas privadas e alguns órgãos regionais, sendo evidente mais as demarcações de posições políticas do que propriamente a estruturação da atividade turística.

Criou-se o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), em 1971, plano governamental de caráter econômico do turismo, que pretendia “financiar o desenvolvimento da atividade turística no País, sendo administrado pela Embratur”, (DIAS, 2003, p. 131); cabe destacar a disseminação de muitas linhas de crédito nesse período. A criação do FUNGETUR e o investimento financeiro impulsionaram significativamente a concretização de novos decretos-leis e planos destinados ao crescimento vinculado ao turismo, proporcionando concessão de crédito para implantação, melhoria, conservação e manutenção de empreendimentos turísticos. Os anos seguintes estabeleceram-se as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo.

No início da década de 1990, o Brasil passava por crise econômica e o Produto Interno Bruto - PIB do país apresentava decréscimo situando-se em último lugar da

---

<sup>5</sup> Reformulação realizada através da criação do Decreto-Lei Nº 55, de 18 de novembro de 1966 (BRASIL, 1966 a)

América Latina. Em meio a esse contexto, o Brasil passou a ser governado por Fernando Collor de Mello, já sob visível tendência neoliberal. Cruz (2005) releva que antes de 1990, o estímulo à economia do turismo se deu de forma esporádica no que diz respeito à gestão federal. Segundo Almeida (2002, p. 197), essa participação “preocupava-se, sobretudo com a infraestrutura hoteleira”.

Agrega-se à EMBRATUR uma nova denominação sendo instituída autarquia com o nome de Instituto Brasileiro de Turismo<sup>6</sup> tendo como finalidade “formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo” (DIAS, 2003, p. 133). Surge assim, no início dessa década, um importante instrumento programático, o PLANTUR (Plano Nacional de Turismo), a ser executado entre os anos de 1992 e 1994 partindo assim para a efetivação e implantação de uma Política Nacional de Turismo, cujos objetivos estão direcionados para “disciplinar o turismo, tanto no setor privado, quanto no setor público, parceria proposta pelo modelo econômico neoliberal” (RODRIGUES, 2001, p. 151). É conveniente destacar que novas estratégias foram tomadas a partir da implementação do PLANTUR, os objetivos deixaram de atender apenas o viés econômico, mas também o de cunho social, como a democratização ao acesso ao turismo nacional que permitiria a redução das disparidades econômicas regionais.

Diante disso, sob a ótica de Araújo e Taschner (2012, p.81), percebe-se que o PLANTUR dispunha de “preocupação em aumentar a articulação entre os atores sociais – públicos e privados” promovendo a democratização das decisões junto à sociedade civil. Paralelamente, notou-se que esse plano não exterioriza uma política consistente já que “sua metas prioritárias, nos seus programas e subprogramas, observa-se uma nítida falta de coerência e de articulação tanto intra como intersetorial” (RODRIGUES, 2001, p.151).

Com isso, dando continuidade à formulação da estrutura turística, no ano de 1994, Itamar Franco, sucessor de Fernando Collor de Mello, ao final de seu mandato, instituiu uma nova ação dedicada à política de turismo no país, criando o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). O Programa consolidou-se entre dezembro de 1994 e abril de 1998 (BRASIL, 2002) preocupando-se em modificar o quadro de centralização das políticas públicas e possibilitando a descentralização do turismo, adotando, assim, um novo modelo de gestão, que segundo Dias:

[...] visava implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os estados e municípios de maneira

---

<sup>6</sup> Decreto-Lei Nº 8.181, 28 de março de 1991 (BRASIL, 1991).

integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa (DIAS 2003, p.144).

O PNMT serviu para que se lançassem ações significativas em prol do desenvolvimento da atividade turística em escala municipal, gerando benefícios expressivos à comunidade em que esteve inserido. De acordo com Araújo e César (2012, p. 269), o marco do PNMT estava na “simplicidade do envolvimento, permitindo, por exemplo, a adesão de muitos moradores, os quais eram transformados em agentes da atividade turística”. Esse programa coordenava políticas públicas cujos princípios baseavam-se na:

[...] flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões (...), compreendendo-se como regionalização a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão e promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística (BENI, 2006, p.30).

O PNMT propõe privilegiar a atividade turística com uma ação que deve beneficiar a população proporcionando que a mesma tenha condições para usufruir do lazer, inserindo as populações nativas no mercado de trabalho assim como dividir as riquezas de forma congêneres nas regiões. Contudo, acredita-se que para a atividade turística proporcione redução das desigualdades sociais é necessário que o planejamento turístico leve em conta a realidade local (econômica, cultural e social) para ser de fato um instrumento de inclusão e não de exclusão. Caso contrário, pode produzir pobreza, exclusão social e espacial e degradação ambiental, pois a atividade turística muitas vezes segue a lógica da produção industrial capitalista.

O PNT referente ao período de 1996-1999, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico do país, desenvolve macroestratégias de:

[...] Ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre governo e a iniciativa privada; capacitação de recursos humanos para o setor; descentralização da gestão do turismo; implementação de infraestrutura básica e turística adequada às potencialidades regionais. (ARAÚJO; TASCHNER, 2012, p.82).

Essas estratégias foram as primeiras iniciativas concretas em busca de novas ações para promoção da descentralização dos recursos que antes se concentravam no Sul e Sudeste do país. A intenção era promover o desenvolvimento das regiões de forma igualitária fornecendo recursos financeiros com parcerias internacionais, capacitação de mão de obra e diagnóstico das potencialidades turísticas por região.

Vale ressaltar que as estratégias adotadas pelo PNT consistem em uma abordagem predominantemente econômica deixando de forma secundária o território. Mesmo com uma proposta vanguardista à frente de seus antecessores, o PNT ainda não viabiliza o território com a mesma diligência que costuma dedicar a toda sua cadeia produtiva.

A partir de 2004 surge a transição da municipalização proposta pela PNMT para a regionalização em um processo de formulação, mobilização e comercialização do produto turístico. Nesse mesmo ano, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) surge incentivando a organização de consórcios para formar roteiros integrados, ofertando um conjunto de produtos turísticos. O papel do Estado alterou-se de maneira a se tornar um facilitador, deixando, até certo ponto, o comando para os agentes sociais que assumem a centralidade no controle do território.

A estrutura organizacional do PRT estabelece um sistema de hierarquia (Figura 1) em que instâncias municipais se submetem as regionais, que são geridas pelas estaduais, e por sua vez orientadas pela instituição máxima do governo federal; assim, o papel das instâncias de governança na política pública de turismo apoiam-se em todos os níveis: federal, estadual, regional e municipal .

Figura 1: Estrutura organizacional do Programa de Regionalização do Turismo.



Fonte: BRASIL, 2004.

Em âmbito nacional, a gestão fica na incumbência da Coordenação Nacional do Programa que é conduzida pelo Ministério do Turismo, por meio do Comitê Executivo do Programa de Regionalização. Em âmbito estadual, regional e municipal, as estruturas da gestão pública e a cadeia produtiva do turismo e as organizações da sociedade civil

operam as ações executivas do Programa alicerçadas pelos Interlocutores Estaduais, Interlocutores Regionais e Interlocutores Municipais do Programa de Regionalização do Turismo.

O modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada articulando todos os agentes envolvidos no processo de regionalização do turismo, vislumbrando não apenas a integração das instâncias governamentais, mas também a formação de parceiros no setor privado. Eles são, portanto, uma forma de associação entre municípios, com participação da sociedade civil e do poder público, para ações conjuntas em prol do desenvolvimento da atividade turística regional.

De acordo com o Mtur:

Neste processo de reestruturação, resgata-se a representação do ator municipal como agente de desenvolvimento, considerando ser ele o detentor das realidades e demandas locais, institucionaliza-se o representante regional, garante-se a permanência do interlocutor estadual como forma de fortalecer e estender a rede de mobilização. (BRASIL, 2013, p.26)

As relações de mediação através da gestão compartilhada nem sempre são necessariamente harmoniosas, sobretudo, quando as pautas de discussões causam divergência de interesses. Quando se trata da participação da sociedade civil no processo de gestão turística, Hall (2001) argumenta que essa participação apresentar-se, sobretudo na literatura, como método atrativo; contudo, existem muitos fatores que dificultam a sua aplicação prática. Para essa autora um dos maiores obstáculos a participação da sociedade civil no planejamento turístico reside na natureza política autoritária do processo de planejamento. Conforme Hall :

Essa abordagem comunitária, porém, não tem sido comumente adotada pelas autoridades governamentais, muitas vezes por causa dos protestos de grupos de interesse comercial quanto ao impacto econômico decorrente da demora nas tomadas de decisões causadas pelas exigências legais para participação. Além disso, para muitos integrantes do governo, eleitos ou não, o controle da comunidade também pode ser interpretado como perda de seu poder e controle sobre o processo de planejamento. De fato, o grau de envolvimento público no planejamento turístico em quase todo o mundo pode ser mais bem descrito como forma de concessões simbólicas em que as decisões, ou, igualmente importante, a direção das decisões, já foram determinadas pelo governo. As comunidades raramente têm a oportunidade de dizer não. [...]. Processos formais legalistas de consulta, por exemplo, em geral exigem a organização de reuniões públicas. Tais reuniões, porém, podem ser exploradas pelos indivíduos e pelas organizações que sabem utilizar melhor os procedimentos e as dinâmicas a seu favor. De fato, quanto mais formal for o processo de participação, mais legalista ele tende a se tornar, prejudicando, dessa maneira, os interessados com menos recursos (HALL, 2001, p. 56).



Hall (2001) ainda identifica outras dificuldades quanto ao planejamento compartilhado, a exemplo, das possíveis forças de poder políticas desempenhadas pelas elites locais em prol de conduzir as decisões de forma a que essas atendam aos seus interesses próprios e não às necessidades de uma comunidade de forma generalizada. Salienta-se aqui, os entraves desse tipo de gestão decorrente da descontinuidade da participação dos interlocutores regionais e municipais, que a cada mudança de governo há trocas de dirigentes. Agrava-se a isto, o fato em que alguns gestores públicos assumem os cargos a partir de indicações políticas e assumem fóruns e conselhos sob orientações de interesses políticos individuais.

Como resultado do PRT foi elaborado o mapa da Regionalização do Turismo do Brasil constituído a partir do conjunto de 3.319 municípios distribuídos em 219 polos turísticos no ano de 2004. Esse mapa é atualizado periodicamente, e conta com versões de 2004, 2006, 2009, 2013, 2016 e 2017. Essa última versão conta com 2.175 municípios divididos em 291 regiões turísticas (BRASIL, 2017).

O PRT ainda prevê que, nem todos os municípios que compõem as regiões turísticas necessariamente precisariam receber turistas em seu território para compor o Mapa de Regionalização Turística. Para o Mtur, os municípios podem ser beneficiados da atividade mesmo sem receber o turista diretamente, podendo cooperar em outras atividades produtivas que contribuam com o desenvolvimento regional.

Segundo Petrocchi, os polos são entendidos como:

[...] área específica, deimitada por um espaço geográfico que tenha características semelhantes, dentro de um mesmo eixo econômico principal [...] cujo objetivo é promover e potencializar o desenvolvimento local a partir da cooperação entre diversos agentes econômicos, institucionais e sociais, que se responsabilizarão pela harmonia, otimização e gerenciamento das ações e projetos (econômicos, sociais, ambientais, e de informação/conhecimento) em um espaço regional definido. (PETROCCHI, 2001, p.53).

Constata-se que o conceito de polos dispõe da ideia de concentração de recursos e esforços, traduzidos, em ações de organização institucionais e de obras de infraestrutura. Seguindo essa linha de raciocínio o Mtur define polo turístico como “grupos de municípios contíguos, com atrações similares, ou complementares e compromisso de desenvolver a capacidade local de gerenciar o fluxo de turismo sustentável, em benefício da população local” (BRASIL, 2004, p.33).

Para a concretização do polo turístico é de fundamental importância e politicamente relevante a constituição de uma identidade regional, ou seja, os gestores e

a comunidade desses municípios devem se reconhecerem e serem reconhecidos como tal. A carência de uma identidade que contemple todos os municípios ocasiona, normalmente, na incapacidade de articulação a favor dos ideais estipulados entre os agentes sociais.

Para Bandeira (2007, p.23) “a região tende a não passar de uma segmentação arbitrária do território, sem significado político, constituindo um elemento passivo na prática das políticas públicas”. A concepção de região leva a crer que o ato simplista de agrupar municípios com semelhanças aparentes e proximidade geográfica não caracteriza como uma regionalização. Uma região vai muito além da soma de municípios, a regionalização consiste na necessidade ou interesse de intervenção em determinado território. Assim, a delimitação de região depende de critérios e decisões inerentes aos interesses políticas, administrativas, sociais, econômicas ou científicas.

Como estratégia de implementação do Programa de Regionalização do turismo o Mtur elabora a categorização dos municípios turísticos. Essa categorização “é um instrumento elaborado para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro” (BRASIL, 2016, p. 2). Os municípios são identificados a partir de cinco categorias de A, B, C, D e E, sendo que, a categoria “A” representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem e a “E” representa os municípios que não possuem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem (BRASIL, 2016).

Vale destacar que a categorização utiliza-se de quatro variáveis objetivas diretamente relacionadas à economia do turismo, tais como: o número de ocupações formais no setor de hospedagem, número de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, estimativa do fluxo turístico doméstico e a estimativa do fluxo turístico internacional (BRASIL, 2016). Essas variáveis utilizadas para a categorização referem-se aos dados dos Ministérios do Trabalho e Emprego e Ministério do Turismo e não dispõe de dados relativos ao número de empregados informais.

Para a realidade do Estado do Maranhão, 68 municípios fazem parte da regionalização, e apenas São Luís está inserida na categoria A; Imperatriz está na categoria B e os demais na categoria C com 9 municípios, D com 44 e E com 13 municípios. Esses dados já demonstram que o Estado do Maranhão não usufrui de fluxo turístico intenso, conseqüentemente não gerando empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem.

Periodicamente são realizadas avaliações do programa de regionalização com intuito de identificar os principais entraves nas aplicabilidades das propostas do programa. Na avaliação realizada em 2010 foi possível identificar vários aspectos negativos da PRT, dentre eles:

[...] não reconhecimento das regiões turísticas interestaduais; não consideração da diversidade de condições entre os Estados, acarretando uniformidade de orientações; falhas na divulgação, no monitoramento e na avaliação do Programa; ainda não efetiva participação dos atores sociais; desnivelada gestão dos destinos; baixa valorização do trabalhador do turismo; baixa articulação das câmaras temáticas e descontinuidade de iniciativas pontuais. (BRASIL, 2010, p.43)

Pode-se constatar que, mesmo com as especificidades de cada região as dificuldades encontradas para implementação do programa são semelhantes como “a descontinuidade de gestores e lideranças; escassez de recursos financeiros; pouco envolvimento da iniciativa privada; desarticulação entre as ações e áreas do MTur.” (BRASIL, 2010, p.44.).

Destaca-se aqui, que o recorte de limites e fronteiras regionais nem sempre é bem aceito pelas gestões municipais e pelos agentes sociais embora os planejadores insistam em implantar esse modelo às políticas públicas. Como complementa Braga (2006), o que se observa em prática são planos elaborados por empresas especializadas em planejamento oriundas de outras localidades, que muitas vezes não conhecem as peculiaridades da atividade turística.

Esse impasse dificulta a implementação de regiões turísticas, pois em alguns casos, não há identificação dos municípios turísticos selecionados com o modelo regionalizado proposto pelo Mtur. Nesse aspecto, explica Braga (2007):

[...] é preciso reconhecer e entender as relações e o desempenho dos movimentos sociais de cada território, seus recursos e arranjos institucionais como base para a formação do espaço produtivo fundamentado em redes de cooperação. Dessa maneira, o território tende a ser região com claros sinais de identidade coletiva, quase sempre compreendendo um número definido de municípios. (PEREIRA JÚNIOR, 2008, p. 224).

Apesar da manifestação de novas intervenções institucionais, relevantes para a definição de políticas para o desenvolvimento do turismo nas escalas nacional, regional e municipal, a proposta de regionalizar o turismo deve ser revisada levando em consideração a identidade territorial já existente nos atores sociais que atuam na atividade turística.

O ponto alto da gestão federal foi à institucionalização do Ministério do Turismo (Mtur) no ano de 2003, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva. A criação do

Ministério foi um marco histórico da atividade turística brasileira expressando o reconhecimento da atividade turística no cenário do país e a complexidade da administração promovendo, assim, uma gestão diferenciada.

Sob a ótica da inclusão social por meio da distribuição e geração de renda, foi publicado um novo marco regulador do setor, a Lei Geral do Turismo<sup>7</sup>, com finalidade de minimizar as contradições anteriormente existentes, bem como assegurar maior rigor à atividade turística no país, mostrando maior preocupação com ações planejadas dando suporte à sociedade. A lei, segundo Araújo e Taschner (2012, p.83) “explicitou que cabia ao Ministério do Turismo não só a definição da PNT, como também o planejamento, o fomento, a regulamentação, a coordenação e a fiscalização da atividade turística.”.

Nos anos de 2011 e 2012, nenhum plano nacional de turismo foi apresentado. Mais tarde o MTur lançou o “Plano Nacional de Turismo 2013/2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil”, que assim como os planos anteriores preza pela indução da geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo juntamente com a participação e diálogo com a sociedade, incentivo à inovação e ao conhecimento e regionalização. Vale ressaltar que a PNT 2013/2016 ainda está em vigor e carece de uma análise mais aprofundada quanto sua eficácia.

Percebe-se que a implementação da atividade turística, sob a ótica dos planos dos governos federais, passa a ser compreendida como uma estratégia indutora de crescimento e desenvolvimento local admitindo a inclusão social, sobretudo após a década de 1950 e com sua maior implementação após os anos 2000.

O discurso das políticas públicas de turismo não difere, essencialmente, de outras políticas relativas aos setores econômicos. Nesse interim, constata-se a preocupação do governo em promover políticas públicas para a atividade turística, porém uma das críticas que se faz é que logo na sua constituição ignorou o conhecimento prévio de seu território nacional não adotando como premissa as características particulares e vocacionais do turismo. Esse aspecto promove lacunas na rentabilidade dessas políticas já que acabam aplicadas como uma política que generaliza seu território.

Por conseguinte deve-se repensar a implantação do turismo entendendo-se que os métodos de desenvolvimento para a atividade carecem conduzir a partir das características endógenas, salientando as especificidades locais.

---

<sup>7</sup> Institui-se através do Decreto nº 7.38, de 12 de dezembro de 2010. (BRASIL, 2010)

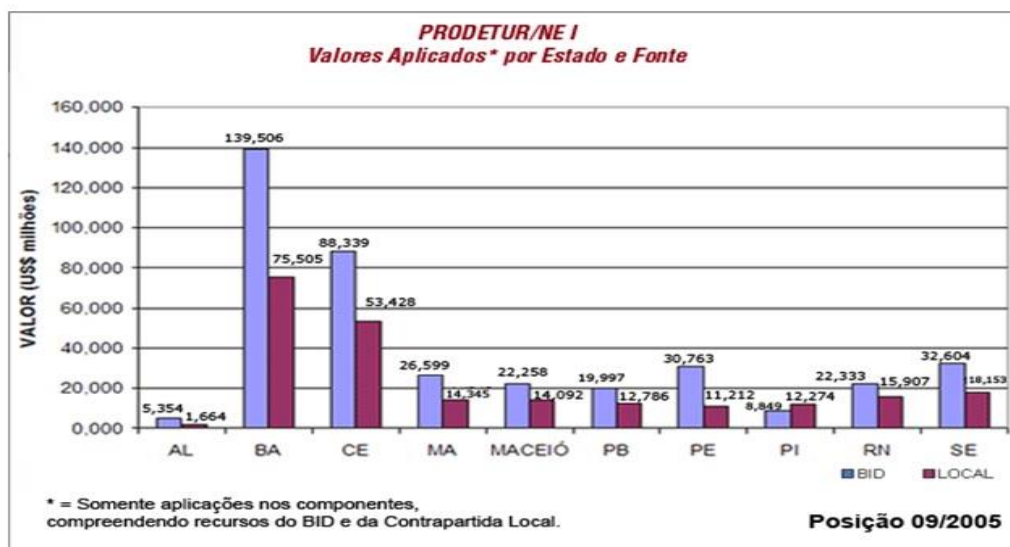
#### 4.2 Política de desenvolvimento regional: Prodetur/NE e o Maranhão.

Nos últimos 30 anos o governo federal tem envidado esforços para definir e efetivar políticas públicas para o turismo brasileiro, procurando baratear o deslocamento interno, desenvolvendo infraestrutura e capacitando mão de obra, além de aumentar consideravelmente a divulgação no exterior. Na busca por investimentos em infraestrutura de apoio à atividade turística, ainda na década de 1990, foi instituído por meio da EMBRATUR programas e projetos que visavam ao desenvolvimento sustentável do turismo, dentre eles, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE.

A área de abrangência do PRODETUR/NE compreende os nove estados nordestinos, além do Norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O programa desenvolveu-se em: o PRODETUR/NE-I (concluída em junho de 2005), o PRODETUR/NE-II (fase concluída em 2012) (DANTAS, 2009). Esse programa reúne investimentos onde o governo intervém por meio do financiamento de obras de infraestrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

Na distribuição dos valores aplicados (Gráfico 1) constata-se a expressa concentração dos recursos em alguns estados (Bahia e Ceará), fato esse que está interligado com as relações de poder entre os órgãos executores e governanças locais, aliado às políticas desenvolvidas e que remontam à década de 1980.

Gráfico 1: Valores aplicados por estado e fonte de recursos, 2005.



Fonte: Banco do Nordeste, Relatório Final do Prodetur/NE I, 2005.

Até o ano de 2005, previam-se investimentos de 900 milhões de dólares nos estados nordestinos, distribuídos em parcelas, sendo que o Maranhão recebeu U\$\$ 26.599 milhões provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento <sup>8</sup> e U\$\$ 14.092 milhões de contrapartida local. Os investimentos foram distribuídos para a Elaboração de Estudos e Projetos, Desenvolvimento Institucional, Saneamento, Proteção e Recuperação Ambiental, Transportes, Recuperação de Patrimônio Histórico e Aeroportos (BNB, 2005).

No âmbito da aplicabilidade dos recursos no estado do Maranhão foram elaborados instrumentos para o desenvolvimento institucional que contou com dois projetos: Plano Maior de Marketing do Maranhão; e Promoção e Marketing Turístico do Maranhão. Ambos visavam à construção da imagem aos mercados emissores de turistas e que seriam instrumentos de base para o ordenamento e planejamento das atividades turísticas.

De acordo com o Relatório Final do Banco do Nordeste (BNB, 2005), a maior parte dos financiamentos foi direcionada ao melhoramento de aeroportos, saneamento e transportes. Com objetivo de propiciar circulação urbana e diminuir congestionamentos, associados ao acesso a zonas de interesse turístico, de maneira que o estado do Maranhão recebeu 19,3% dos recursos destinados aos transportes para a construção de viadutos, atracadouros e terminais marítimos (BNB, 2005).

Como forma de facilitar o acesso ao Estado do Maranhão obteve-se o melhoramento do Aeroporto Marechal Cunha Machado em São Luís, bem como a recuperação de vias urbanas, recuperação de pontes e requalificação urbana; projetos esses, que estão associados à recuperação do Patrimônio no Centro Histórico de São Luís (BNB, 2005).

Também devem ser salientados importantes projetos de saneamento na capital maranhense como a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diferentes bairros. No setor de saneamento também foram feitos investimentos em projetos de drenagem associados a outras intervenções, a exemplo dos projetos: Drenagem e Pavimentação do Centro Histórico de São Luís – MA (BNB, 2005).

---

<sup>8</sup> O Banco Interamericano de Desenvolvimento ou BID é uma instituição financeira internacional que propicia iniciativas em países latino-americanos para amenizar a pobreza e incrementar a equidade de modo a fomentar a integração regional e o desenvolvimento sustentável.

É importante enfocarmos a prioridade dada a São Luís no que diz respeito ao turismo, na medida em que foram qualificando os espaços urbanos dessa cidade em detrimento de outros espaços e concomitantemente outros polos turísticos que, muitas vezes, apresentam um nível de carência superior.

A experiência adquirida com a execução do Prodetur/NE I permitiu que na segunda fase novos conceitos e estratégias fossem utilizados. Assim como na primeira fase, a continuidade do Prodetur II deveria incluir os nove estados, contudo, acabou contemplando apenas seis estados. Esse fato foi justificado no relatório do Prodetur II no qual alegam que os estados não participantes não estariam aptos às condições prévias para a contratação dos sub empréstimos.

Na segunda fase desse programa o Estado do Maranhão não foi contemplado com investimentos provenientes no BNB já que não estabeleceu parcerias para o empréstimo (BNB, 2005). Isso reduziu drasticamente os investimentos de capital externo nessa Unidade da Federação. Na prática, o Prodetur/NE no Maranhão, centralizou os investimentos em São Luís e seu entorno, o que não permitiu que outros municípios possuíssem mais autonomia quanto ao ordenamento de sua atividade, ou seja, manteve a centralidade quanto ao planejamento e investimentos no setor.

Alguns obstáculos dificultaram a implementação do Prodetur, dentre eles, de ordem interna e externa, políticos-institucionais que impediram o não envolvimento de todos os agentes que fazem parte das organizações privadas e governamentais atuantes no setor de turismo.

Contudo, vale salientar que embora o estado do Maranhão não tenha dado continuidade na segunda fase, as intervenções realizadas durante o Prodetur I foram preponderantes para o atual estágio na atividade no Estado. Reflexo disso foi a criação dos polos Grande São Luís, Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas, que até hoje são eleitos como prioridades nas políticas públicas de turismo do estado.

#### 4.3 Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão.

Com o intuito de estabelecer políticas públicas de turismo direcionadas ao estado do Maranhão, surge a necessidade da estruturação de um documento norteador de orientações para a gestão pública e privada do turismo. Portanto, é:

“[...] a partir da década de 1990 que o estado passa a contar com políticas mais sistematizadas voltadas à atividade turística e instrumentos de planejamento

que expõem a intenção de expandir o *uso do território* para além de São Luís – Alcântara.” (COSTA, 2015, p.181 – grifo nosso).

Surge assim, o Plano Estratégico de Turismo do Maranhão – Plano Maior formulado no ano de 1999, decorrente de parcerias firmadas entre o Governo do Estado do Maranhão com Banco do Nordeste através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE, além de empresas privadas, prefeituras e outros agentes locais (MARANHÃO, 2000).

O plano constitui-se em uma ferramenta norteadora do desenvolvimento do setor turístico concedendo o uso racional dos recursos turísticos, em destaque para o ambiente natural e à identidade cultural das populações residentes onde o turismo se estabelece. Para isso, o documento faz uma radiografia geral das potencialidades turísticas detectando seus aspectos sociais, culturais, naturais e infraestruturas do estado.

O governo do Maranhão lançou duas versões desse Plano, cuja primeira é referente ao ano de 2000 e a segunda ao ano 2010. No que tange à primeira versão, o documento abrange três etapas: I etapa - Diagnóstico (de maio a outubro de 1999); II etapa - Definição das estratégias (outubro de 1999 até janeiro de 2000); e III etapa - Estruturação e Consolidação (a partir de janeiro de 2000).

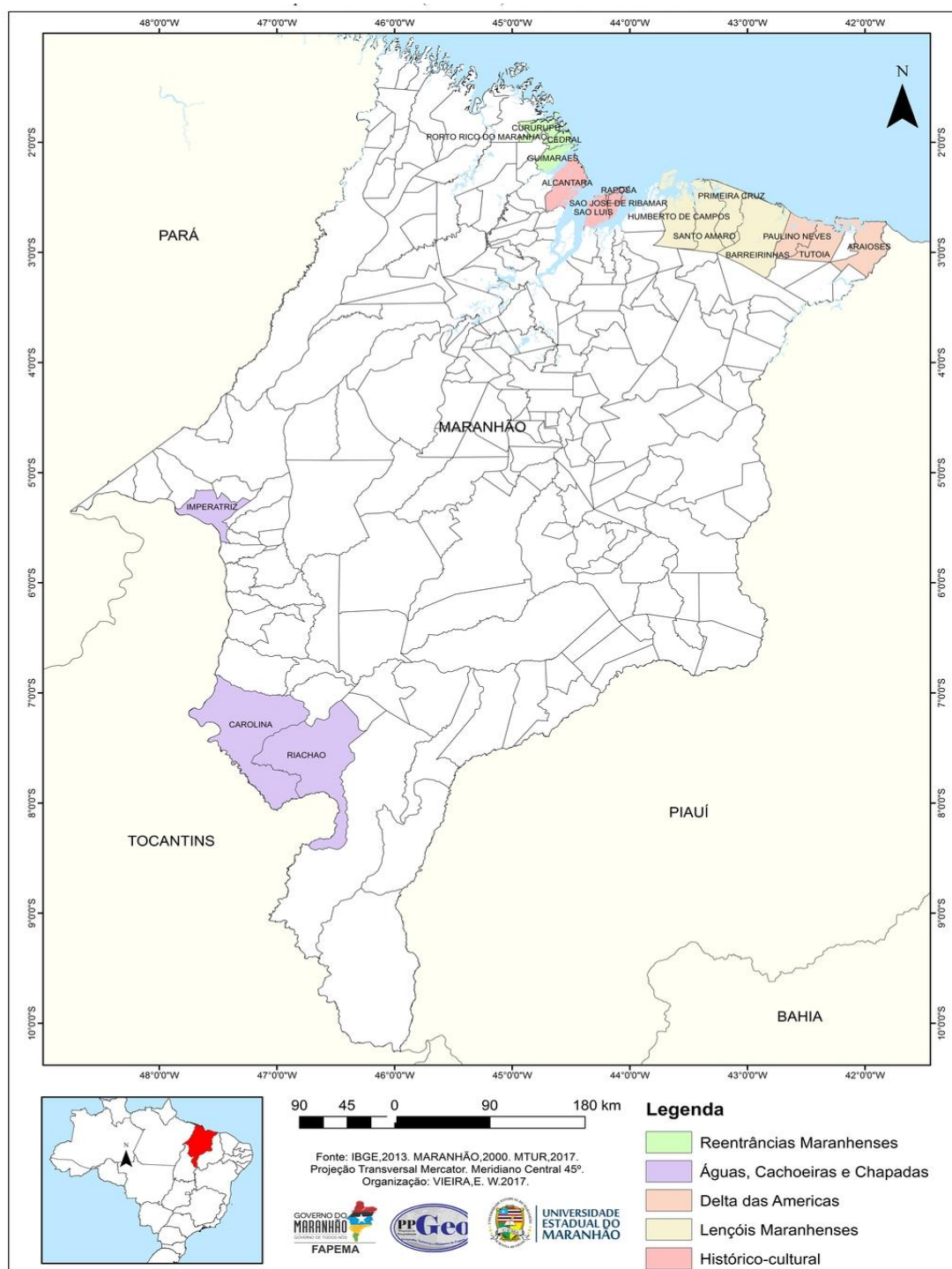
Na primeira etapa foram catalogados 149 atrativos turísticos no estado em questão, realizando diagnósticos do panorama das atrações traçando o perfil do turista e dos equipamentos de transportes (MARANHÃO, 2000). Inicialmente foi proposta a criação de cinco regiões turísticas: Polo Histórico-Cultural; Águas, Cachoeiras e Chapadas, Lençóis Maranhenses; Delta das Américas e Florestas dos Guarás<sup>9</sup> (Mapa 2) contemplando 19 municípios.

Mapa 2: Plano Maior (2000-2010) – Polos Turísticos do Maranhão.

---

<sup>9</sup> Os polos são compostos pelos seguintes municípios: Polo Histórico-Cultural - São Luís, Alcântara, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar; Polo Lençóis Maranhenses - Santo Amaro, Humberto de Campos, Primeira Cruz e Barreirinhas; Polo Delta das Américas - Paulino Neves, Tutoia e Araiões; Polo Águas, Cachoeiras e Chapadas - Imperatriz, Carolina e Riachão; Polo Florestas dos Guarás - Cedral, Cururupu, Guimarães e Porto Franco do Maranhão.





Fonte: MARANHÃO, 2012. Adaptação: VIEIRA.2016.

O modelo de organização territorial do Plano Maior em sua primeira versão priorizou o litoral do estado, uma vez que dos cinco polos, quatro encontram-se em regiões litorâneas (Polo Histórico-Cultural, Polo Lençóis Maranhenses, Polo Delta das Américas, Polo Floresta dos Guarás) e um no continente (Polo Águas, Cachoeiras e Chapadas). Essa priorização do litoral pelo Plano Maior ainda é reflexo dos investimentos oriundos do Prodetur/Ne.

Como relata Costa (2015, p.184) “a distribuição dos cinco polos mencionados ressalta o caráter litorâneo adotado para a indução da atividade turística no Maranhão seguindo uma tendência nacional e predominantemente regional” no qual o turismo nos estados nordestinos é associado sol e praia.

A proposta dos polos foi evidenciar as potencialidades turísticas como um instrumento da política pública com intuito de promover o desenvolvimento local e regional. Segundo Ferreira (2007):

A definição dos mencionados polos turísticos foi uma *estratégia* adotada pelo Governo do Maranhão no sentido de otimizar o investimento e a concentração de produtos turísticos, visando transformá-lo em um “celeiro” de diferentes atrações, a exemplo do ecoturismo, lazer histórico, cultural, musical e folclórico ; para tanto, previu-se a inversão financeira em infra estrutura e serviços públicos, hotéis e restaurantes. (FERREIRA, 2007, p.6).

A definição das estratégias está caracterizada pelo recolhimento das informações necessárias para promoção turística através do plano operacional, que culminou na definição de estratégias que dividem o plano em Macroprogramas (Desenvolvimento, Marketing, Maior Qualidade, Sensibilização da Sociedade e Comunicação). Cada macroprograma considera que, para que haja o crescimento turístico do estado do Maranhão, é necessário o desenvolvimento integrado dos aspectos econômicos, sociais, urbanos estabelecendo a preservação dos recursos naturais fomentado, o *marketing* das atratividades, qualidade dos serviços prestados e a sensibilização ao o uso dos recursos naturais. Para isso, propõe os seguintes objetivos:

1. Alcançar um nível de qualidade coerente com a liderança desejada; 2. Conscientizar a sociedade quanto aos benefícios sociais do turismo de qualidade; 3. Criar uma imagem turística do Maranhão e de cada um dos seus pólos; 4. Aumentar o fluxo turístico. (MARANHÃO, 2000, p.78)

Em tal caso, criou-se um modelo de desenvolvimento por polo compondo metas de estruturação dos equipamentos turísticos decorrente do perfil de cada roteiro. A proposta dessa meta era induzir o crescimento equilibrado dos produtos turísticos, gerando ofertas compatíveis com a infraestrutura a ser implantada e fomentar o desenvolvimento turístico, orientado por normas e regulamentos previamente estabelecidos.

Para o Ministério do Turismo o produto turístico é entendido como:

[...] o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço” (BRASIL, 2007, p. 17).

Ruschmann (2000) reforça esse conceito quanto entende o produto turístico como decorrência de uma aglutinação de bens e serviços disponíveis ao consumo do turista.

Na Estruturação e Consolidação referente à terceira etapa, convém ressaltar as negociações do Governo do Maranhão com o Ministério do Turismo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, através do Banco do Nordeste do Brasil (MARANHÃO, 2000). A finalidade dessa etapa foi materializar o PRODETUR I culminando em ações que ampliariam a infraestrutura turística do estado do Maranhão visando estabelecer corredores turísticos com a função de interligar polos de turismo, melhorar a infraestrutura dos mesmos dentro do contexto nacional e criar centros receptivos para o turismo no Maranhão.

É relevante destacar que, para incentivar o desenvolvimento integrado é necessário atentar-se para as realidades locais, das quais nem todos os municípios possuem aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais equivalentes. Desta forma, as metas e objetivos dos planos acabam esbarrando na heterogeneidade das configurações territoriais e consequentemente geram resultados diferenciados para cada realidade.

O Plano Maior, nessa primeira versão, tem como aspecto positivo a criação de polos turísticos como facilitador de uma organização descentralizadora. O intuito desse plano é permitir que os agentes sociais assumissem a centralidade no controle do território, porém, não houve ações intensivas de conscientização da comunidade o que fez com que pouco houvesse interesse por parte dos agentes sociais com as implicações do turismo nas regiões turísticas. Como explica Silva e Costenaro, é de extrema importância envolver os agentes locais através de um processo de conscientização e valorização. Isso implica que;

Uma estratégia importante é a conscientização da população local, acerca dos benefícios socioeconômicos, patrimônio histórico, artístico e cultural. Concomitante à conscientização dos empresários, a formação da mão-de-obra qualificada é essencial. Treinar e desenvolver as pessoas para que elas possam dar informações sobre o produto turístico da região, conscientizá-los de sua importância no processo da promoção turística. (SILVA; COSTENARO, 2004, p. 10)

Como continuidade das atividades lançadas na primeira versão no ano de 2000, em 2011, foi lançado o Plano Maior (2010-2020). Já na segunda versão, o Plano Maior busca atingir outras regiões antes não contempladas com o planejamento turístico.

O Maranhão almeja nessa segunda versão consolidar o setor turístico nos mercados nacionais e internacionais, com dois enfoques principais: Plano Operacional de

Desenvolvimento (visa ao desenvolvimento dos polos a partir de cada especificidade existente) e Plano de Operacional de Marketing (que almeja trabalhar a imagem do Maranhão para os diversos mercados). Este novo plano deu continuidade à divisão por “região” turística da primeira versão e adicionou mais cinco novos polos distribuídos em todo o estado, contemplando ao total 39 municípios nas duas versões. São eles: pertencentes à primeira versão o Polo Grande São Luís<sup>10</sup>, Lençóis Maranhenses, Delta das Américas, Chapada das Mesas<sup>11</sup> e Florestas dos Guarás, aos quais foram acrescentados na segunda versão 2010 o Polo Munim (Mapa 3), o Cocais, o Serras Guajajara/Timbira/Kanela, o Amazônia Maranhense, além do Lagos e Campos Flóridos<sup>12</sup> (MARANHÃO, 2011).

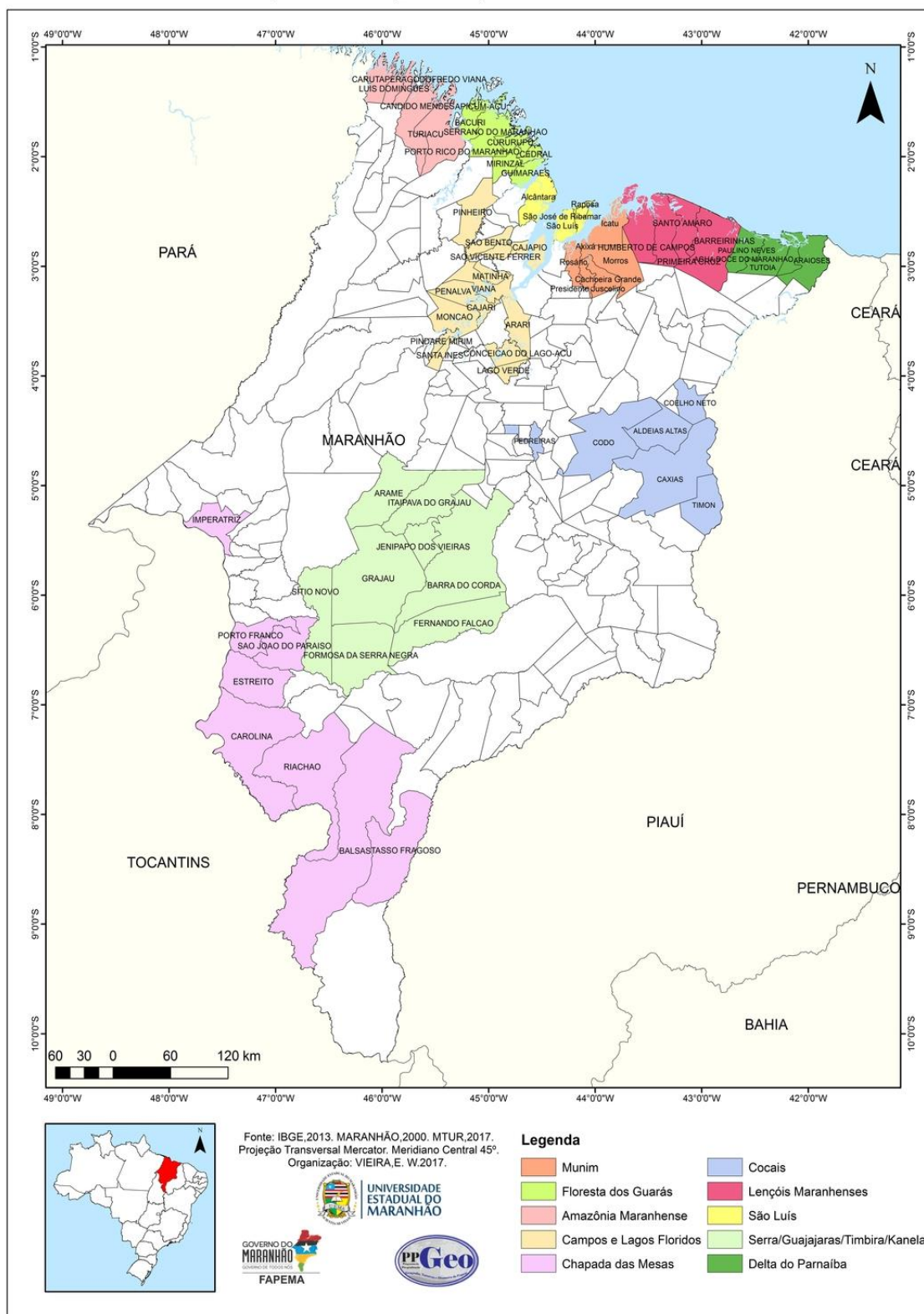
---

<sup>10</sup> O Polo Histórico Cultural teve seu nome modificado na segunda versão do Plano Maior e recebeu o nome de Polo São Luís. (MARANHÃO, 2010)

<sup>11</sup> O Polo Águas, Cachoeira e Chapadas na segunda versão do Plano Maior recebe o nome de Chapada das Mesas. (MARANHÃO, 2010)

<sup>12</sup> Os polos são compostos pelos seguintes municípios: Polo Munim - Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Rosário; Polo Cocais - Aldeias Altas, Caxias, Codó, Coelho Neto, Pedreiras e Timon; Polo Serras Guajajara/Timbira/Kanela - Arame, Barra do Corda, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Grajaú, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras e Sítio Novo; Polo Amazônia Maranhense - Turiaçu, Cândido Mendes, Luís Domingues, Godofredo Viana e Carutapera; Polo Lagos e Campos Flóridos Arari, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Lago Verde, Matinha, Monção, Pindaré Mirim, Penalva, São Bento, São Vicente Férrer, Viana, Vitória do Mearim, Pedro do Rosário e Santa Inês.

Mapa 3: Plano Maior (2010-2020) – Polos turísticos do Maranhão.



Fonte: MARANHÃO, 2012. Adaptação: VIEIRA, E.W. 2016.

Na nova versão apresentada, o Plano Maior identificou o papel de cada um desses polos no composto turístico do Maranhão e estabeleceu prioridades subdividindo-

os em segmentos: Polos Indutores<sup>13</sup> (São Luís, Parque dos Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas<sup>14</sup>), Polos Estratégicos<sup>15</sup> (Delta das Américas Florestas dos Guarás, Munim, Lagos e Campos Floridos) e Polos de Desenvolvimento<sup>16</sup> (Cocais, Serras Guajajara/Timbira/Kanela, Amazônia Maranhense).

A proposta exteriorizada pelo Plano Maior é que os polos considerados de desenvolvimento pudessem alcançar suas metas tornando-se polos estratégicos e posteriormente indutores. Não é observada nenhuma orientação proposta pelo plano maior de qual metodologia as regiões turísticas em desenvolvimento e estratégicas devem adotar para atingir melhor rentabilidade na oferta e nos produtos turísticos.

Assim como a falta de metodologias que guiem as regiões turísticas mais desfavorecidas de equipamentos, percebe-se tendenciosamente que os investimentos oriundos do Estado, à priori, estão voltados aos polos estratégicos. Desta maneira nota-se que o desenvolvimento das regiões turísticas acontecem de maneiras distintas, pois polos turísticos de desenvolvimento e estratégicos não apresentam grau de êxito semelhante aos polos indutores.

Para atingir o desenvolvimento do turismo foram traçadas linhas de atuação mercadológica com metas, objetivos e fases temporais. Cabe aqui ressaltar a preocupação na consolidação da imagem do Maranhão como produto turístico, para, conseqüentemente, gerar aumento do fluxo de turistas. A concretização dos objetivos visa gerar o aumento nas receitas do estado referido possibilitando maiores investimentos nas condições de infraestrutura, acessibilidade e segurança, além da comercialização do local elevando as condições de atendimento turístico, a competitividade dos produtos e destinos dos polos.

A construção do Plano Maior 2010 contou com três fases consecutivas: Análise da Situação Atual; Planejamento Estratégico; e Plano Operacional (MARANHÃO, 2010). A primeira fase referiu-se à construção do diagnóstico a fim de obter informações

---

<sup>13</sup> Apresenta melhor rentabilidade a partir do aprimoramento da oferta e produtos existentes (MARANHÃO, 2012).

<sup>14</sup> São Luís e Barreirinhas foram apontados pelo Ministério do Turismo como destinos indutores no rol de 65 municípios no País. Esses municípios compõem o polo Grande São Luís e Lençóis Maranhenses, respectivamente. A Setur – MA incluiu Carolina, município pertencente ao Polo Chapada das Mesas, como um destino indutor em seu planejamento.

<sup>15</sup> São apontados como áreas de investimentos a longo e médio prazo por seus potenciais, porém necessitam de investimentos quanto à divulgação e financiamentos (MARANHÃO, 2012).

<sup>16</sup> Polos que demandam maiores investimentos em decorrência de sua deficiência de infraestrutura nos municípios que os compõem (MARANHÃO, 2012).

locais de cada polo. Assim, foi possível obter uma radiografia do turismo nos dez polos que darão suporte ao planejamento consistente e preciso (MARANHÃO, 2012).

A análise da situação atual faz uma interpretação de dois ambientes: o interno, que trás um panorama do Turismo no Maranhão; e o externo que ressalta o panorama no cenário do mercado turístico. Foram analisados: o turismo no Maranhão, o Maranhão do mercado, a oferta turística atual, a opinião interna, a opinião do turista e a política turística. Os dados fornecidos nesse primeiro diagnóstico referem-se a uma análise macro do Estado do Maranhão, assim não identificando os reais déficits e demandas por polos turísticos. Constatou-se que o Estado ainda não exerce a atividade turística de modo expressivo e apresenta deficiência quanto à oferta turística atual, e, além disso, não apresenta metodologias que indiquem possíveis soluções para esse quadro.

O Planejamento Estratégico, na segunda fase, a partir das conclusões do diagnóstico, foram traçados as linhas de atuação mercadológica com metas, objetivos e fases temporais para o estado do Maranhão. Quanto aos objetivos gerais do Plano Maior 2020, destaca-se:

Alcançar um nível de qualidade turística coerente com a liderança desejada; Comportar o envolvimento da comunidade de forma que a mesma possa se beneficiar do turismo de qualidade; Consolidar uma imagem turística do Maranhão e de seus Polos no mercado de interesse; Prover força competitiva ao Maranhão ao mercado turístico; Aumento sustentável do fluxo de turismo; Aumentar em maior escala, as receitas geradas pelo turismo. (MARANHÃO, 2012, p. 178)

Os objetivos gerais do Plano Maior foram traçados a partir de um modelo global que busca o desenvolvimento dos polos, assim como a estratégia de produtos. O modelo prioriza o turismo de qualidade, sendo dirigido por valores de mercado de forma a gerar benefícios efetivos por meio da atividade turística, permitindo assim, encontrar soluções às questões socioambientais e econômicas que afetam o setor turístico e as comunidades diretamente envolvidas. Assim como os objetivos, as metas também seguem a mesma linha de raciocínio, que segundo o Plano Maior 2020 é:

Aumento real e significativo dos grupos de turistas que se hospedam em meios de hospedagem regulares, em especial hotéis e pousadas; Deve ser estimulado o crescimento sistemático da taxa de ocupação hoteleira, como o melhor aproveitamento dos períodos de baixa temporada; Manutenção do crescimento de oferta hoteleira, sobretudo em São Luís, propiciada por novos investimentos privados no setor (MARANHÃO, 2012, p. 179).

A concretização das metas e objetivos gerais do Plano Maior através da segunda fase visam melhorar as condições de infraestrutura, acessibilidade, segurança e de produção e comercialização do local, elevando as condições de atendimento turístico, a

competitividade dos produtos e destinos dos Polos. Incentivos como o desenvolvimento de atrativos naturais e culturais, infraestruturas e serviços no setor turístico, capacitação e qualificação de pessoas, organização e planejamento de legislação, estão inclusos na etapa do Planejamento Estratégico.

O Plano Operacional propõe colocar em prática as atuações entendidas como as adequadas para o desenvolvimento e capacitação de destinos, produtos e segmentos turísticos do Maranhão, bem como para sua organização, fomento e gestão (MARANHÃO, 2012). Estabelece assim, a promoção dos roteiros e a comercialização dos produtos turísticos do Maranhão de maneira a serem consumidos pelo mercado, sustentando os objetivos e metas do Plano Maior 2020 na linha mercadológica turística.

Analisando a proposta do desenvolvimento da atividade turística no Plano Maior 2000 e 2010, verifica-se que em ambas versões, as metas e objetivos enunciados estão direcionadas ao crescimento de “receita e fluxo” a ser gerado para o Estado. Mesmo com o cenário de um turismo de baixa expressividade não há uma preocupação mais evidente quanto à resolução dos déficits de infraestruturas que atendam as demandas das comunidades e dos turistas. Nota-se que o plano direciona operacionalidades macros para todo o Estado do Maranhão, não se atentando as configurações territoriais distintas e aspectos socioeconômicos discrepantes encontrados nos municípios dos 10 polos turísticos. Para que haja desenvolvimento democrático de todas as regiões turísticas, a priori, é necessário o reconhecimento da realidade local com metas e objetivos direcionados as peculiaridades de cada região turística.



## CAPÍTULO V

---

### O POLO MUNIM

*“... o Turismo, organizado e planejado, é poderoso instrumento de aceleração ou complementação do processo de desenvolvimento.” Mário Beni.*

## 5. O POLO MUNIM

### 5.1 Localização

O Polo Munim passou a integrar o Plano Maior a partir de 2010, ou seja, em sua segunda versão. Situado na Região de Planejamento do Baixo Munim<sup>17</sup> (MARANHÃO, 2008), o polo citado é constituído pelos municípios Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário; a nomeação desse polo faz referência ao rio Munim, que passa pelos municípios de Presidente Juscelino, Cachoeira Grande, Morros, Axixá e se mistura às águas salgadas da Baía de São José, no município de Icatu, integrando o Golfão Maranhense (MARANHÃO, 2012).

O portal de entrada da citada região de planejamento e do polo turístico em destaque é o baixo rio Munim, com suas características de transição do Cerrado para a Amazônia e afluentes de águas cristalinas, corredeiras e pequenas cachoeiras. O polo recebe o *slogan* (Figura 2) “Um encanto natural como só existe no Maranhão”. Os rios Munim e Una são os protagonistas da natureza e em seus leitos de areia fina, formam diversos balneários (MARANHÃO, 2012).

Figura 2: Marca utilizada na promoção turística do Polo Munim.



Fonte: Setur-MA, 2015.

Estrategicamente posicionado entre os dois mais importantes polos turísticos do Maranhão, isto é, o Polo São Luís (68 quilômetros de distância) e o Polo Parque dos Lençóis Maranhenses (187 quilômetros de distância) (MARANHÃO, 2012), a partir da capital maranhense seu principal meio de acesso é através das BR 135 e BR 402 (Mapa 4).

<sup>17</sup> Os municípios que compõem a Região de planejamento do Baixo Munim são: Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário. Bacabeira é o único município dessa região que não integra o polo Munim.

Mapa 4: Polos turísticos de São Luís, Munim e Lençóis Maranhenses, Maranhão.



Fonte: IBGE, 2013; MTUR, 2017; DNIT, 2015. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

## 5.2 Sobreposições Territoriais: APA x RMGLS x Polo Turístico.

De acordo com Ferreira (1999, p.206), em 1974 a Lei delegada n°48 pretendia definir diretrizes comuns para a implementação de uma gestão regional para a Ilha do Maranhão<sup>18</sup>. Esse foi o primórdio de um objetivo só atingindo em 1989 com a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís - RMGLS, tal feito decretado no Art 19° da Constituição do Maranhão. A referida Região Metropolitana ganha definição legal através da Lei Complementar Estadual - LCE n° 038, que passa a estabelecer o primeiro formato institucional para a RMGSL delimitando sua abrangência, organização e funções.

Ao longo dos anos, as discussões em respeito à abrangência e a organização sofreram modificações e mais tarde seria ampliada (Quadro 1): a primeira em 2003, através da LCE de n° 069 do qual incluiu Alcântara foi incluída; a segunda via LCE n°153 de 2013 com a implementação dos municípios de Bacabeira, Rosário e Santa Rita; a terceira através da LCE n° 161. (MARANHÃO, 2013).

Quadro 1 - Municípios integrantes da RM Grande São Luís de acordo com a Lei Complementar Estadual.

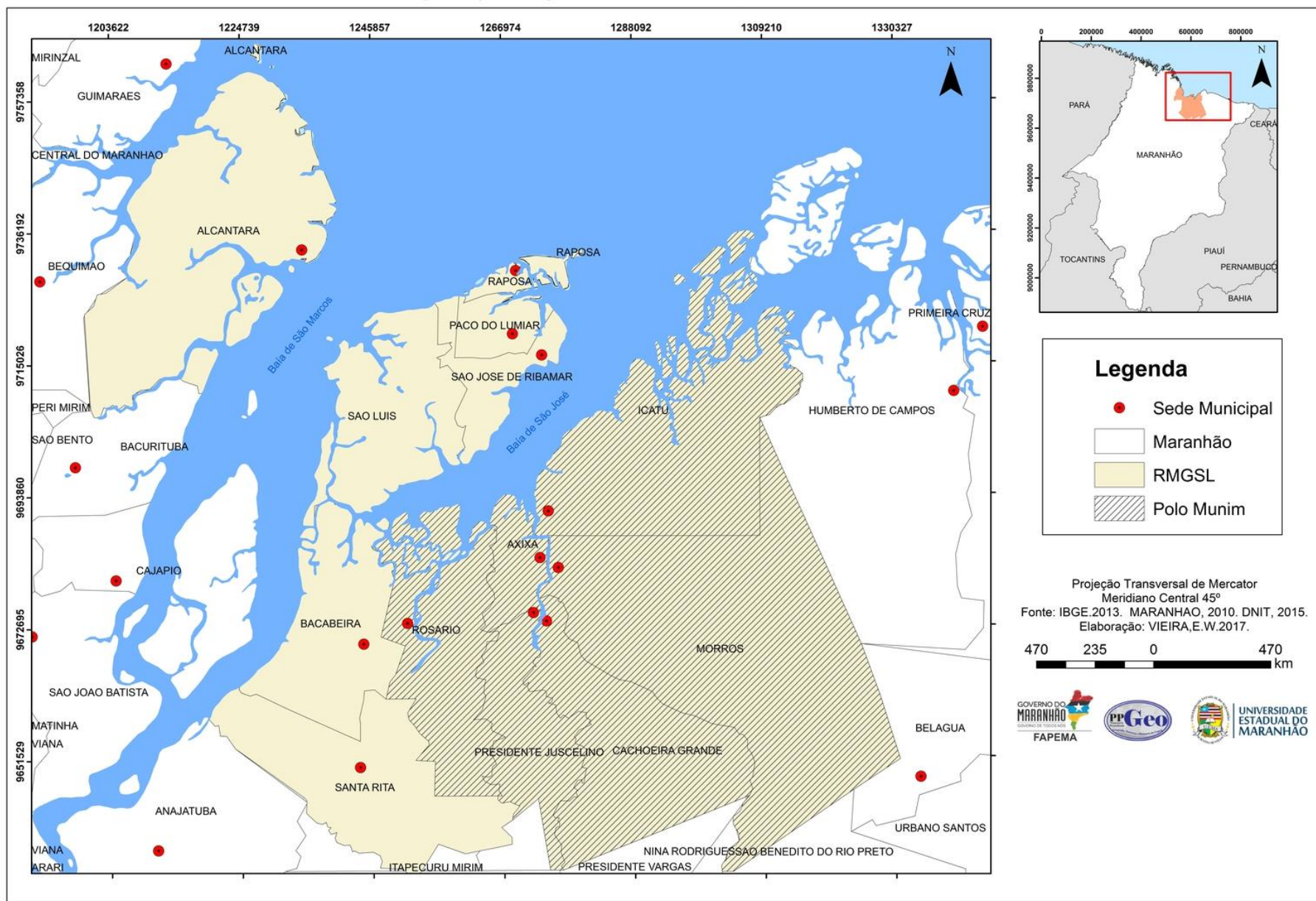
	<b>Municípios</b>	<b>Ano de Efetivação</b>	<b>Lei de inclusão na Região Metropolitana.</b>
<b>Região Metropolitana da Grande São Luís</b>	São Luís, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar.	1998	Lei Complementar Estadual n° 038.
	Alcântara	2003	Lei Complementar Estadual de n° 069
	Bacabeira, Rosário e Santa Rita.	2013	Lei Complementar Estadual n° 153
	Icatu	2013	Lei Complementar Estadual n° 161
	Axixá, Morros, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino.	2015	Lei Complementar Estadual n.º 174

Fonte: SECID, 2017. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

Rosário e Icatu já integravam a RMGSL quando em 2015 foi ampliada através da LCE n° 174/2015 Art 3° a adesão de Axixá, Cachoeira Grande, Morros e Presidente Juscelino (SECID, 2017) contemplando assim, todos os municípios que pertencem ao polo Munim (Mapa 5).

<sup>18</sup> Composta por São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e Ribamar.

Mapa 5: Região Metropolitana e polo Munim, Maranhão.



Fonte: IBGE, 2013; MTUR, 2017. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

A adesão dos novos municípios configurou a quarta conformação territorial à Região Metropolitana da Grande São Luís e levou em consideração os seguintes critérios:

I - articulação funcional entre os municípios, com contiguidade e/ou descontinuidade da mancha de ocupação (portos, aeroportos, serviços complexos, cidade dormitório, pesquisa e inovação, grandes investimentos econômicos e de infraestrutura, aterro sanitário, mananciais hídricos, etc.); II - inserção na região de influência do município de São Luís, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (REGIC); III - taxa de crescimento anual da população acima da média do Estado (1,52% a.a. entre 2000 e 2010); IV - existência ou necessidade de funções públicas de interesse comum; V - elevado interesse turístico, de proteção ambiental e de valorização cultural; VI - relevante movimento pendular da população para trabalho e/ou estudo. (MARANHÃO, 2017, p.8).

A implementação de novos municípios traz consigo uma série de discussões quanto ao processo de metropolização da Grande São Luís, que está carregado de controvérsias, seja por suas características urbanas ou gerenciamento desarticulado, sendo desta maneira denominada por muitos autores de metropolização forçada (MOREIRA, 2013).

Segundo a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID à incorporação dos novos municípios foi efetuada sob a área de influência da Capital Maranhense na RMGSL visualizando as principais características e determinantes (Quadro 2), a fim de promover ações conjuntas e planejadas tornará possível a viabilização e otimização das potencialidades que dinamize e reestruture o desenvolvimento socioespacial (MARANHÃO, 2017).

Quadro 2: Determinantes e características dos Municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís.

<b>Municípios</b>	<b>Características</b>
<b>São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar;</b>	Municípios polarizadores com concentração de atividades industriais e de serviços com intenso movimento pendular.
<b>Alcântara</b>	Localização geográfica estratégica (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA) e relevante movimento pendular
<b>Raposa, Bacabeira, Rosário, Santa Rita;</b>	Municípios com crescente nível de atividade econômica regional, interligados com grande fluxo de carga e passageiros, com movimento pendular crescente e desenvolvimento de projetos estratégicos Federais e Estaduais em desenvolvimento

<b>Axixá, Icatu, Morros, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino.</b>	Municípios com baixo nível de atividade econômica regional e fragilidade da base tributária, resultando em reduzida capacidade de investimento e dependência de transferências de renda. Elevado potencial ambiental e turístico, com movimento pendular crescente e previsão de projetos estratégicos Federais e Estaduais.
--	--

Fonte: SECID, 2017. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

Vale ressaltar no quadro supracitado, as características atribuídas aos municípios do Polo Munim que compõem a RMGSL. Com exceção de Rosário, cujas suas características estão atribuídas ao grande fluxo de carga e passageiros, com movimento pendular crescente e desenvolvimento de projetos estratégicos, os demais municípios (Axixá, Icatu, Morros, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino) estão vinculados ao elevado potencial ambiental e turístico.

A atividade turística é incorporada como fator determinante para a inclusão de novos municípios na RMGSL. Esses critérios, em linhas gerais confluem para a definição da nova configuração metropolitana que visa, segundo a Secretária Estadual das Cidades e Desenvolvimento Urbano, atender não só demandas comuns aos municípios da Ilha do Maranhão, “mas fornecer a integralização, desenvolvimento e como principal mote a redução das desigualdades sociais” (MARANHÃO, 2017. p. 15) dos municípios a partir da união entre Governo do Estado e Municipal. Posto isto, cabe ao Estado conduzir as ações e o uso do território metropolitano, para uma melhor eficácia da distribuição do setor produtivo, da população atingida direta e indiretamente, dar a devida atenção as áreas protegidas, dos equipamentos e das tendências desse território.

Para o planejamento urbano de caráter metropolitano será elaborado um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da RMGLS que mostrará a atual situação de uso e ocupação do território, bem como seus aspectos ambientais, socioeconômicos, de mobilidade, educação e turismo. O PDDI da RMGLS subsidiará ações integradas no território a partir de proposições (Quadro 3) que foram elaboradas por representantes da sociedade civil que aconteceram em setembro de 2017 e foram organizados pela Agência de Desenvolvimento Metropolitano (AGEM)

Quadro 3: Proposições para o Turismo na RMGSL dos municípios que compõem o polo Munim.

<b>Municípios</b>	<b>Proposições para o Turismo da RMGSL</b>
	1. Capacitar os trabalhadores de Juçara para uma possível inclusão na Rota turística da Região do Munim;

<b>Axixá</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>2. Capacitação permanente do setor hoteleiro, atendimento, gestão e outros;</li> <li>3. Mapear os pontos turísticos encontrados na cidade de Axixá para incluí-los no roteiro turístico da região do Munim;</li> <li>4. Mapeamento cultural da RMGSL;</li> <li>5. Criação de roteiro turístico com exposições culturais.</li> </ol>
<b>Cachoeira Grande</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cooperativa regional para recebimento de matérias recicláveis e geração de renda;</li> <li>2. Sinalização turística;</li> <li>3. Cursos de qualificação;</li> <li>4. Agência de turismo;</li> <li>5. Divulgação Turística.</li> </ol>
<b>Icatu</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação de um complexo turístico na sede do município para divulgar o turismo religioso, histórico e artesanato local;</li> <li>2. Sinalização dos pontos turísticos e históricos;</li> <li>3. Melhorias de acesso aos pontos turísticos da região;</li> <li>4. Capacitação para os empreendedores;</li> <li>5. Construção do santuários das almas Claudiana para fortalecer o turismo religioso.</li> </ol>
<b>Morros</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar, qualificar e formalizar o comercio e segmentos que já trabalham com a atividade turística;</li> <li>2. Criar rotas para turismo regional e local e difundir os vários segmentos turísticos: religioso, cultural, esportivo e paisagístico;</li> <li>3. Sinalização turística;</li> <li>4. Criação de um centro regional cultural;</li> <li>5. Elaboração de um calendário de planejamento bianual.</li> </ol>
<b>Presidente Juscelino</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Divulgação das Áreas de banho;</li> <li>2. Estabelecer gestão o turismo as instâncias de governança metropolitana;</li> <li>3. Estimular a produção, comercialização e valorização do artesanato;</li> <li>4. Promoção da cultural regional através de investimentos com divulgação de festas e danças típicas como vaquejada, Bumba meu boi, carnaval e Ano Novo.</li> </ol>
<b>Rosário</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sinalização turística na sede municipal;</li> <li>2. Criação do Centro de Atendimento ao turista;</li> <li>3. Integração da cultura e turismo no Polo Munim;</li> <li>4. Ênfase no artesanato local;</li> <li>5. Manutenção das vias de acesso terrestre e náuticos aos atrativos turísticos;</li> <li>6. Incentivo a divulgação das manifestações culturais ( Micarroça, porco na rede, bumba meu boi, danças folclóricas, dança do lelê e dança de são Gonçalo.</li> </ol>

Fonte: AGEM, 2017. Organização: VIEIRA, E.W. 2017

Essas proposições deveram ser a base para tomadas de decisões nas medidas de ações/projetos alinhados às políticas públicas que subsidiarão ações integradas no território metropolitano na Grande São Luís.

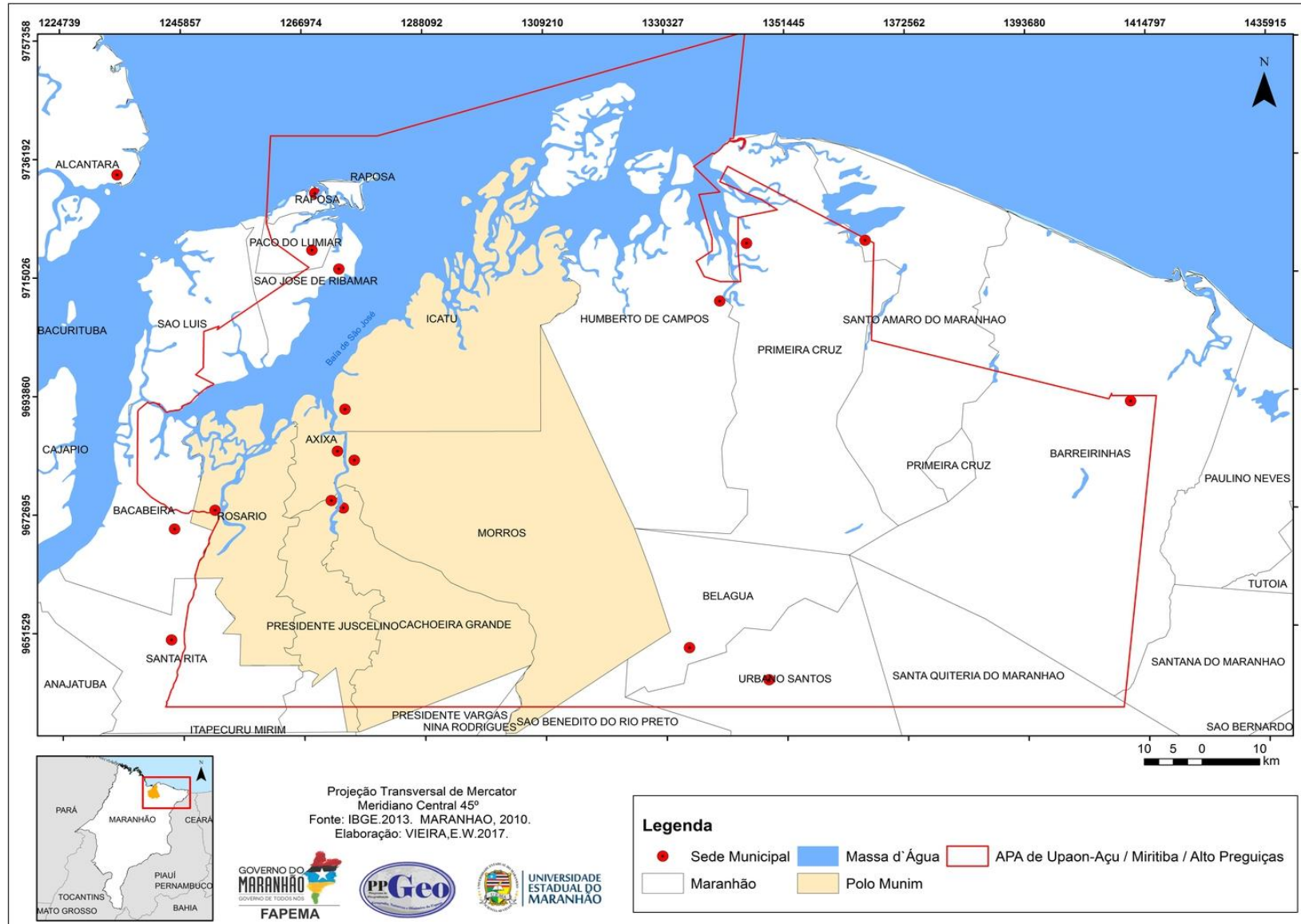


Por conseguinte, tais proposições deixam de ser exclusivos de interesse local, por estarem vinculados a toda comunidade metropolitana. Passam a constituir a organização intermunicipal daquelas localidades, e, por isso mesmo, deveram ser tratadas dentro de uma relação onde os interesses regionais e locais se cruzam e se inter-relacionam de modo complementar ou integrado. Nesse sentido, os planos metropolitanos devem dialogar com os Planos Diretores municipais e é desejável que, a médio prazo, eles orientem os investimentos públicos nas áreas metropolitanas (BRASIL, MINISTÉRIO DA CIDADES, 2004, Vol 1).

O estímulo à criação de territórios metropolitanos tem significado, mais que uma estratégia de planejamento e gestão territorial, mas compõem implicitamente uma estratégia para ampliar as vias de acesso aos financiamentos públicos. As proposições acima citadas no quadro 3, caso solucionadas, podem oportunizar a restauração dos arranjos de equipamentos, serviços e infraestruturas turísticas ao Polo Turístico Munim.

Além de pertencer à Região Metropolitana da Grande São Luís, o Polo Munim também faz sobreposição com a Área de Proteção Ambiental (APA) do Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças (Mapa 6).

Mapa 6: Localização da APA de Upaon-Açu, Maranhão.



Fonte: IBGE, 2013. MARANHÃO, 2014. MARANHÃO, 2010. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

A APA de Upaon-Açú foi criada pelo Decreto Estadual nº 12.428 de 12 de Julho de 1992 e envolve 24 municípios<sup>19</sup> numa área de 1.535.310 ha. O Plano de Manejo da Apa tem o propósito de disciplinar o uso e ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, as atividades de caça e pesca, a proteção à fauna e à flora, a manutenção dos ecossistemas e o padrão de qualidade das águas (MARANHÃO, 2014).

A Área de preservação ambiental de Upaon-Açu é uma unidade de conservação de uso sustentável que permite fazer os usos dos recursos naturais, mas desde que praticadas de uma forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada (MARANHÃO, 2014).

O modelo de turismo proposto pelo governo do Maranhão no Plano Maior 2010-2020, portanto, é o de “desenvolvimento sustentável” que se coaduna com os objetivos da APA referida. O plano de manejo da APA já considera o turismo como:

[...] um elemento que pode pressioná-la e para amenizar os efeitos negativos deve se preocupar com a realização de inventários dos atrativos mais indicados em função das fragilidades ambientais e das orientações contidas no Plano de Manejo da APA, de maneira que a comunidade local seja inserida na cadeia produtiva, agregando-lhe valor e gerando emprego e renda. (MARANHÃO, 2014. p.145)

Nota-se que o plano de manejo já indica o turismo como atividade que possa comprometer as fragilidades ambientais, concomitantemente em que, ainda assim não prioriza suas diretrizes de modo a amenizar os impactos provenientes da atividade turística como elemento que faz uso dos recursos naturais.

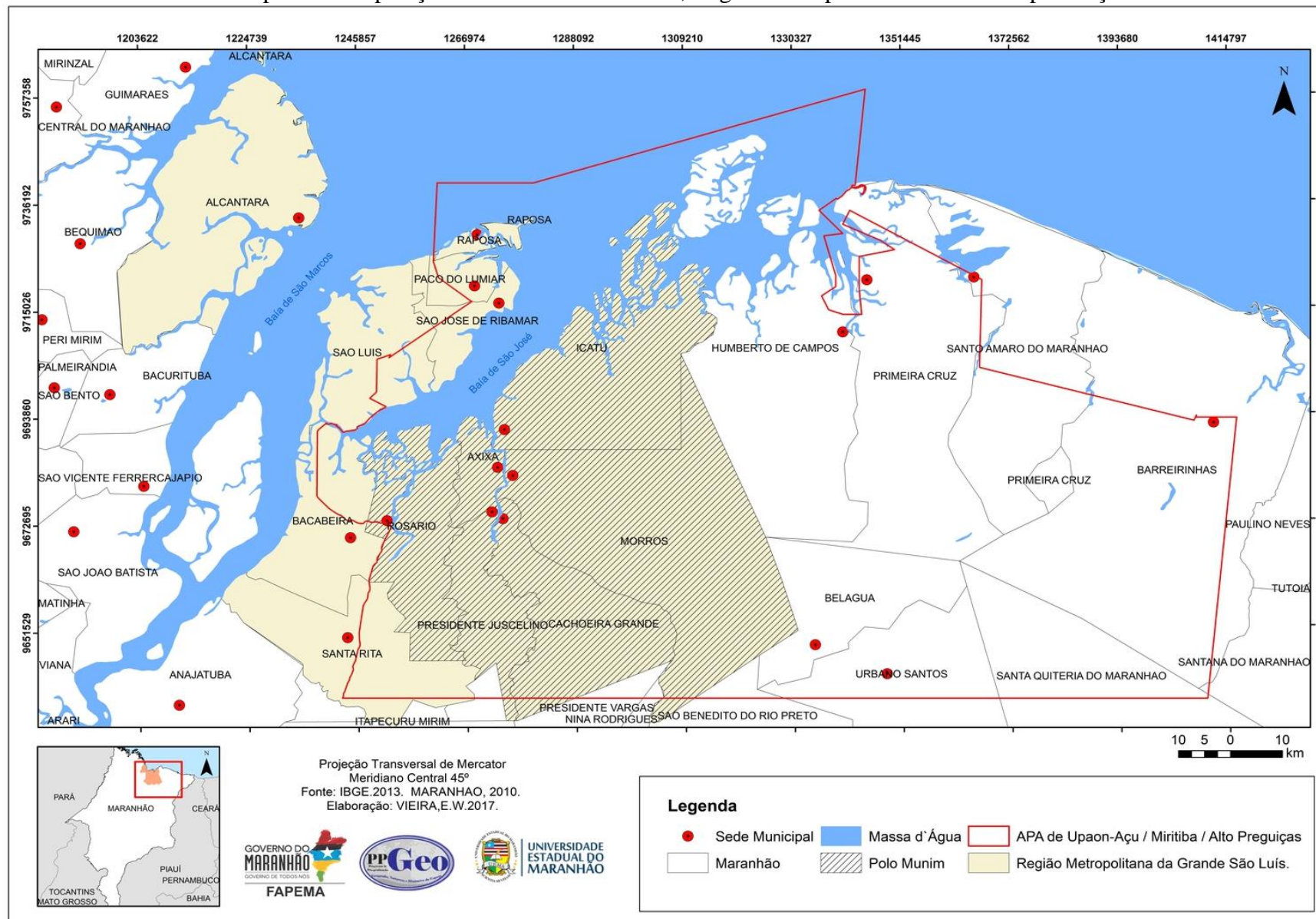
Além do plano de manejo da APA vale lembrar que os municípios tem competência para legislar em matéria de interesse local desde que respeitando a norma geral (federal) e a legislação estadual.

Diante disso, temos aqui, a sobreposição Plano de Manejo da APA de Upaon de 2014 com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana da Grande São Luís (em elaboração) da qual esta inserida o Polo Munim. A sobreposição desses três recortes territoriais (Mapa 7) dá origem a discussões acerca da prevalência de um ou outro instrumento no disciplinamento do uso do território na área em questão.

---

<sup>19</sup> Composta por: Axixá, Bacabeira, Barreirinhas, Belágua, Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Icatu, Itapecuru-Mirim, Morros, Nina Rodrigues, Paço do Lumiar, Primeira Cruz, Presidente Juscelino, Presidente Vargas, Rosário, Raposa, Santo Amaro do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Luís, São José de Ribamar, Santa Rita, Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão e Urbano Santos.

Mapa 7: Sobreposição de uso do Polo Munim, Região metropolitana e APA de Upaon-açu.



Fonte: IBGE,2013. MARANHÃO, 2014. SEPLAN,2017. MARANHÃO, 2010. Organização: VIEIRA, E.W. 2017

Possuindo conceitos jurídicos e técnicos diferentes, cabe aqui ponderar os interesses acerca dos vários tipos de planos, que visam delimitar geograficamente áreas com o objetivo de estabelecer regimes especiais de uso do território, seja de áreas protegidas, de desenvolvimento integrado ou de desenvolvimento da atividade turística.

É possível a convivência harmônica entre os instrumentos das três políticas, se tratadas de formas complementares e conduzidas de maneira conciliada. As possíveis aproximações entre as suas abordagens poderiam contribuir para minimizar a incidência de embates entre esses instrumentos de forma que respeite os interesses coletivos como a função social e/ ou conservação do meio ambiente. De acordo com Bezerra (2015, p.45):

A instituição de APAs em áreas urbanas ou de influência urbana não tem a capacidade de substituir os instrumentos de desenvolvimento urbano e ordenamento territorial e, assim, o diálogo com estes instrumentos deve ser constante e ter início desde o momento de criação. (BEZERRA, 2015, p.45)

Aprimorar os instrumentos de disciplinamento de uso e ocupação do solo, como o PDDI e o Plano de Manejo que conciliem aspectos urbanos e ambientais deve ser considerado prioridade para uma concreta aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Vale destaca aqui o uso de planos diretores municipais no disciplinamento dos usos do território como aliado ao planejamento do turismo. O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento de planejamento e gestão de municípios e prefeituras, considerado de importância inquestionável. Segundo Soares, o plano diretor é:

[...] o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e deve abranger o território do município como um todo, incluindo as zonas urbanas e rurais. Serve também para orientar os orçamentos públicos definidos democraticamente, a partir de processos de participação, e instituídos por leis municipais aprovadas pelas câmaras municipais (SOARES, 2001, p.18).

Os princípios que orientam o plano diretor estão inclusos no Estatuto da Cidade, onde esse plano está definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município. Portanto, o Plano Diretor tem por finalidade orientar a atuação do poder público na construção participativa de iniciativas, para ampliar e reformular ofertas de serviços públicos essenciais, assegurando melhores condições de vida para a população.

O Estatuto da Cidade regulamenta, no seu artigo 41, que o Plano Diretor é obrigatório para cidades (Capítulo III, Art.41):

a) com mais de vinte mil habitantes; b) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; c) onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182

da Constituição Federal; d) integrantes de áreas de especial interesse turístico; e) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

O Plano Diretor, assim, deve ser aplicado ao planejamento do uso e ocupação do solo nos municípios e é um dos instrumentos mais importantes para a manutenção da integridade e para a recuperação dos ecossistemas de interesse turístico.

Mais adiante, a mesma Lei apresenta o conceito de “Áreas Especiais de Interesse Turístico” e os “Locais de Interesse Turístico”, colocando que (Lei nº. 6.513 Capítulo I):

“Artigo 3º - Áreas Especiais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservadas e valorizadas no sentido cultural e natural, e realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

Artigo 4º - Locais de Interesse Turístico são trechos do território nacional, compreendidos ou não em Áreas Especiais, destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos, e que compreendam”.

Apesar de ser um conceito vasto, nota-se que o propósito do legislador foi garantir a preservação e a priorização de áreas e locais com características relevantes para o desenvolvimento da atividade turística. Isto se justifica ao considerarmos que o turismo pode ser responsável pelo impulso do crescimento econômico e populacional, acarretando a necessidade de planejamento da expansão urbana de modo a permitir o atendimento eficaz da função social da cidade, mercê da oferta de moradia, saúde, educação, transporte coletivo, trabalho, infraestrutura urbana, saneamento básico, etc.

A despeito disso, no caso dos municípios estudados, têm-se esses três indicadores favoráveis ao estabelecimento dessa política: enquadram-se na obrigatoriedade por integrarem a RMGSL; integram áreas de interesse turístico; Rosário e Icatu possuem população acima de 20 mil habitantes.

Para a realidade do Polo Turístico Munim, apenas Icatu, Rosário e Morros possuem PDM. As duas municipalidades descrevem sucintamente incentivos às atividades econômicas no seu território, incluindo o fomento ao turismo. Os documentos não dispõem de indicadores de fluxos e demandas turísticas para os municípios e não apresentam um nível de detalhamento sobre a realidade local assim como pouco explanam diretrizes para o planejamento do turismo local.

Observou-se também que os planos diretores dessa municipalidades possuem delineamento de uma política de turismo desprovida de uma relação entre o zoneamento territorial e as atividades de planejamento vinculadas ao turismo. O âmago da questão não está somente na ausência, mas na aplicabilidade dessas políticas assim como no

conteúdo desses instrumentos (CORIOLANO, 2006). Isto demonstra que a atividade ainda não era vislumbrada como prioridade no ordenamento do território, indicador de que essas políticas estão desconexas.

Embora os demais municípios sejam pertencentes à área interesse turísticos e integrantes de uma região metropolitana – onde a lei decreta ser obrigatória a criação de plano diretor – não tem ocorrido interesse político em elaborá-lo, o que reflete uma conduta altamente prejudicial ao ordenamento do território, conseqüentemente o uso e ocupação do solo não terá qualquer regulação, permitindo-se que os empreendimentos se instalem em áreas que poderiam ser alvo de proteção ambiental.

Cabe evidenciar que os planos diretores de Icatu e Morros foram instituídos no ano 2006 e de Morros a partir da lei complementar nº 019 de janeiro de 2018. Os planos Diretores dessas municipalidades não descrevem seus horizontes temporais de planejamento, embora o Estatuto da Cidade estabeleça no Artº 40, parágrafo nº 3, que o plano diretor deve ser revisto a cada 10 anos.

Braga (1995) identifica dois motivos principais para o fracasso dos planos diretores municipais. O primeiro motivo está atrelado à obrigatoriedade da elaboração do plano que não é suficiente para que os agentes públicos municipais percebessem a importância do planejamento enquanto um processo eficiente de gestão. O plano diretor é visto segundo a ótica do autor, apenas como exigência burocrática como instrumento apenas para obtenção de recursos financeiros. O segundo motivo, segundo Braga (1995) é que em sua maioria, a elaboração dos planos é realizada por órgãos ou empresas estranhas à administração municipal. Diante disto, os planos tornam-se inviáveis na sua implementação, pois não ficam bons devido ao baixo nível de detalhamento sobre a realidade local, tornando-se estranho à administração municipal que não participou de sua elaboração e, assim, não o considera como um instrumento legítimo, não se interessando por sua implementação.

### 5.3 Indicadores socioeconômicos do Polo Munim.

A escolha das informações que descrevem o estado social de uma área geográfica é uma tarefa trabalhosa. Os indicadores sociais são indispensáveis em todas as fases do processo de formulação e implementação de políticas públicas, requerendo cada fase o emprego de indicadores específicos de modo a auxiliar no conhecimento da

realidade social de um território e das suas divisões administrativas, e, contribuir para a monitorização da efetivação dessas políticas.

Nessa perspectiva vale ressaltar a importância de avaliar os indicadores sociais para reconhecimento da realidade inserindo a atividade turística no contexto do polo em apreço.

O Polo Munim possui população estimada, em 2016, de 121.108 mil habitantes representando 2,03% da população total do Maranhão (Tabela 01). Esse contingente demográfico concentra-se na zona rural, sendo que a maior participação encontra-se em Icatu com 68,92% enquanto a maior aglomeração urbana está no município de Rosário com 58,75%.

Para analisar a evolução demográfica em um município relacionada com a atividade turística, deve-se ressaltar que o crescimento populacional residente não está diretamente vinculado ao fluxo de turistas, uma vez que esses não são considerados residentes. Essa concentração urbana pode ser atribuída ao êxodo rural em função de maiores condições de trabalho na referida sede, principalmente por meio do setor de serviços que tem apresentado significativo crescimento.

Tabela 1. Polo Munim : evolução da População por Região de Planejamento em 2010 e 2017.

Médias Nacionais	População Total		População 2010 (%)		IDH
	2010	2017 <sup>20</sup>	Urbana	Rural	
<b>Brasil</b>	169.799.170	206.081.423	84,36	15,64	0,727
Nordeste	53.081.950	56.915.936	73,13	26,87	-
Maranhão	6.574.789	6.954.036	63,70	36,30	0,639
<b>Polo Munim</b>	133. 898	121.108	-	-	-
Axixá	11.407	11.915	41,23	58,77	0,641
Cachoeira Grande	8.446	8.878	44,90	55,10	0,537
Icatu	25.145	26.651	31,08	68,92	0,546
Morros	17.783	19.116	37,79	62,21	0,548
Presidente Juscelino	11.541	12.532	35,70	64,30	0,563
Rosário	39.576	42.016	58,75	41,25	0,632

Fonte: Censo IBGE 2010, 2016. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

Os ganhos obtidos pelo Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2010 refletem os investimentos sociais do país nos últimos anos. O Brasil

<sup>20</sup> Estimativas da população residente nos municípios brasileiros. Esses totais populacionais municipais, em 2000 e 2010, serviram de base para o estabelecimento da tendência de crescimento da população, até a data de referência em 1º de julho de 2017. (IBGE, 2016)

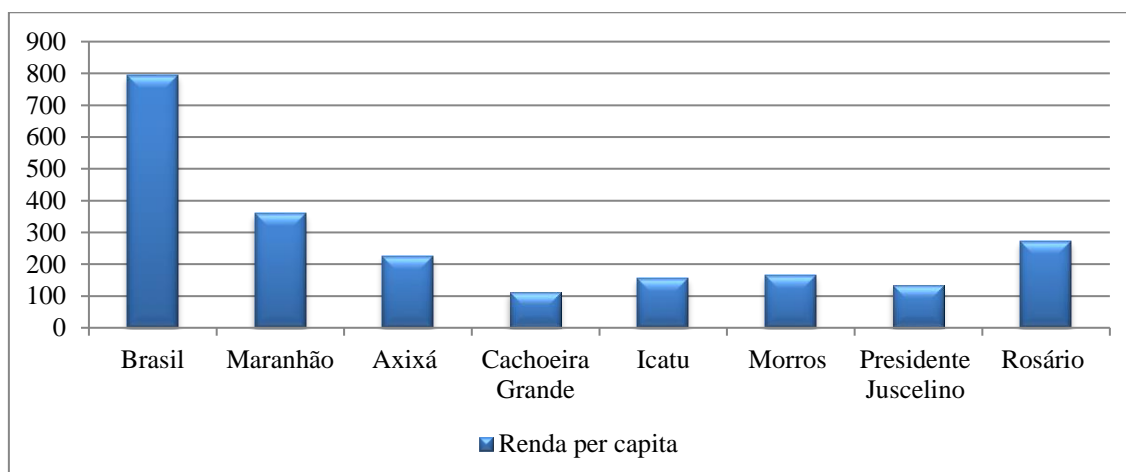


apresenta IDH 0,727 situado na faixa de desenvolvimento humano alto (IDH entre 0,700 e 0,799) enquanto o estado do Maranhão com 0,639 está na faixa de desenvolvimento médio (IDH entre 0,600 e 0,699).

Dentre os municípios Cachoeira Grande apresenta o menor IDH e está situado na faixa de Desenvolvimento Humano baixo (IDHM entre 0 e 0,499). Fatores como o baixo desenvolvimento econômico, elevadas taxas de analfabetismo e falta de investimentos contribuem para essa situação à qual também deve ser vinculado ao fato desse município ser recente, pois foi criado em 1994 e instalado em 1997.

A renda per capita média de Rosário, a maior do polo Munim, alcançou R\$ 271,65 em 2010 (Gráfico 2), porém ainda encontra-se abaixo da média do Maranhão (R\$ 360,34). O município de Cachoeira Grande apresenta a menor renda per capita (R\$ 110,65), devido à falta de produtividade da economia, com baixo investimento em inovação, falta de mão de obra qualificada.

Gráfico 2 - Renda per capita dos municípios que compõem o Polo Munim 2010.



Fonte: Pnud, Ipea e FJP. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

Para que ocorra o crescimento dessa renda é fundamental melhorar a implementação das políticas públicas em relação à produtividade. A renda per capita é um indicador que ajuda no conhecimento do grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. Para a realidade do polo em apreço os baixos índices decorrem de uma função histórica do comércio e não está vinculada à atividade de turismo, que apareceu enquanto política pública recentemente na economia local dos municípios do polo.<sup>21</sup> O turismo bem desenvolvido poderia ser uma opção para incremento da renda per capita da

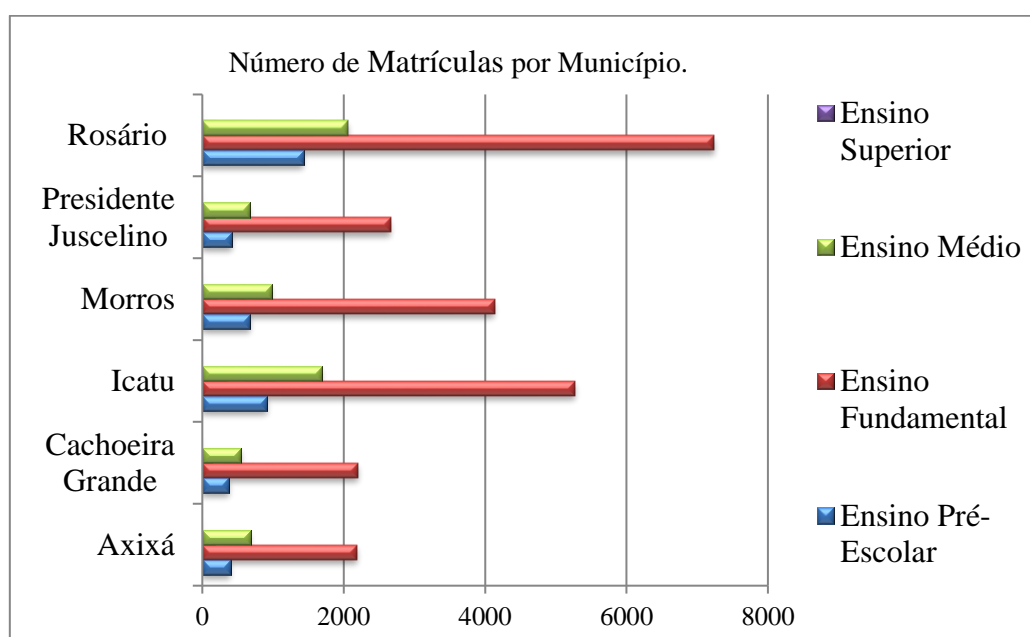
<sup>21</sup> Essa afirmação não consta em dados secundários levantados para efeito desta pesquisa, mas é fruto da observação *in loco*.

comunidade local, uma vez que possibilita a geração de empregos, comercialização de artesanato, oferta de serviços turísticos dentre outros.

A oferta e acesso à educação são fatores fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população, pois contribuem para a qualificação e desenvolvimento social. A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município.

Conforme observado no Gráfico 3, a maioria das matrículas realizadas em 2015 nos municípios inseridos no Polo Munim localiza-se em Rosário e em seguida mesmo com números menos expressivos fica Icatu isso devido, também, ao contingente populacional dos municípios. Cachoeira Grande com o menor número de matrículas, o que pode estar vinculado a alguns fatores para o baixo número de matrículas a exemplo dos déficits de investimentos em infraestrutura escolar, reduzido números de matrículas, devido à busca por trabalho cada vez mais cedo para melhorar a renda familiar.

Gráfico 3: Número de matrículas por municípios em 2015.



Fonte: MEC, Censo Escolar 2015. Organização: VIEIRA, E. W, 2017.

Cabe aqui ressaltar que nenhum dos municípios do Polo Munim possui instituições de ensino superior em suas sedes. Para a realidade do polo, também destacamos a ausência de cursos profissionalizantes que atendam as demandas turísticas como, por exemplo, técnico em agenciamento de viagens, cozinha, eventos, guia de turismo, hospedagem, lazer, restaurante, dentre outros.

A capacitação dessas comunidades por meio de cursos profissionalizantes é imprescindível, pois através da educação pode-se incentivar o desenvolvimento da mão-de-obra local, ofertando prestação de serviços de boa qualidade e concomitantemente, melhor prepara-los com conhecimentos sobre a cidade, geografia, história, cultura e turismo locais.

A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, além de instituir a Política Federal de Saneamento e estabelecer suas diretrizes nacionais, definiu a necessidade de garantir um planejamento setorial em níveis nacional, regional e municipal que regulamente o planejamento, a execução, a operação, a fiscalização e a avaliação desses serviços públicos de saneamento (BRASIL, 2007).

Pode-se afirmar que a Lei nº 11.445/2007 foi concebida como uma espécie de “guia” para a organização dos serviços públicos de saneamento básico. Como a lei estabelece diretrizes gerais, a mesma atribuiu os municípios, o Distrito Federal e os estados à responsabilidade de conceber legislações próprias, mais detalhadas, referentes ao planejamento e regulação de seus serviços.

A Lei supracitada obteve seu Decreto em 2010 (Decreto nº 7.217/2010) e estabeleceu aos municípios a atribuição de elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) contemplando o planejamento de 20 anos, avaliados anualmente e revisados a cada quatro anos. Este mesmo documento deve conceder suas diretrizes a regulação do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, abrangendo todo o território do município (BRASIL, 2007).

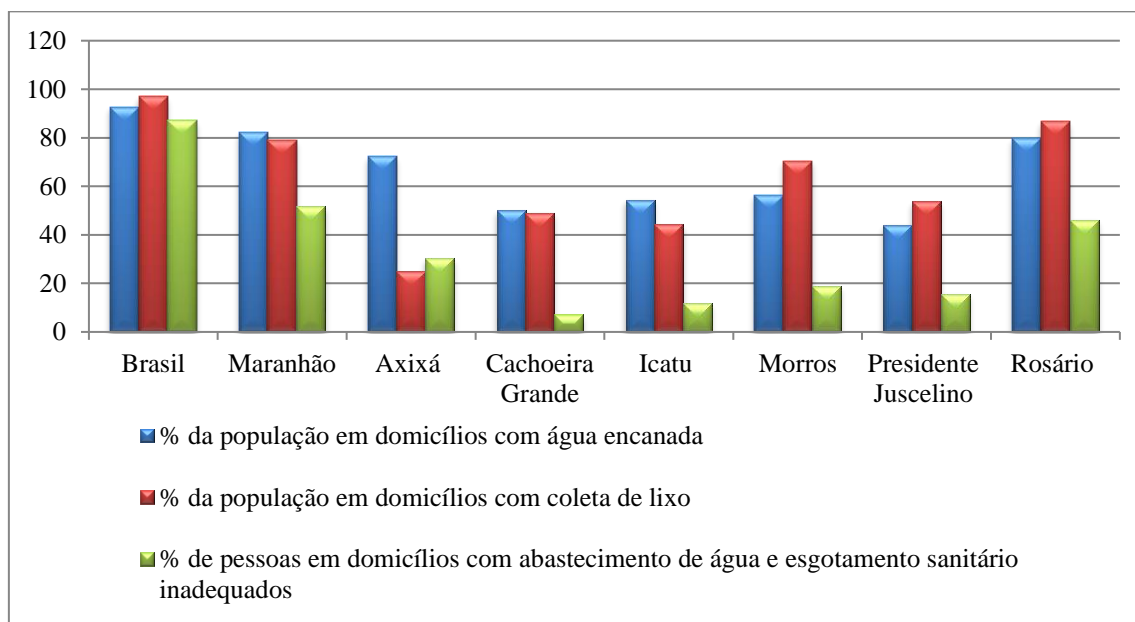
Posteriormente o Decreto nº 8.211/2014 estabelece prazo de dezembro de 2015 para os municípios elaborarem seus PMSB. O não cumprimento dos prazos para elaboração do documento fez com que o novo decreto nº 8.629/2015 prorrogasse o prazo até dezembro de 2017.

O Plano passa a ser instrumento imprescindível não só para o planejamento e avaliação da prestação dos serviços como também para a obtenção de financiamento. Isso em razão, segundo a Lei 11.445/2007, a alocação de recursos federais será feita em conformidade com as diretrizes e objetivas da Política Federal de Saneamento Básico e com os planos de Saneamento Básico (BRASIL, 2007).

Para a realidade do polo Munim cabe destacar que nenhum dos seis municípios, até o presente momento desta pesquisa (2017), apresentou PMSB. A ausência de diretrizes

que ordenem a gestão do saneamento básico municipal reflete na precariedade da infraestrutura sanitária desse polo. O gráfico 4 revela as condições insalubres de saneamento básico, sobretudo quanto ao abastecimento e tratamento de água, esgotamento sanitário e coleta do lixo.

Gráfico 4 - Saneamento básico dos municípios do Polo Munim, 2010.



Fonte: Pnud, Ipea e FJP.2010. Organização: VIEIRA, E. W, 2017.

Os indicadores demonstram a deficiência na captação de água, disposição inadequada dos resíduos sólidos e líquidos em que se evidencia a presença do antiquado “lixão”, o que é agravado pela predominância de lançamento de esgotos em sarjetas (quando existem), ruas, córregos e rios, o que colocam em risco a qualidade de vida dos habitantes e dos visitantes.

O prazo para encerramento de lixões, de acordo com a Lei nº 12.305/10 (BRASIL, 2010), era de agosto de 2014 e, partir desta data, os rejeitos devem ter uma disposição final ambientalmente adequada. Esse prazo faz parte das metas dos planos estaduais ou municipais de resíduos sólidos, que devem prever desde a disposição ordenada de rejeitos em aterros, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública, à segurança e a minimizar os impactos ambientais, até a coleta seletiva. Além do mais, o município deve estabelecer metas de redução da geração de resíduos sólidos. É de competência constitucional que os municípios organizem e prestem os serviços públicos de interesse local, dentre os quais se encontra a gestão de resíduos sólidos. (BRASIL, 2010)

O município de Rosário conta com um aterro sanitário sob gestão da Central de Gerenciamento Ambiental Titara S/A localizado na comunidade Buenos Aires que fica a 64 quilômetros de São Luís. O processo de licenciamento do aludido empreendimento passou por diversos embates visto que a central de tratamento de resíduos em Rosário seria responsável por receber os resíduos sólidos produzidos em São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Bacabeira.

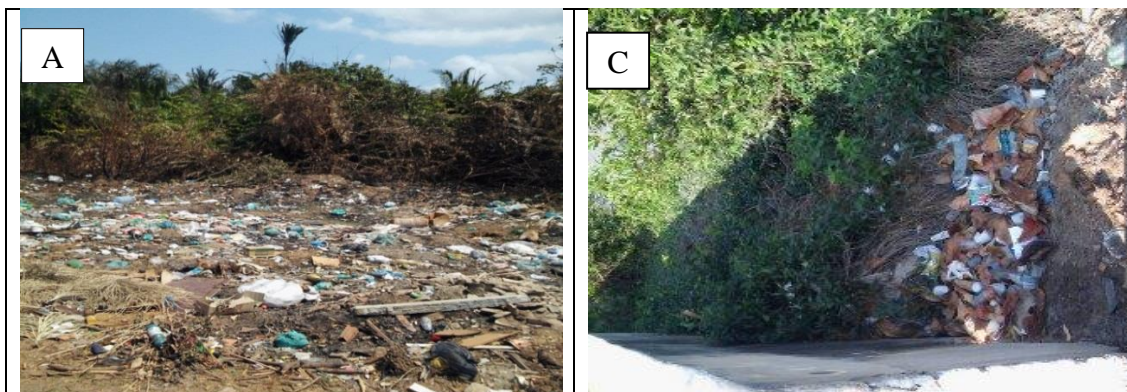
O interesse na construção e destinação dos resíduos sólidos no município de Rosário surgiu após o sancionamento da Lei Federal 11.445/2007 a qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento. São Luís não atendia essas diretrizes e de acordo com Moreira:

A conotação desse interesse unilateral e político se deve pela falta de capacidade e infraestrutura do “lixão da ribeira”, pois este se encontra fora dos padrões especificados na Lei de Resíduos Sólidos do país. (MOREIRA, 2013. p. 64)

Os indicadores do Gráfico 4, demonstram que Rosário apresenta 86,72%, o maior percentual de domicílios com coleta de lixo dos municípios que compõem o Polo Munim. Convém ressaltar que a coleta de lixo não garante que a disposição final seja adequada. *In loco* é possível observar que boa parte dos resíduos sólidos ainda é disposta a céu aberto (Figura 3) e ainda conta com a coleta de lixo ineficiente.

Axixá ainda não possui coleta de lixo de forma intensiva (24,98%) e trata como destino final dos seus resíduos a queima ou dispõe inadequadamente a céu aberto (Figura 3). Vale ressaltar, que a prestação de serviços de coleta e tratamento do lixo é de responsabilidade das prefeituras municipais, porém assim como na maioria dos municípios do Maranhão e mesmo com o início da coleta de lixo a população não dispões de um local para destino adequado dos resíduos sólidos.

Figura 3- Terrenos baldios utilizados para deposição de resíduos nos municípios de Axixá, Morros, Presidente Juscelino e Rosário – MA.





A - Terreno baldio utilizado para deposição de resíduos em Axixá.  
 B – Acúmulo de lixo próximo ao rio Una de cima em Morros.  
 C – Acúmulo de lixo as margens no rio Munim em Presidente Juscelino.  
 D – Acúmulo de lixo as margens do rio Itapecuru em Rosário.

Fonte: VIEIRA, E, W. Dezembro, 2015.

Ao analisar o gráfico 4, verifica-se que Rosário (79,81%) e Axixá (72,26%) são os municípios que atendem melhor o abastecimento de água, porém abaixo da média do Maranhão. A maioria dos municípios do Polo Munim, ainda realiza o abastecimento de água através de poço ou de nascentes, cujo agravante é que a maioria usa a água sem tratamento. Essa realidade implica em comprometimento direto com a saúde e qualidade de vida da população, principalmente no que diz respeito a possíveis complicações advindas da falta de tratamento da água, assim como amplia a pressão sobre esse recurso natural no referido polo.

No que tange aos domicílios com banheiro e água encanada, os seis municípios detêm menos de 50% dos domicílios com abastecimento de água e esgoto sanitário. Esse índice mostra o déficit em investimentos de infraestrutura e amplia a pressão sobre a integridade dos mesmos. Cachoeira Grande (Figura 4) e Presidente Juscelino (Figura 5), por exemplo, apresentavam as piores porcentagens com relação ao déficit de banheiros e água encanada, em 2010. As casas, quando possuem banheiro e água encanada utilizam o sistema de fossa séptica, pois os municípios não têm estação de tratamento de esgoto, sendo que boa parte dos efluentes domésticos é lançada no ambiente sem nenhum tratamento.

Figura 4– Lançamento de esgoto in natura a céu aberto em Presidente Juscelino – MA.



Fonte: VIEIRA, E,W. Julho, 2017.

Figura 5 – Lançamento de esgoto in natura a céu aberto em Cachoeira Grande – MA.



Fonte: VIEIRA, E, W. Julho, 2017.

Essa realidade concentra-se em dois grandes agravos: o primeiro diz respeito ao pequeno número de domicílios assistidos por coleta de lixo (geralmente concentrando nos bairros próximos ao centro da cidade); o segundo é a utilização de terrenos baldios como depósitos de lixo, aumentando a insalubridade ambiental dessas áreas, o que proporciona o surgimento de vários vetores de doenças como ratos, baratas, moscas, insetos e outros.

É possível perceber muitos problemas inerentes ao esgotamento sanitário em todos os municípios que compõem o polo. Em Morros, por exemplo, no Rio Una “a poluição das águas fluviais também é um problema perceptível pelos despejos de resíduos sólidos e pelos lançamentos de esgotos sanitários” (SANTANA, et al , 2016). A poluição dos corpos d’água representa hoje uma das maiores preocupações para o município que sofre com ausência de um sistema de esgotamento sanitário propiciando lançamento de águas contaminadas nos lençóis freáticos causando outros problemas ambientais e

sociais, inclusive afastar o interesse turístico da região que sofre com o despejo de esgoto e ausência de água encanada.

Ante o exposto, verifica-se o quão grave apresentam-se os índices socioeconômicos no polo estudado. A carência de políticas públicas eficazes que atendam as necessidades da comunidade compromete a qualidade de vida da população e conseqüentemente o desenvolvimento da prática turística.

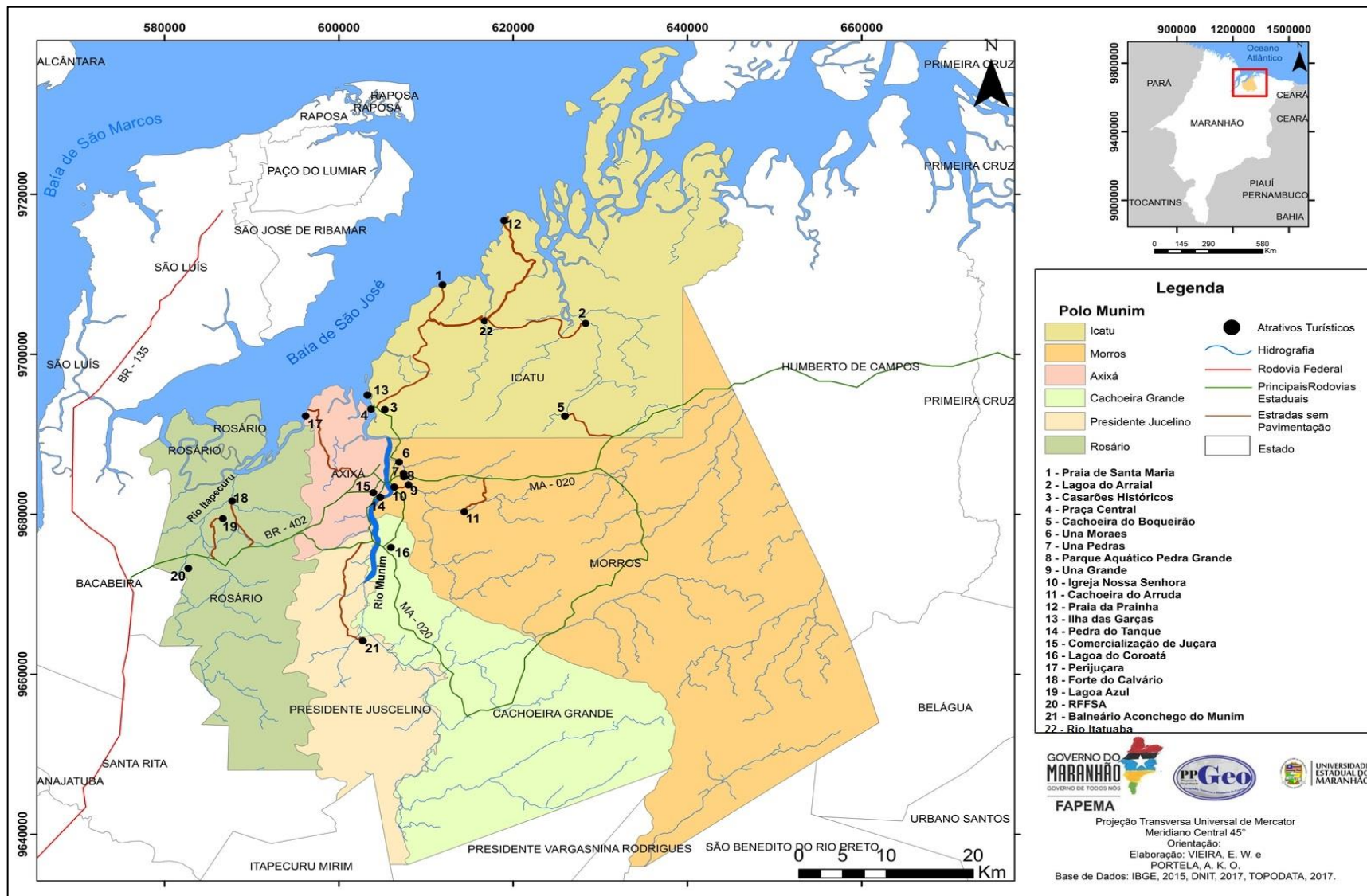
#### 5.4 Atrativos Turísticos.

O atrativo turístico é o item que suscita o progresso turístico, ou seja, a matéria-prima necessária para o desenvolvimento da atividade. Os atrativos turísticos são entendidos como “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los.” (BRASIL, 2007, p.27).

Segundo a matriz de atividades dos municípios que compõem o polo Munim (MARANHÃO, 2014; 2017) destacam-se no Polo Munim os atrativos turísticos históricos, naturais e culturais. Os atrativos desse polo, em sua maioria, estão distribuídos às margens dos corpos hídricos (Mapa 8).



Mapa 8: Atrativos turísticos de do Polo Munim, Maranhão.



Fonte: IBGE, 2013. MARANHÃO, 2010. Organização: VIEIRA, E.W; PORTELA, A. K.O. 2017.

Icatu por seu extenso litoral (110 km) com inúmeras praias e manguezais. Por ser banhado pelo mar e por rios, tal município possui uma grande atratividade devido às praias e balneários. Entre as paisagens com potenciais sobressai-se a praia de Santa Maria (Figura 6), que é mais conhecida pela grande importância histórica que tem no Estado do Maranhão, pois lá ocorreu a Batalha de Guaxenduba<sup>22</sup> (Ponto 1), onde os portugueses expulsaram os franceses do Maranhão e em cujo entorno vivem comunidades quilombolas.

A Praia de Santa Maria está localizada no Povoado de Santa Maria e fica a 23km da sede de Icatu à qual pode-se chegar lá através de carro pequeno, moto e ônibus ou por via marítima por intermédio de pequenas e médias embarcações. Possui modesta infraestrutura de alimentação. É uma praia que possui uma imensurável beleza natural, sendo possível fazer uma caminhada por seu litoral de aproximadamente 2 km.

Figura 6: Praia de Santa Maria em Icatu. – MA.



Fonte: VIEIRA, E.W. Setembro, 2016.

A Praia da Prainha (Ponto 12) situada no Povoado de Prainha, a aproximadamente a 42 km da Sede de Icatu, é privilegiada por uma beleza exótica e paradisíaca, quase inexplorada, com 1 km de faixa litorânea visualizando a presença de pedras e manguezais. É uma praia ainda pouco visitada por causa da distância e do difícil acesso, sendo possível chegar lá somente através de carro tracionado ou por meio de pequenas e médias

---

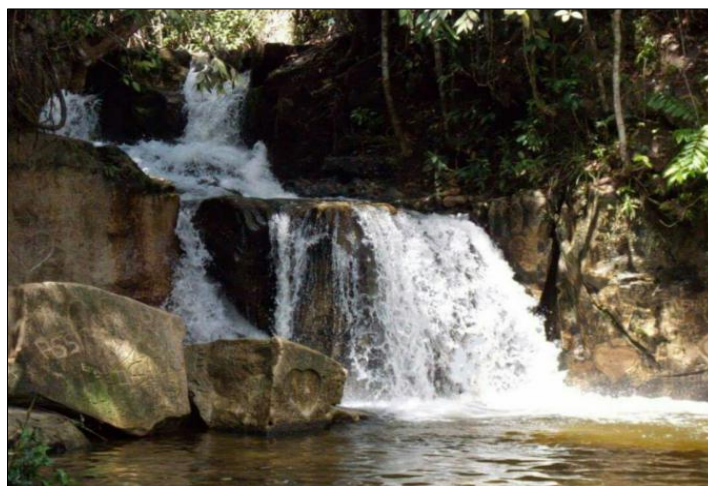
<sup>22</sup> A Batalha de Guaxenduba ocorreu em 1615 entre militares franceses e português. Convém ressaltar, que os primeiros instalaram o Forte de Santa Maria (1612-1613) para resguardar o acesso ao continente do Maranhão pela Baía de São José e rio Munim. Esse confronto derivou da necessidade dos portugueses retomarem o controle sobre a Capitania do Maranhão e que ocorreu na costa de Icatu, mais precisamente entre a sede e o citado forte. Esse episódio marcou a expulsão francesa do Nordeste brasileiro. (FERREIRA, 2008).

embarcações saindo principalmente de São José de Ribamar, Santa Maria e da Sede de Icatu.

Outro atrativo natural de Icatu é a Ilha das Garças (Ponto 13), situada aproximadamente a 3 km da Sede de Icatu. Encontra-se diante da Baía de São José e pode-se ver a Foz do Rio Munim. A Ilha das Garças também conhecida como Ilha dos Pássaros ou Ilha dos Guarás, possui uma vegetação de mangues e diversificada fauna.

A Cachoeira do Boqueirão (Figura 7), localizada aproximadamente 46 km da sede de Icatu, no povoado de Jaburu é formada por duas quedas d'águas chama atenção dando o formato de um lago, configurando um cenário atrativo. A cachoeira (Ponto 5) já é um atrativo conhecido da “região” e recebe inúmeros visitantes principalmente nos fins de semana e feriados.

Figura 7: Cachoeira do Boqueirão, Icatu – MA.



Fonte: SERRA. D, J, S. Agosto, 2016.

Icatu é o terceiro município mais antigo do Maranhão e é marcado pela forte história tornando-se propício para a exploração do turismo histórico. Esse município é marcado pela Batalha de Guaxenduba, a escravidão negra, as lutas pela Adesão do Maranhão à Independência e a Revolta da Balaiada.

Na sede desse município é possível observar os casarões do comércio, da prefeitura, da antiga casa da Câmara (Figura 8) e atual sede do poder legislativo e da Igreja da Nossa Senhora da Conceição de 1759, construções que ao longo do tempo passaram por modificações, porém ainda possuem os traços da arquitetura portuguesa.

Além dos casarões históricos (Ponto 3) na sede de Icatu, ainda é possível observar as ruínas do Forte de Guaxenduba, ruínas das Fazendas dos Jesuítas (Fazenda Tatuba, Nossa Senhora do Amandijuí e fazenda São Jacob), ruínas das Casas Forte no

povoado Forte e ruínas da Igreja Nossa Senhora da Ajuda, bem como fazer o percurso dos portugueses através das trilhas com acompanhamento de pessoas da comunidade que levam até a popularmente conhecida como “Cidade Velha”.

Figura 8 :Sede do Poder Legistalivo de Icatu – MA.



Fonte: VIEIRA, E,W. Julho, 2017.

As praças que integram o município de Icatu são a prova viva das modificações ocorridas na história da cidade e da memória cristalizada nesses lugares, em que a Praça central (Ponto 4), é um exemplo dessas transformações. A Praça Central (Figura 9) localiza-se na sede do município e torna-se um atrativo por apresentar uma vista para o rio Munim e por ser palco das principais atrações folclóricas no período junino.

Figura 9: Praça central do município de Icatu com vista para o rio Munim – MA.



Fonte: VIEIRA, E,W. Julho, 2017

Em Icatu podemos ainda destacar pela matriz de atratividades do Polo Munim (2014) mais atrativos nessa municipalidade, a exemplo: Lagoa do Arraial (Figura 10) localizada no povoado Arraial (Ponto 2), a 18 km de Icatu. Seu acesso pode ser feito através de carro pequeno, carro tracionado e moto e o Rio Itatuaba (Figura 11) situado no

Povoado Itatuaba, uma das comunidades de Icatu localizada a a 25,5km da sede. O rio Itatuaba (Ponto 22) possui suas águas com influência da maré e é propício para navegação. O acesso pode ser através de automóvel traçado, motos e também conta com uma linha de ônibus que faz rota até o povoado.

Figura 10: Lagoa do Arraial em Icatu – MA.



Fonte: Secretária de Turismo de Icatu. Julho, 2017.

Figura 11: Rio Itatuaba em Icatu – MA.



Fonte: VIEIRA, E.W. Julho, 2017.

A principal manifestação cultural da cidade de Icatu é o Bumba-meu-boi de sotaque de Matraca<sup>23</sup>, a exemplo, Bumba-meu-boi de Jussatuba, Bumba-meu-boi de Itapera, Bumba-meu-boi de Itatuaba, Bumba-meu-boi de Salgado e Bumba-meu-boi Mirim de Itatuaba, Bumba-meu-boi Mirim de Mata e o Bumba-meu-boi Mirim de Baiacuí. O sotaque de matraca presente no Bunda-meu-boi do município de Icatu é

---

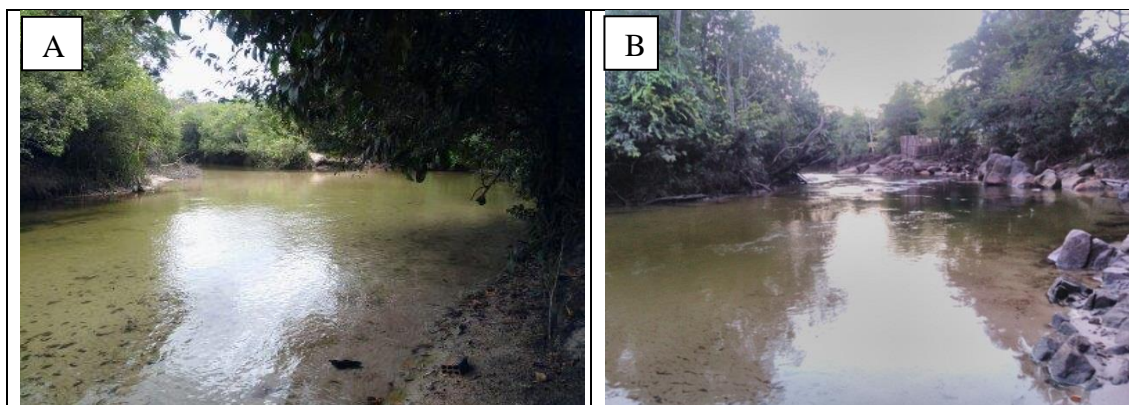
<sup>23</sup> Também conhecido como “Sotaque da Ilha” e seu principal instrumento são as matracas, e são confeccionadas em madeiras, cujo som é proveniente m da batida de uma matraca na outra. (MARTINS, 2015)

marcado um ritmo bem acelerado, como principal instrumento a matraca, que é formado por dois pedaços de madeira que são batidos um no outro, e o pandeiro rústico, feito de couro de cabra.

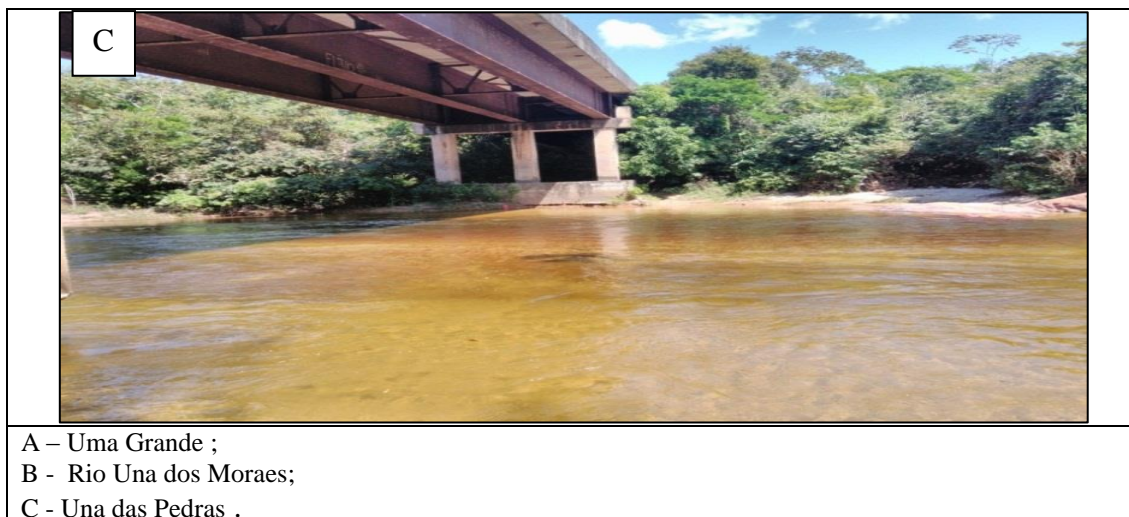
Icatu ainda conta com Tambor-de-Crioula, com forte presença devido às 32 comunidades quilombolas presente no município referido e também manifestações religiosas que acontecem anualmente. Pode-se destacar como atrativos culturais de Icatu: Jornada de São Gonçalo; Tambor-de-Minas; Festa do Divino; Festa de Santo Rei; Festa da Nossa Senhora de Conceição; Dança do coco.

O município de Morros possui grande número de atrativos naturais, em sua grande maioria localizados às margens do rio Una, que em seu leito observam-se alguns trechos de rochas e pedras; as margens desse corpo d'água são compostas de vegetação de mata fechada com grande quantidade de juçarais<sup>24</sup>. Este rio corta de Sul para Norte toda a extensão do município de Morros e recebe denominações diferentes de acordo com as “regiões” por onde passa (Figura 12). Os mais conhecidos são: Una Grande (Ponto 9), local com bastante afluência de pessoas, com grande parte das margens coberta de areia; Una dos Moraes (Ponto 6), um dos locais mais visitados em Morros, onde acontece o encontro do Rio Una com o Rio Munim e o rio Una das Pedras (Ponto 7) que possui inúmeras pedras na margem, algumas com 3 metros de altura.

Figura 12: Rios Una em Morros – MA.



<sup>24</sup> Extenso aglomerado de palmeiras de juçara (*Euterpe edulis Martius*) em determinada área.

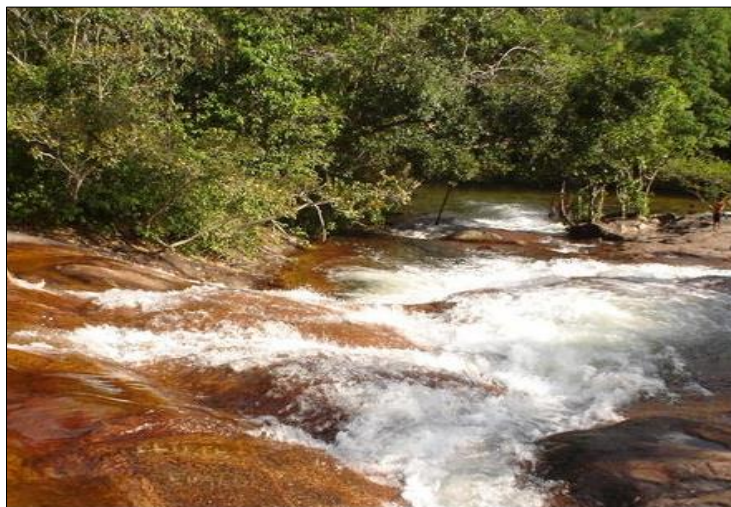


Fonte: VIEIRA, E,W. Julho, 2017.

No povoado do Arruda localizado aproximadamente a 8 km da sede de Morros, a Cachoeira do Arruda ( Figura 13) é um atrativo turístico bem visitado durante os fins de semana. A cachoeira é de difícil acesso, pois boa parte da estrada é de areia na qual apenas é possível seguir caminho por automóvel 4x4 devido às péssimas condições da estrada.

O atrativo (Ponto 11) já é bem conhecido na região e aos fins de semana alguns moradores fazem o trajeto por Toyota 4x4 da sede de Morros até a cachoeira mencionada pelo valor de R\$ 180,00 reais por veículo com saídas pela manhã e retornando pela tarde do mesmo dia. O atrativo ainda não dispõe de qualquer infraestrutura de restaurantes ou pousadas, sendo assim é necessário levar mantimentos para alimentação.

Figura 13: Cachoeira do Arruda em Morros – MA.



Fonte: Setur- MA. Dezembro, 2015.

A Pousada Pedra Grande (Figura 14) localizada na Br 402 no município de Morros ( Ponto 8) é um dos atrativos visitados pelas excursões de turismo oriundas de São Luís. A pousada possui 54 chalés, 2 restaurantes, parque aquático, piscina e ao fundo possui acesso ao Rio Una. Por ser uma propriedade particular, para o acesso ao empreendimento é cobrado R\$ 30,00 referente ao valor da entrada somente ao parque aquático e ao rio Una<sup>25</sup>. A piscina e acomodações em chalés é de uso exclusivo para os hóspedes.

Figura 14: Pousada e Parque aquático Pedra Grande, Morros.



Fonte: VIEIRA, E, W. Julho, 2017.

A manifestação cultural do bumba-meu-boi com sotaque de orquestra é o principal atrativo cultural do município de Morros e uma das principais representantes folclóricas do Maranhão. Uma tradição que se mantém desde o século XVIII, o enredo da festa do Bumba-Meu-Boi resgata uma história típica das relações sociais da região.

As principais apresentações acontecem no mês de junho durante as festas juninas na cidade de origem, mas principalmente na capital do Maranhão e em algumas ocasiões em outros municípios, estados e no exterior; em setembro ocorre o ciclo ritualístico e festivo da Morte do Boi de Morros que acontece na primeira semana do mês e conta com apresentações folclóricas, shows e venda de comidas típicas. O ciclo ritualístico da Morte do Boi de Morros (Figura 15) é uma festa tradicional no município, porém a ausência da participação mais assídua da prefeitura compromete a participação da comunidade local, das pousadas e restaurantes que devido à ausência de divulgação permanecem sem informações sobre tal evento.

---

<sup>25</sup> Valor da entrada referente ao mês de Julho de 2017.



Figura 15: Ciclo ritualístico e festivo da Morte do Boi, Morros – MA.



Fonte: VIEIRA, E, W. Setembro, 2016.

Ainda no município de Morros destaca-se a festa de São Bernardo, padroeiro da cidade, realizada anualmente entre 11 a 20 de agosto. É uma das maiores do município. Já a festa de Nossa Senhora Aparecida, que recebe o mesmo nome da igreja (Figura 16) construída em 1940, através do decreto assinado pelo arcebispo Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota ocorre anualmente em outubro e recebe peregrinos não só de Morros como de outros municípios (Ponto 10).

Figura 16: Igreja de Nossa Senhora Aparecida em Morros – MA.



Fonte: VIEIRA, E,W. Julho, 2017.

No que se refere aos atrativos turísticos dos municípios que compõem o polo mencionado, o município de Axixá possui características apropriadas ao turismo náutico por sua sede estar às margens do Rio Munim (Figura 17).

Figura 17: Rio Munim em Axixá – MA.



Fonte: VIEIRA. E, W. Setembro, 2016.

O turismo náutico, mesmo que incipiente, já vem sendo trabalhado pelos pescadores do município como complemento extra da atividade pesqueira. O passeio é realizado em embarcações artesanais de madeira, cujo trajeto compreende a navegação do rio Munim na sede de Axixá até o município de Morros, o que é destinado aos visitantes de fins de semana e feriados. O passeio náutico ainda é pouco conhecido pelo público em geral, o que é agravado pela inexistência de divulgação oficial.

Em Axixá uma das principais manifestações folclóricas do município é a festa do Bumba-meu-boi (Figura 18) como tradição que se mantém há 56 anos durante as festas juninas. O enredo da festa do Bumba-Meu-Boi sotaque de orquestra<sup>26</sup> de Axixá resgata uma história típica das relações sociais e econômicas do município. Além do bumba-meu-boi contam-se como manifestações culturais de Axixá o tambor de crioula<sup>27</sup>, “Pela-

---

<sup>26</sup> Tem origem na região de Munim. Tem como principal característica a utilização de instrumentos de sopro e corda.

<sup>27</sup> É uma dança de origem africana praticada por descendentes de escravos africanos no Maranhão. Trata-se de um referencial de identidade e resistência cultural dos negros maranhenses, que compartilham um passado comum. Os elementos rituais do Tambor permanecem vivos e presentes, propiciando o exercício dos vínculos de pertencimento e a reiteração de valores culturais afro-brasileiros. ( Guia do Maranhão, ano XV, n°III)

Porco<sup>28</sup>”, Dança do Coco<sup>29</sup> e Cacuriá<sup>30</sup> que acontecem durante os festejos religiosos no período junino.

Figura 18: Bumba-meu-boi de Axixá – MA.



Fonte: Setur Axixá. Junho, 2015.

A comercialização do açaí no município Axixá vem ganhando cada vez mais espaço na região e é de fundamental importância para a economia local do município (ponto 15). Há uma grande procura pelo fruto principalmente pelos visitantes que cortam a BR 402 em direção a Morros e Barreirinhas.

O produto é processado para a extração da polpa que pode ser consumida de diferentes maneiras, isso é, em sucos, com outras frutas e cereais, doces e sorvetes. No trecho da BR-402 que faz divisa entre os municípios de Axixá e Morros, a venda da polpa do açaí, conhecido popularmente como “juçara<sup>31</sup>”, chama atenção como atrativo turístico-cultural.

A pedra do Tanque (Figura 19) localiza-se as margens do Rio Munim, divisa do município de Axixá e Morros. A pedra do Tanque pertence a uma propriedade particular, porém é aberta ao público, conhecida como “Sítio da Cachoeira do Tanque” (ponto 14).

<sup>28</sup> É uma dança folclórica brasileira que remonta ao século XIX. Essa dança está associada a um costume antigo de pessoas que se reuniam para matar galinhas e pelar porcos, o que garantia o alimento do dia posterior à festa. Trata-se de uma dança de salão, profana, mas que costuma ser dançada em honra de determinados santos, ao longo do ano. (Guia do Maranhão, ano XV, nºIII)

<sup>29</sup> É uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. (Guia do Maranhão, ano XV, nºIII)

<sup>30</sup> É uma dança típica do estado do Maranhão, surgida como parte das tradições juninas. A dança é feita em pares com formação em círculo, acompanhada por instrumentos de percussão chamados caixas do Divino (pequenos tambores). (Guia do Maranhão, ano XV, nºIII)

<sup>31</sup> O único lugar do Brasil que o nome comum de açaí é juçara, é no Maranhão. No resto todo do país a *Euterpe oleracea*, conhecida como açaí.

O sítio possui um restaurante que oferece comida caseira da região e é aberto ao público, principalmente aos fins de semana.

Figura 19: Pedra do Tanque em Axixá – MA.



Fonte: VIEIRA, E.W. Julho, 2017.

A construção da estrada de piçarra que interliga a ilha de Periçujara (Figura 20) com o restante do município favoreceu o processo de loteamento e revalorizando a região, assim facilitando o acesso tanto para os seus moradores como de visitantes. A ilha de Periçujara (ponto 17) é outro atrativo natural do referido município de Axixá, que possui uma pequena infraestrutura com restaurante e aos finais de semana recebe visitantes que buscam admirar as belezas naturais, além de saborear as comidas tradicionais da região.

Figura 20: Vista da Ilha de Periçujara em Axixá. – MA.



Fonte: Setur- MA. Dezembro, 2015.

Rosário apresenta um grande destaque para as festas religiosas, tendo como a maior o festejo de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Cidade, que é realizada no mês de outubro. Além desse grande festejo, o município ainda dispõe no mês de maio da festa do Divino, em junho a festa do Santo Antônio e em janeiro a festa dos Reis, na qual a dança do Lelê ou “pela-porco” é comum entre os devotos como pagamento de promessa. A dança do pela-porco é a principal apresentação no povoado São Simão, (localizada a 5 km da sede) e em Dezembro ocorre o Festejo de Nossa Senhora da Conceição.

Rosário também conta com a Micarroça , festa tradicional que completou a 37ª edição no ano 2017. Acontece toda quarta-feira de cinza após o carnaval e é realizada pela associação dos carroceiros do município. Durante a festa todas as carroças são enfeitadas com vários temas e desfilam nas ruas do município carregando suas alegorias e adereços.

Apontado pelo Plano de Ações Estratégicas do Polo Muniim, em 2014, pelo governo do Maranhão como atrativo turístico da região o Forte do Calvário ou denominado de Forte de Vera Cruz (Figura 21) em Rosário está localizado a margem esquerda do rio Itapecuru a 8 km da sede (Ponto 18).

Foi construído em 1613 e mantém as características da arquitetura defensiva muito utilizada no processo de ocupação do Brasil durante o processo de disputa de espaço entre as forças armadas e as comunidades indígenas. Vale destacar que a recuperação do Forte do Calvário estava prevista no Plano Diretor de Rosário (ROSÁRIO, 2006), porém por falta de aplicabilidade de suas diretrizes, hoje arruinado o forte apresenta-se em condições precárias, encoberto pela vegetação, que além da má conservação, não possui sinalização turística e muito menos pavimentação da estrada que lhe dá acesso.

Figura 21: Forte do Calvário no município de Rosário – MA.



Fonte: VIEIRA, E, W. Dezembro, 2015.

O rio Itapecuru é outro atrativo turístico de Rosário. Suas margens cortam a extensão do município e em seu percurso são encontrados alguns balneários improvisados pela população local. Além do forte do Calvário, é possível contentar a vista deste rio na praça sede da prefeitura no município.

A estação ferroviária de Rosário é considerada patrimônio cultural histórico da cidade (IPHAN, 2011). Foi inaugurada em 1919, mas em 1915 já circulavam trens entre Rosário e Caxias do qual pertenceu à extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, RFFSA (Ponto 20).

Está localizada estrategicamente na linha de passagem entre São Luís e a cidade de Barreirinhas, porta de entrada dos Polo Parque dos Lençóis e São Luís, a Estação RFFSA passa por reabilitação urbana do complexo (Figura 22), do qual prevê a implantação de um anfiteatro e chafariz, além de praças e jardins. Após a reforma o local abrigará as secretarias municipais de Cultura e de Turismo, Biblioteca Municipal e exposição permanente da estrada de ferro São Luís – Teresina, além de auditório, cinema, oficina de serralheria e carpintaria e lojas de artesanato.

Figura 22: Estação RFFSA em Rosário – MA.



Fonte: VIEIRA, E, W. Julho, 2017.

O balneário conhecido como “Lagoa Azul” (Figura 23) em Rosário localiza-se a 4 km da sede municipal. A lagoa pertence à propriedade privada da Serveng, empresa que explora granito na região (Ponto 19). Após a finalização da exploração da rocha no local, formou-se uma lagoa de cor azulada da qual chama atenção por sua água cristalina.

Figura 23: Balneário em pedra desativada em Rosário.



Fonte: VIEIRA, E, W. Julho, 2017.

A Serveng permite o livre acesso à propriedade, à qual chega-se através de uma estrada de terra. A lagoa ainda não possui nenhum equipamento ou infraestrutura de apoio turístico, mas ainda assim, é bastante frequentada por visitantes durante os fins de semana e feriados.

Localizados em uma região privilegiada, Presidente Juscelino e Cachoeira Grande possuem o rio Munim (Figura 24) como divisa do limite municipal. O rio Munim é a principal atração de ambas cidades e suas corredeiras são uma excelente opção para prática de canoagem, jet-ski e caiaque, além de possuir balneários por toda sua extensão.

Figura 24: Rio Munim limite entre Cachoeira Grande e Presidente Juscelino – MA.



Fonte: VIEIRA, E, W. Julho, 2017

Em Presidente Juscelino, o balneário Aconchego do Munim (Figura 25) é um atrativo natural do município. Às margens do rio Munim, no povoado Taboca a 8 km da sede municipal, o balneário Aconchego do Munim (Ponto 21) é um dos mais conhecidos de Presidente Juscelino. Por possuir uma pequena infraestrutura de restaurante e seu acesso ser feito através de estrada de piçarra e ainda sem sinalização.

Figura 25: Balneário Aconchego do Munim em Presidente Juscelino.



Fonte: VIEIRA, E, W. Julho, 2017

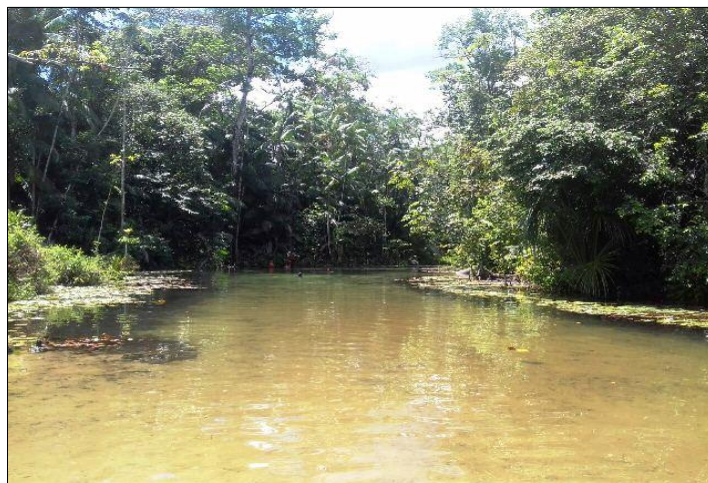
Outro atrativo é a manifestação cultural do bumba-meu-boi com sotaque de orquestra, o boi de Presidente Juscelino; Boi Brilho da Boa Hora que pertence ao povoado Boa Hora dos Pachecos e o Boi de Boa Vista dos Pinhos que é do povoado Boa Vista dos Pinhos. Além do Bumba-meu-boi outros atrativos são destacados como a dança do pela-parco do povoado Boa Vista dos Pretos; a Dança da Jornada (Povoado Sumauma), Tambor de Crioula (Povoados Sangrador e Juçaral), Tambor de Mina (Bairro Pariqui) e Dança do Coco (Bairro do Alto Alegre).



O município de Cachoeira Grande apresenta diversidade de manifestações culturais, como Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula<sup>32</sup>, Tambor de Mina<sup>33</sup>, Cacuriá, Dança portuguesa, dentre outras. Destacam-se, dentre essas manifestações culturais, o Bumba-Boi popularmente conhecido na cidade como Novilho Malvado, além da dança do Boiadeiro.

No povoado do Coroatá que fica no quilometro seis da MA-020 (Ponto 16), encontra-se o balneário Fonte do Coroatá (Figura 26), que pertence ao município de Cachoeira Grande e é um dos atrativos naturais do município ainda pouco conhecido da região do Munim. O município citado ainda possui outros atrativos naturais, a exemplo do Una da Barra a 6 km da sede; Fonte do Barro, no povoado Barro Vermelho; Croa Grande, no povoado Croa Grande; Fonte da Casca Grossa, no povoado Casca Grossa; Rio Pirangi; Fonte do Buriti da Maria Chica, no povoado Buriti da Maria Chica e o Banho da Água Fria, no povoado Agua Fria do Cesário<sup>34</sup>.

Figura 26: Balneário do Coroatá em Cachoeira Grande – MA.



Fonte: VIEIRA, E.W. Julho, 2017.

A culinária é um atrativo cultural por possibilitar o conhecimento de hábitos e costumes da comunidade visitada. Em Cachoeira Grande sua culinária há predominância de peixes de diferentes espécies, como tubi, mandiaçu, piau, anojado, mandubé, piranha,

<sup>32</sup> O Tambor de Crioula é uma dança de origem africana praticada em louvor a São Benedito, um dos santos mais populares entre os negros. Destaca-se elementos como o som/tambores confeccionados a partir de troncos de árvores escavados e cobertos com a pele de animais. (PACHECO,2013.)

<sup>33</sup> Culto religioso de origem afro-brasileira. É uma dança que se apresenta um repertório próprio de cantos, danças, mitologia instrumentos, adereços, comidas e procedimentos rituais executadas ao som de tambores e outros instrumentos (SILVA, 2015).

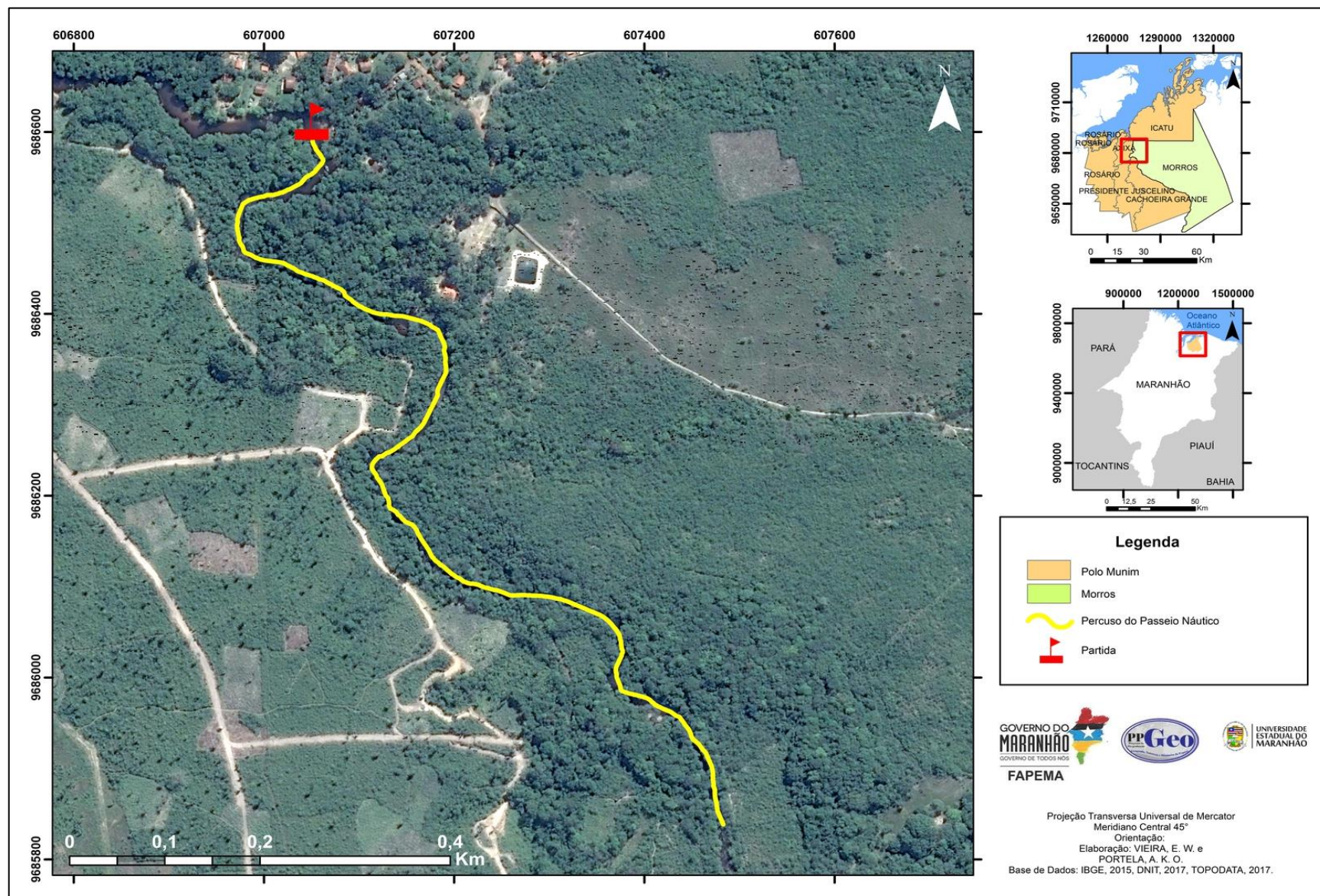
<sup>34</sup> Em virtude do prazo e da distância dos atrativos, não foi possível catalogá-los e inseri-los no mapa de atratividades.

dentre outros, oriundos em sua maioria, da pesca realizada no Rio Munim. Também é comum na região o consumo de sururu, além da juçara, vinho de buriti, bacaba e outras frutas abundantes como compota de mangaba e bacuri.

Entre os atrativos do Polo Munim, destacam-se os passeios náuticos realizados às margens do Rio Una, em Morros, e no Rio Munim em Morros, Axixá, Presidente Juscelino e Cachoeira Grande (Mapa 9, 10 e 11). Os passeios são improvisados pela comunidade local que possuem pequenas embarcações e oferecem às opções de passeios às margens dos rios principalmente aos finais de semana e feriados. O preço e o roteiro é estabelecido no local entre o visitante e o dono da embarcação.

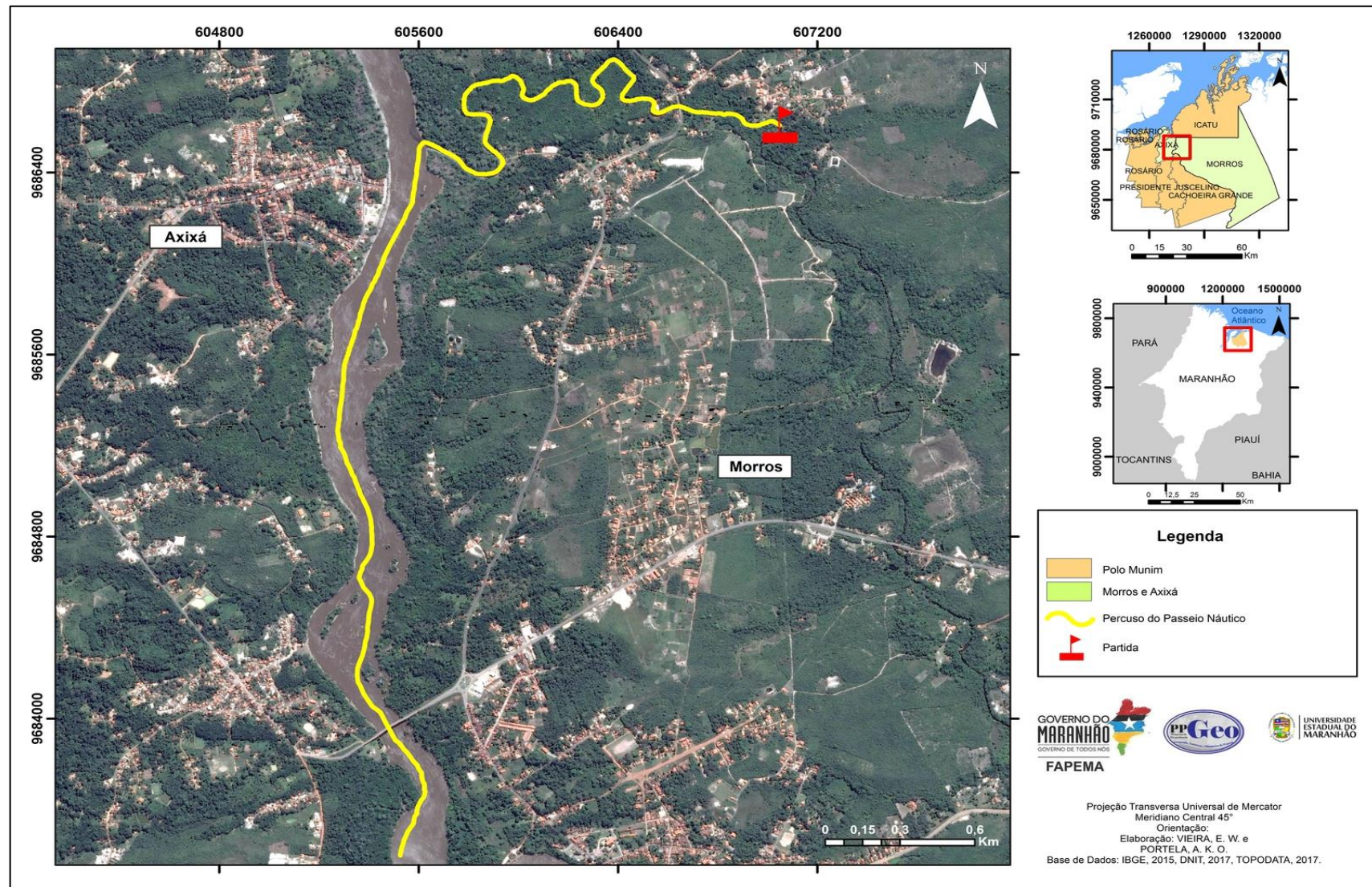
O roteiro do Mapa 9 tem saída as margens do rio Una dos Moraes em Morros. Já o roteiro do Mapa 10 contempla Morros e Axixá, saindo do rio Una dos Moraes até seu encontro com o Rio Munim limite com Axixá. O roteiro do Mapa 11 contempla Presidente Juscelino e Cachoeira Grande.

Mapa 9: Roteiro de passeio náutico no Rio Una dos Moraes em Morros, Maranhão



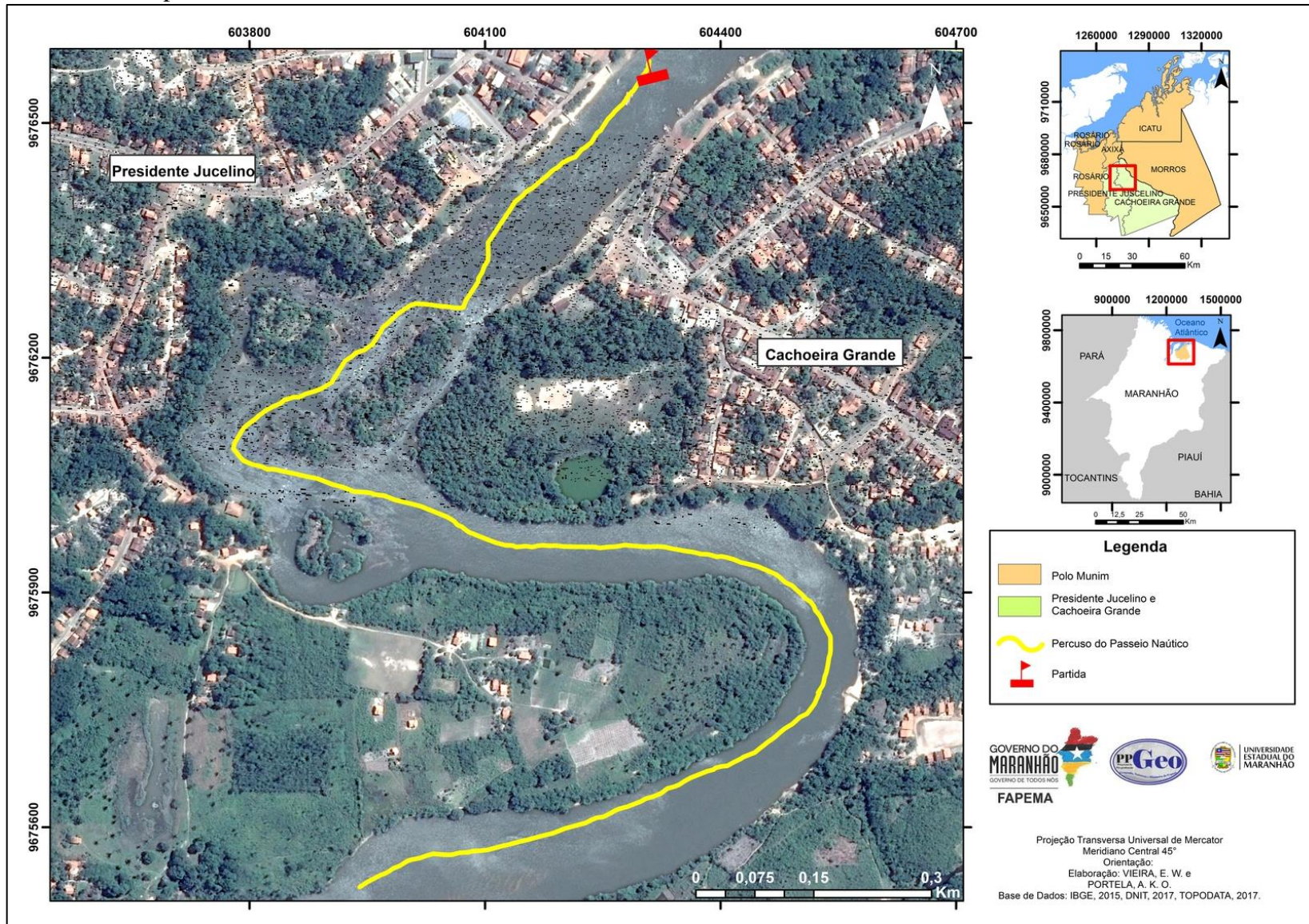
Fonte: IBGE,2013. MARANHÃO, 2010. Organização: VIEIRA, E.W; PORTELA, A. K.O. 2017.

Mapa 10: Roteiro de passeio náutico no Rio Munim divisa de Morros e Axixá, Maranhão.



Fonte: IBGE,2013. MARANHÃO, 2010. Organização: VIEIRA, E.W; PORTELA, A. K.O. 2017.

Mapa 11: Passeio náutico no Rio Munim divisa de Presidente Juscelino e Cachoeira Grande, Maranhão.



Fonte: IBGE,2013. MARANHÃO, 2010. Organização: VIEIRA, E.W; PORTELA, A. K.O. 2017.

## 5.5 Infraestrutura de apoio turístico.

Promover a atividade turística em lugares onde existe oferta e demanda pressupõe fornecer aos municípios infraestrutura básica adequada para a expansão da atividade e a melhoria dos produtos ofertados. O Mtur através do Inventário da Oferta Turística denomina infraestrutura de apoio como:

Instalações e serviços, públicos e privados, que proporcionam o bem-estar dos residentes e também dos visitantes, tais como sistema de transportes, de saúde, de comunicação, de abastecimento de água, de energia e tantas outras estruturas básicas e facilidades existentes nos municípios. (BRASIL, 2011, p.25)

Para que os municípios tornem-se espaços turísticos competitivos é fundamental primar pela qualidade dos serviços prestados. Com a ampliação do fluxo de pessoas em uma cidade ou região, é imprescindível investimentos em ampliações dos serviços; por isso, torna-se essencial a existência de uma eficiente infraestrutura urbana e rural de modo que atenda às necessidades em primeiro plano da comunidade local e posteriormente a atividade turística.

Para o desenvolvimento pleno da atividade turística é primordial que o Estado proporcione os meios necessários e um ambiente auspicioso. Além disso, é essencial uma infraestrutura capaz de atender as demandas dos visitantes, assim como, deve se conceder uma estrutura jurídica e administrativa organizada, capaz de dar um arcabouço imprescindível para o desenvolvimento da atividade turística, profissionalizando e capacitando todos os agentes envolvidos.

Segundo Oliveira (2002) há fatores essenciais para que a atividade turística proporcione o desenvolvimento da infraestrutura turística:

[...] ingresso de recursos financeiros pelos gastos turísticos; criação de novas empresas de serviços; aumento da oferta de empregos nas empresas públicas e privadas que atendem aos visitantes; implantação da infraestrutura urbana (água, luz, rede de esgoto, saneamento básico, comunicação etc.) capaz de responder às necessidades da própria população e da população flutuante; investimentos em lojas de souvenirs, restaurantes, hotéis, parques de diversões; criação de museus, elaboração de um plano diretor de turismo, facilidades para aquisição de material informativo (mapas, folhetos, revistas, filmes etc.); construção ou reforma de aeroportos, rodoviárias e portos; aparecimento de escolas de formação de mão-de-obra para o turismo; centros de eventos; aumento do ingresso de impostos nos cofres públicos com melhoria do padrão de vida da comunidade. ( OLIVEIRA, 2002. p. 36)

Para que a região turística seja matriz de desenvolvimento socioeconômico, tal atividade deve estar dotada de estrutura completa e gestão administrativa organizada

auxiliada da plena capacitação do setor público, privado e, principalmente, da comunidade.

A administração pública estadual e municipal podem recorrer ao financiamento de obras em infraestrutura turística a partir de recursos direcionados para a implantação, ampliação ou recuperação de infraestrutura urbanística em municípios turísticos com potencial turístico a partir de verbas provenientes do Mtur. A administração pública proponente é a responsável pela elaboração da proposta de intervenção de acordo com as necessidades de infraestrutura, assim como administrar e fiscalizar a execução em áreas públicas ou em privadas em regime de Servidão Pública, devidamente comprovadas de interesse turístico.

Nessa perspectiva, Axixá, Morros, Presidente Juscelino e Rosário receberam investimentos provenientes do Mtur (Quadro 4) antes da elaboração do Plano Maior 2010 por intermédio de projetos da administração municipal. Os investimentos somam um total de R\$ 2.848.175,00 sendo Axixá foi o município mais beneficiado com os investimentos. Vale ressaltar que Icatu e Presidente Juscelino não usufruíram desses investimentos.

Quadro 4 - Investimentos do Ministério do Turismo em Infraestrutura de apoio turístico anterior a criação do Polo Munim.<sup>35</sup>

Municípios	Valor Total Conveniado (R\$)	Destinação	Ano de Vigência	Status
<b>Axixá</b>	1.654.500,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção do Parque da Vaquejada; Recuperação de área degradada e insalubre, recuperação do muro a margem do rio; Construção de Praças; Urbanização de Praça Pública;</li> </ul>	2007	Concluído
<b>Morros</b>	1.062.500,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestrutura Turística.</li> </ul>	2002	Concluído
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção do Terminal Rodoviário;</li> </ul>	2004	Concluído
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pavimentação do acesso ao balneário do Rio Una;</li> </ul>	2007	Concluído
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pavimentação asfáltica;</li> </ul>	2008	Concluído
<b>Presidente Juscelino</b>	126.750,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de Praça no Povoado Boa vista dos Pinhos;</li> </ul>	2008	Concluído
<b>Rosário</b>	442.500,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adaptação de Galpão da Refesa para Centro de Exposição.</li> </ul>	2009	Em andamento

<sup>35</sup> Os dados do Portal da transparência do Mtur compreende aos investimentos realizados a partir de 01/01/1997.

		• Construção de Estação Rodoviária;	2005	Concluído
		• Construção de Praça da Prefeitura;	2007	Concluído

Fonte: CGU – Controladoria Geral da União. Organização: Vieira. E, W. 2017

Axixá, Morros e Presidente Juscelino já concluíram seus projetos concluídos. Em Rosário apenas a adaptação do Galpão da Refesa encontra-se em andamento. A obra é realizada pelo IPHAN e é do governo federal, com apoio da Prefeitura de Rosário. O projeto arquitetônico executivo da obra foi contratado pelo IPHAN com apoio do Ministério do Turismo, fonte do recurso da reforma. Os bens móveis e imóveis da RFFSA foram repassados ao IPHAN em 2007, por determinação da Lei nº 11.483. A autarquia ficou responsável pela guarda e manutenção do acervo. Concluída a obra, o complexo funcionará como Portal de Entrada dos Lençóis Maranhenses.

Em relação aos investimentos após 2010, ano de criação do Polo Munim, todos os municípios passam a ser privilegiados com investimentos provenientes do Mtur (Quadro 5). Nota-se que ,ainda, assim as ações são pontuais e de baixo investimento o que contribui para a má conservação da malha rodoviária, a precária sinalização, as péssimas condições das rodoviárias etc. Para a realidade do polo citado percebe-se que não há direcionamento orçamentário contínuo que atenda as necessidades da infraestrutura de apoio turístico. Esse quadro não é diferente quanto aos orçamentos estaduais e municipais que ainda não visam o olo Munim como prioridade.

Quadro 5 - Investimentos do Ministério do Turismo em Infraestrutura de apoio turístico após a criação do Polo Munim, 2010 a 2017.<sup>36</sup>

<sup>36</sup> A consulta das informações foi realizada no dia 08/01/2017. Os dados do Portal da transparência do Mtur compreende os investimentos realizados até o período 30/04/2017.



Municípios	Valor Total Conveniando (R\$)	Destinação	Ano de Vigência	Status
Axixá	980.734,95	• Construção de Praça na sede do município,	2012	Concluído
		• Urbanização e iluminação da Beira Rio;	2014	Concluído
		• Urbanização do Balneário do centro Grande	2015	Em andamento
Cachoeira Grande	1.168.754,93	• Apoio ao projeto de infraestrutura turística - construção do balneário do Coroatá e Praça do Porto de Espera;	2015	Parado
		• Reforma e ampliação do Cais do Rio Munim; Urbanização do Porto da Espera.	2016	Processo de licitação
Icatu	292.500,00	• Construção da praça observatório no povoado Itatuaba.	2016	Concluída
Morros	828.750,00	• Reforma da Praça Santa Cruz e Praça São João;	2010	Concluído
Presidente Juscelino	585.000,00	• Apoio ao projeto de infraestrutura turística – reforma e ampliação da Praça Santo Antônio; Apoio ao projeto de infraestrutura turística – reforma e ampliação da praça municipal de Presidente Juscelino	2016	Concluído
Rosário	1.972.600,00	• Construção do Portal da Cidade; Apoio ao projeto de infraestrutura turística - urbanização e modernização de Parque Urbano.	2016	Em Andamento

Fonte: CGU – Controladoria Geral da União. Organização: Vieira. E, W. 2017

Em Cachoeira Grande a construção do balneário do Coroatá passa por divergências entre o projeto de infraestrutura turística e a comunidade local. Segundo entrevista com morador da comunidade Coroatá o qual pertence o balneário, foi alegado que:

O pessoal da prefeitura passou aqui falando que ia arrumara a fonte. Mas nós não quer não! Vem muita gente pra cá beber, fica banhando e quebrando os galhos das plantas. Depois a gente que tem que limpar porque fica tudo sujo. Deixam o sujo tudo aí. (Morador de Cachoeira Grande, informação verbal, julho 2016)

Em entrevista com o secretário de turismo, cultura e esportes de Cachoeira Grande, foi explicado que:

A gente foi lá levar o projeto e conversar com eles. Mostramos o projeto e tudo, mas ali é uma comunidade evangélica e eles não querem. É o medo das pessoas irem lá para fazer baderna, beber. (Secretário de turismo, cultura e esportes de Cachoeira Grande, informação verbal, julho 2016).

Diante dessa situação, deve-se considerar, basicamente, a cultura das comunidades receptoras e seus impactos na cultura local, provocados pelo contato entre pessoas com valores culturais diferentes. Os projetos, quando implantados, devem prezar pelas territorialidades já existentes dos membros dessa comunidade, reconhecendo-as, e considerando suas singularidades e o valor de sua cultura, de seus recursos naturais e de suas tradições. Caso contrário, as comunidades receptoras tende a recusar a atividade turística por desconfiança, pois em geral não têm a oportunidade de participar das tomadas de decisões sobre uso de seu território.

O desenvolvimento eficaz da atividade turística vai além da construção e manutenção das infraestruturas turísticas. O planejamento, a gestão, o controle, a implementação de infraestruturas e o monitoramento bem desenvolvidos do turismo são fundamentais para que a interação entre estes dois grupos não seja marcada por experiências traumáticas.

Em Rosário a construção do Portal da Cidade e a urbanização e modernização de Parque Urbano estavam previsto para serem concluídos ao final de 2017 de acordo com informações da Secretaria de Turismo de Rosário, porém até o final dessa pesquisa (dezembro de 2017) a mesma encontrava-se em reforma.

Como reflexo dos baixos investimentos em infraestrutura de apoio, dos seis municípios que compõem o Polo Muni, apenas três, possuem estações rodoviárias, em suas sedes: Icatu, Morros e Rosário (Figura 27). O município de Icatu realizou em dezembro de 2016 a reinauguração da rodoviária após reforma de sua infraestrutura, porém *in loco* não foram encontradas informações sobre horários, rotas dos ônibus e orientações turísticas da região. A ausência dessas informações demonstra que os investimentos com infraestrutura ainda não se atentam as necessidades quanto as informações turísticas locais.

As rodoviárias dos municípios de Morros e Rosário não possuem itens com informações sobre roteiros e valores, além de apresentarem péssimas condições e não possuem nenhum tipo de informações ou orientações turísticas da região em apreço. Os

municípios que não dispõem de rodoviária (Axixá, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino), utilizam de espaços públicos como praças, mercados etc como pontos de paradas improvisados ou guichês para a venda de passagens. Essa realidade confirma a falta de preocupação dos gestores públicos quanto à instalação de equipamentos adequados de infraestrutura de apoio turístico em prol da locomoção e bem-estar dos residentes e também dos visitantes.

Figura 27: Terminal Rodoviário na sede dos municípios de Icatu, Morros e Rosário.



Fonte: VIEIRA, E.W. Julho, 2017

De acordo com Beni (1998) os investimentos na infraestrutura do sistema viário e de transportes necessitam de precaução, para o desenvolvimento socioeconômico de uma região, pois são essenciais, principalmente quando propõem-se promover a ampliação e o desenvolvimento do turismo. Haja visto que os destinos turísticos se desenvolvem, pela acessibilidade que o meio de transporte proporciona.

O transporte rodoviário nos municípios do Polo Munim, através do Governo do Maranhão, por meio da Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB) implementou em conjunto com a empresa detentora da permissão de operação das linhas do Munim, a Cisne Branco, a ampliação da oferta de viagens para atender passageiros de

Axixá, Morros e Presidente Juscelino, incluindo uma linha para atender o município de Cachoeira Grande (Figura 28).

No antigo modelo rodoviário utilizado ao acesso aos municípios do polo, o passageiro gastava R\$ 44, onde R\$ 21 no trecho de ida, R\$ 21 no trecho de volta, além de R\$ 2 de taxa de embarque da rodoviária. Com a nova modalidade de transporte urbano, a tarifa foi reduzida para R\$ 6 de São Luís para Rosário e mais R\$ 6 de Rosário para quaisquer outros municípios do polo, totalizando R\$ 24 para ida e volta (MARANHÃO, 2016b).

A ampliação das rotas viabilizou a implantação do Sistema Integrado de Transporte da Região do Munim, cuja operação substituiu o sistema rodoviário pelo urbano, do qual antes de sua integração, era realizado por transporte clandestino que representava uma alternativa cara e perigosa para passageiros que precisam se locomover dos municípios do polo até São Luís. Para Cachoeira Grande o novo sistema apresenta ainda maior benefício, pois a cidade antes era desassistida de linha própria e contava com carros-lotação para os demais municípios.

Figura 28: Sistema rodoviário integrado da Região do Munim.

DE SÃO LUÍS PARA ROSÁRIO		DIARIAMENTE PARTINDO DE ROSÁRIO - INTEGRAÇÃO	
DIA ÚTIL	SÁBADOS	DOMINGOS E FERIADOS	
04:20	04:20	04:20	05:30
05:30	05:30	06:40	07:30
06:40	06:40	08:00	10:30
07:10	07:25	09:15	12:30
07:50	08:15	10:30	14:30
08:40	09:15	12:40	16:30
09:20	10:45	13:55	18:30
10:10	11:45	15:10	21:30
11:15	12:45	16:25	23:30
12:15	13:35	17:40	
13:05	14:25	18:55	
13:55	15:15	20:10	
14:45	16:05	22:20	
15:35	16:55	23:35	
16:25	17:45		
17:15	18:35		
17:45	19:45		
18:25	20:55		
19:05	22:15		
19:50	23:15		
20:40			
21:30			
22:30			
23:30			

PARTINDO DIARIAMENTE PARA ROSÁRIO		DE ROSÁRIO PARA SÃO LUÍS	
CACHOEIRA GRANDE PARA ROSÁRIO	ICATU PARA ROSÁRIO	DIA ÚTIL	SÁBADOS
04:30	05:30	05:30	05:30
06:30	07:30	06:00	06:15
08:30	09:30	06:40	07:00
11:30	12:30	07:20	08:00
13:30	14:30	08:00	09:30
15:30	16:30	09:00	10:30
17:30	18:30	10:00	11:30
19:30	20:30	11:00	12:20
22:30	23:30	11:50	13:10
		12:40	14:00
		13:30	14:50
		14:20	15:40
		15:10	16:30
		16:00	17:20
		16:30	18:30
		17:00	19:40
		17:50	20:50
		18:40	22:00
		19:30	22:50
		20:20	23:40
		21:10	
		22:00	
		22:50	
		23:40	

Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

A sinalização turística é um elemento primordial durante o deslocamento do visitante até os devidos atrativos. São por intermédio das sinalizações que são dadas informações que auxiliam no senso de posicionamento que atendam as necessidades

básicas dos visitantes e da comunidade local, direcionando-os e auxiliando-os a atingir os destinos pretendidos. Essas informações devem ocorrer através de placas que cumpram a função obrigatória de estarem colocadas da maneira mais clara em boas condições com objetivo de informar os usuários sobre a existência de atrativos e de outros referenciais, sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo destes, a distância a ser percorrida para se chegar ao local desejado (BRASIL, 2013).

A sinalização turística entendida por Silva e Melo (2012, p. 05) é primordial, visto que “fortalece a atividade turística tanto no seu fluxo turístico como no conhecimento dos destinos turísticos, pois facilita a localização de diversos atrativos ao longo daquele corredor turístico ou zona turística”. Nesta perspectiva, as informações contidas nas sinalizações permite que o visitante possa conhecer as características sobre o local e de seus atrativos, possibilitando o deslocamento e por consequência maior entendimento sobre a região visitada.

Para a realidade do polo Munim foi observado à precariedade quanto à sinalização nas BR- 402, MA- 110 e na MA- 020. Essa situação pode ser constatada nas estradas que dão acesso aos municípios de Axixá, Cachoeira Grande, Icatu e Presidente Juscelino onde as placas encontram-se deterioradas (Figura 29), devido à má conservação, bem como em alguns trechos percebe-se a total ausência de sinalização. Essa falha compromete todo o sistema de transportes intermunicipais já que dificulta o acesso dos visitantes aos municípios.

Figura 29: Placas indicativas de distância em precárias condições.





A – Axixá. B – Cachoeira Grande. C – Icatu. D– Presidente Juscelino.

Fonte: VIEIRA, E.W. Julho, 2016.

O projeto de adaptação da Rffsa em Rosário incluiu em sua sede a implantação de sinalização. Através desse projeto o município conta com sinalizações de direcionamento mais recentes e em boas condições (Figura 30). Vale ressaltar que essas sinalizações não atendem os padrões preestabelecidos pelos princípios do Guia Brasileiro de Sinalização Turística elaborada pela EMBRATUR em 2001, com base em critérios de padronização, suficiência, visibilidade, continuidade e coerência, manutenção e conservação, e com os princípios e regras do Código Brasileiro de Trânsito (Lei n. 9.503, 1997) quanto a formas e cores dos sinais, letras, tarjas e setas; aplicação - situações idênticas sinalizadas da mesma forma; colocação na via ou nas localidades.

Figura 30: Placa de sinalização em Rosário – MA.



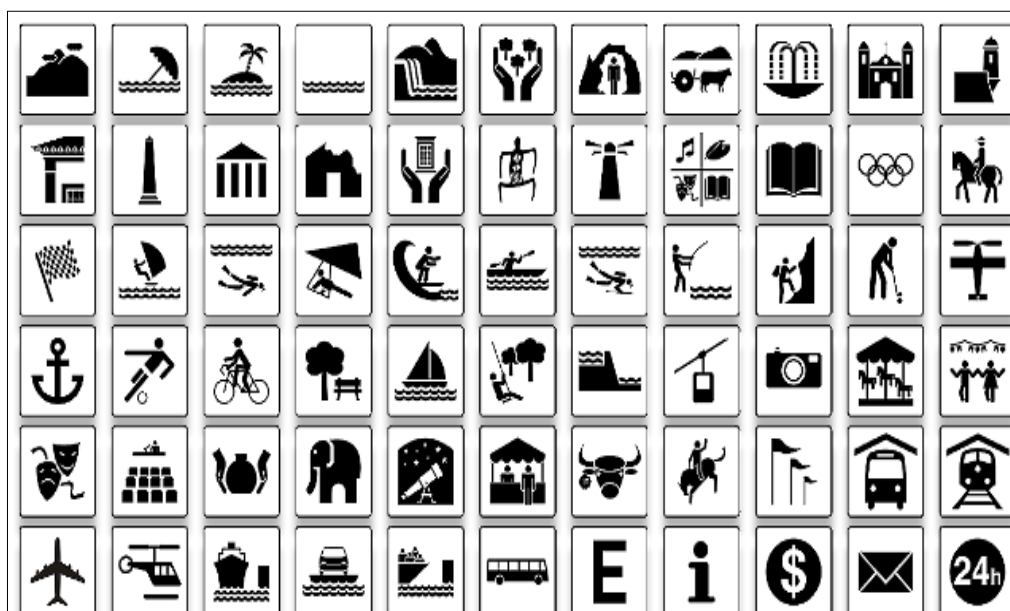
Fonte: VIEIRA, E.W. Julho, 2017.

Assim como Rosário, as placas instaladas em Morros estão em bom estado de conservação, porém não atendem as padronizações exigidas pelo Código Brasileiro de Trânsito quanto à visibilidade, continuidade e coerência. Além disso, constata-se a poluição visual através de fixação de publicidades e faixas nas sinalizações, que de acordo

com a Lei nº 9.503/97 no Artº 81 é ressaltado que é proibido “afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização”. Essa realidade está presente não só no município de Morros, mas nos demais municípios que compõem o polo referido.

No que se refere à sinalização dos atrativos turísticos, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p. 4) “os signos e símbolos turísticos devem expressar seu significado na linguagem mais universal e simples possível.” Neste âmbito, os pictogramas (Figura 31) foram criados para facilitar a comunicação e no turismo são indispensáveis na orientação de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, de maneira que o visitante de qualquer parte do mundo possa identificar do que se trata.

Figura 31: Pictogramas para sinalização de atrativos turísticos.



Fonte: Elaboração adaptada de EMBRATUR et al. (2001, p. 49-55)

Destaca-se que em nenhum dos seis municípios foi constatado *in loco* sinalização apropriada dos atrativos turísticos. Em alguns casos as placas, faixas, tapumes de madeiras e até mesmo papelões são improvisados pela própria comunidade ou donos de estabelecimentos a fim de informar os visitantes sobre a oferta dos atrativos na região. Constata-se essa realidade, por exemplo, no município de Morros no balneário no Una de Moraes (Figura 32), na entrada da Cachoeira do Tanque em Axixá, Cachoeira do Boqueirão em Icatu e em Presidente Juscelino no balneário aconchego do Munim.

Figura 32: Placa improvisada no Una de Moraes em Morros – MA.



Fonte: VIEIRA, E.W. setembro de 2016.

A sinalização é um fator indispensável para o conhecimento dos atrativos turísticos e a facilitação do seu acesso. A respeito disso, a sinalização tanto dos indicativos dos municípios como dos atrativos turísticos que compõem o Polo Munim é deficiente e necessita ser reelaborada com mais responsabilidade tendo como finalidade principal o ordenamento territorial, informação, continuidade e coerência nas placas de trânsito e turísticas.

Dessa forma, a sinalização turística poderia contribuir para facilitar o acesso dos visitantes e moradores locais aos atrativos turísticos da cidade, possibilitando seu conhecimento, através da visitação e conseqüentemente a sua valorização como patrimônios cultural e natural. Por isso a necessidade de atenção para a qualidade nos serviços oferecidos, atendendo tanto a infraestrutura da estação rodoviária com os horários, recepção, conforto, aparência externa e interna, como da sinalização necessária.

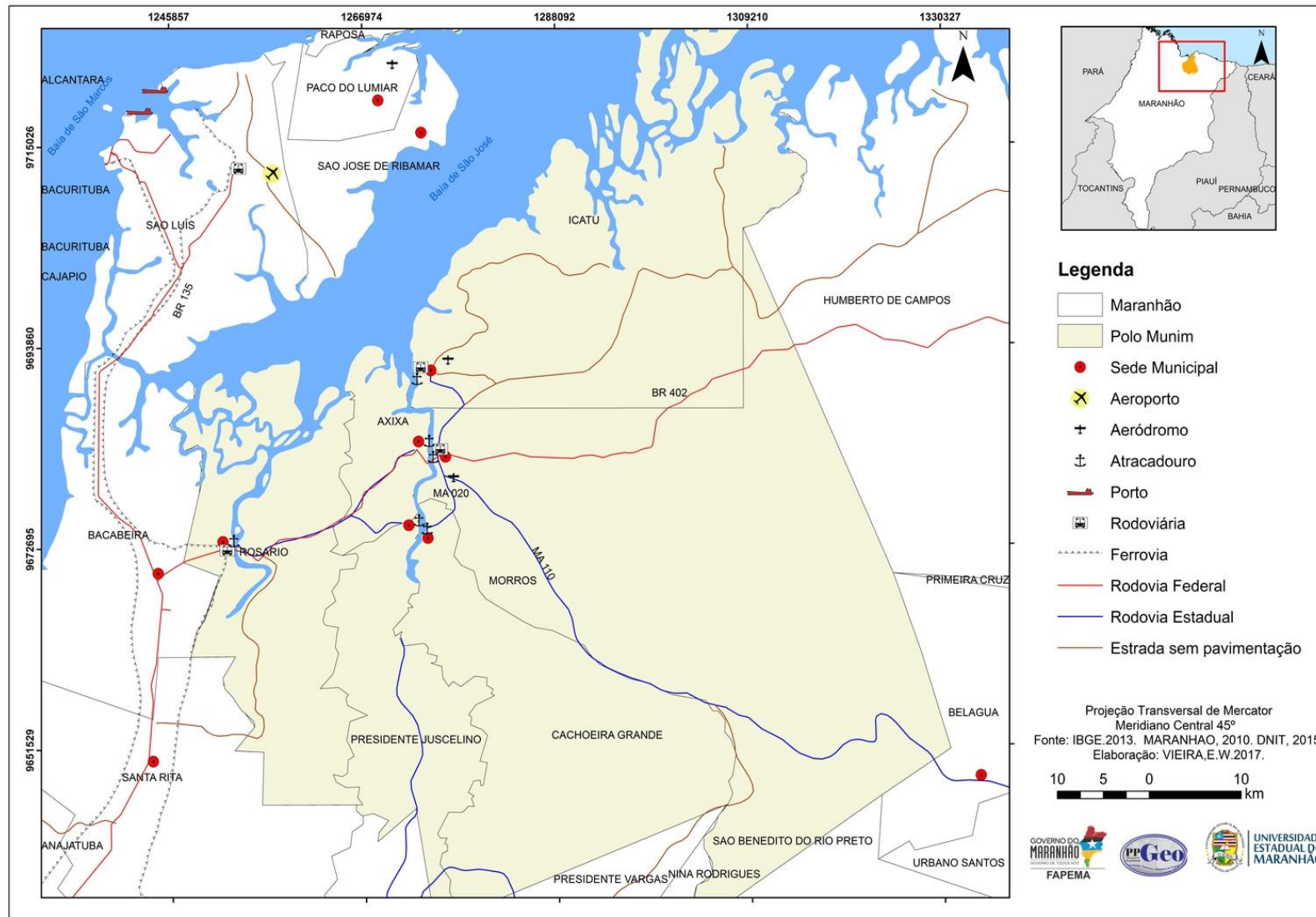
Dentro desta perspectiva, a acessibilidade aos atrativos turísticos está diretamente relacionada ao deslocamento de indivíduos ou grupos de indivíduos. Para garantir o deslocamento são necessárias boas condições de suas infraestruturas, a exemplo, das estradas que interligam os municípios como as rodovias federais e estaduais, bem como as estradas de acesso a zona urbana e rural dos municípios.

Após a conclusão da Rodovia BR-402, conhecida por Translitorânea, inaugurada em 2002, os municípios do polo em apreço ganharam mais visibilidade intensificando o fenômeno do turismo em alguns deles. Destaca-se que a MA-402 foi um investimento pensado na terceira fase pelo Plano Maior 2000 para interligar o município de Barreirinhas pelas rodovias BR-402, BR-135 à capital São Luís. Hoje essa rodovia ainda é o principal acesso ao Polo Munim, uma vez que os aeródromos de Morros e Icatu são



inoperantes, a ferrovia não opera mais com transporte de passageiros e o transporte fluvial está em declínio (Mapa 12).

Mapa 12: Mapa de Infraestrutura do Polo Munim, Maranhão.



Fonte: IBGE, 2013; DNIT, 2015. Organização: VIEIRA, E, W. 2017.

A construção da rodovia BR- 402 facilitou a locomoção por meio de vários tipos de automóveis através da qual os visitantes buscam principalmente balneários. É possível observar que o aumento da mobilidade promovido pelo deslocamento de pessoas durante feriados e fins de semanas ocasionam enormes congestionamentos e acidentes principalmente no trecho da BR-135 que liga São Luís a Rosário. O Governo do Maranhão e o Governo Federal são responsáveis na duplicação de trecho da rodovia BR-135 até Bacabeira (Figura 33). O fim da duplicação está previsto para 2017 e assim como a construção da BR-402, tornará o percurso mais seguro para o turismo e para o transporte de cargas (BRASIL, 2015). Ao seu término, pode potencializar as visitas aos municípios que compõem o polo Munim como ao Polo Parque dos Lençóis Maranhenses.

Figura 33: Duplicação da BR-135 trecho São Luís/Rosário, Maranhão.



Fonte: VIEIRA, E, W. Setembro, 2016.

Além das rodovias federais e estaduais, os principais acessos as comunidade da zona rural dos municípios são realizados através de estradas de piçarra. Os atrativos turísticos também sofrem com a falta de pavimentação, em alguns casos, como por exemplo, na Cachoeira do Boqueirão em Icatu, Cachoeira do Arruda em Morros e Forte do Calvário em Rosário (Figura 34), pois o acesso só é possível via carro 4x4 devido as péssimas com condições dos acessos. A ausência de pavimentação e precárias condições do asfalto também são problemas encontrados na zona urbana de todos os seis municípios, o que comprometem a qualidade do turismo rodoviário como um todo.

Figura 34: Infraestrutura asfáltica.



A - Rua do centro de Icatu;  
 B - Estrada de piçarra em direção ao balneário Una dos Moraes em Morros;  
 C - Estrada para Cachoeira do Boqueirão em Icatu;  
 D - Estrado de terra que dá acesso ao Forte do Calvário em Rosário.

Fonte: Fonte: VIEIRA, E, W. Setembro de 2016.

Os principais atrativos turísticos estão em locais pouco acessíveis e sem uma estrutura que possibilite uma rápida conexão entre ambos. Esta desarticulação entre as cidades desse polo turístico tem sido um dos principais problemas para o desenvolvimento do turismo e consequente inserção das cidades enquanto um território de referência na zona turística do Maranhão.

A navegação por rios é uma opção para o deslocamento de pessoas e mercadorias na região, já que a mesma usufrui de dois grandes rios que cortam os municípios do polo citado, Itapecutu e Munim além do extenso litoral no município de Icatu. O transporte hidroviário pode facilitar o transporte de mercadorias e pessoas em embarcações de pequeno e médio porte. Para que isso aconteça é necessário infraestrutura de atracadouros, píer, embarcações regularizadas e fiscalização quanto ao uso das embarcações.

Apesar do potencial desse tipo de transporte, para a realidade do polo ainda não são necessários grandes investimentos em infraestrutura que atendam as necessidades da comunidade local e muito mais em âmbito turístico. Constatada-se essa realidade, por exemplo, em Cachoeira Grande e Presidente Juscelino, onde o transporte hidroviário é

utilizado para deslocamento de pessoas e mercadorias entre as duas municipalidades pelo rio Munim.

O transporte de mercadorias e pessoas entre as duas cidades são realizados através de pequenas embarcações de madeira ou por uma balsa improvisada (Figura 35), a qual utiliza-se de atracadouros para o embarque e desembarque dos passageiros.

Figura 35: Balsa utilizada para transporte de pessoas e mercadorias entre Presidente Juscelino e Cachoeira Grande.



Fonte: VIEIRA, E. W. Julho de 2017.

Axixá, Icatu, Morros e Rosário também utilizam do transporte hidroviário, porém, assim como Cachoeira Grande e Presidente Juscelino também apresentam infraestrutura comprometida (Figura 36). Nessas municipalidades não há a regularização desse transporte e não usufruem de investimento em infraestruturas que melhorem a qualidade dos serviços já prestados na região.

É importante destacar, que além dos usos dos rios para o transporte hidroviário, a região já faz o uso para a atividade pesqueira e também como atrativo turístico através de passeios náuticos improvisados. Isso porque os passeios náuticos são realizados pelos próprios pescadores da região utilizando de suas embarcações com finalidade de ofertar passeios tanto pelo rio Munim como pelo rio Itapecuru.

Não há nenhuma fiscalização quanto à prática dessa atividade na região, como também não há informações nos atracadouros (Figura 36) sobre a oferta, preços, horários ou rotas dos passeios náuticos. Os passeios são oferecidos de maneira improvisada, onde é necessário que o visitante negocie as rotas e valores dos passeios diretamente com o proprietário da embarcação.

Figura 36: Atracadouros nos municípios de Axixá, Cachoeira Grande, Icatu e Morros.



Fonte: VIEIRA, E.W. Julho de 2017.

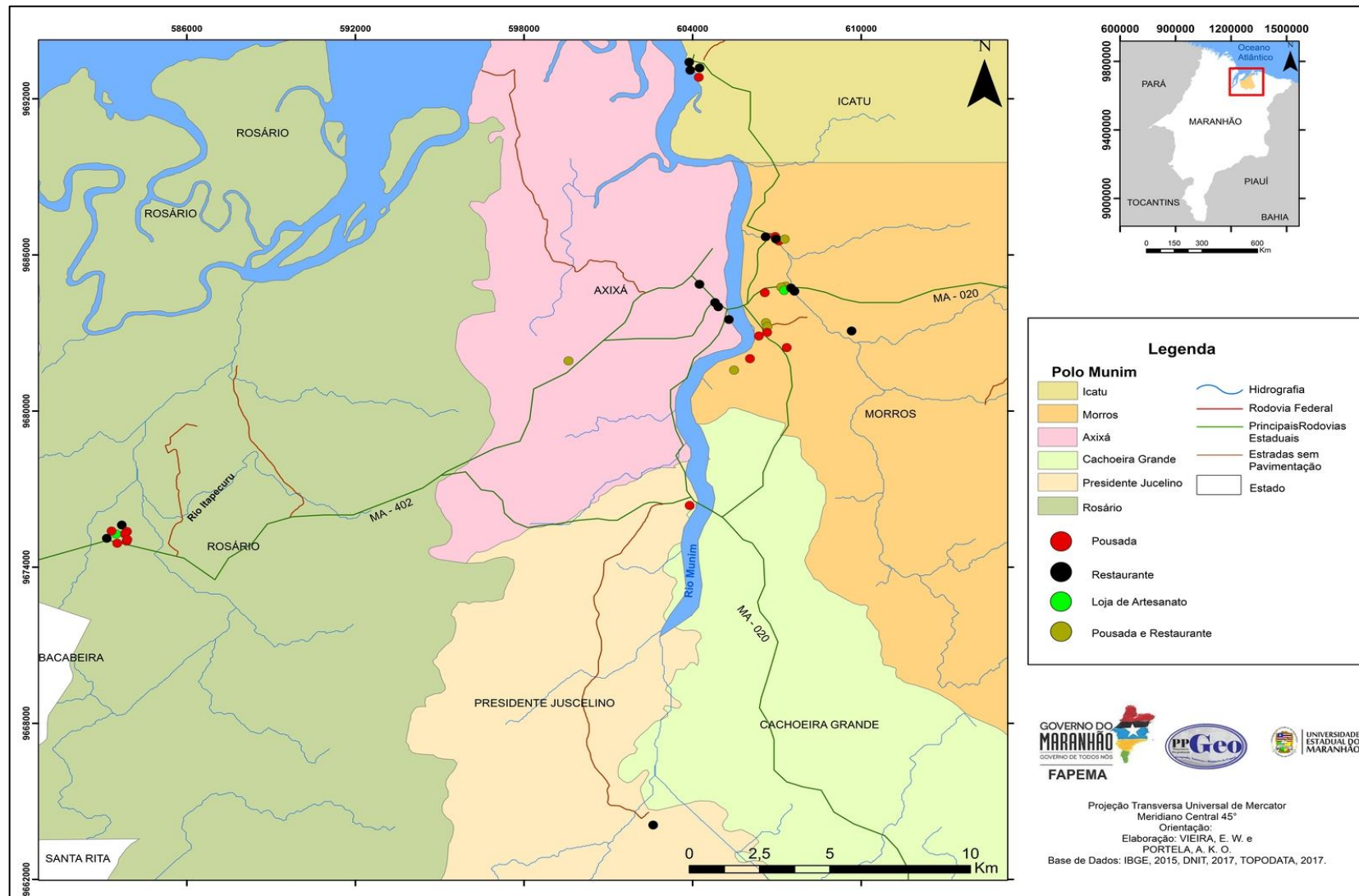
Por fim, os investimentos provenientes tanto da esfera federal, quando da estadual e municipal ainda estão muito abaixo para as necessidades em que o polo se encontra. O baixo investimento nos equipamentos atrapalha o desenvolvimento da atividade turística, que necessita ser melhorado com incentivos através não só de recursos financeiros para melhor infraestrutura, mas também em capacitação dos gestores das políticas públicas e da mão de obra para atender o mercado interno e externo.

### 5.5 Equipamentos e serviços Turísticos.

Assim como a infraestrutura de apoio é essencial o suporte dos equipamentos e serviços estruturados são imprescindíveis para atender a demanda nos municípios. Os equipamentos e serviços turísticos são entendidos como “conjunto de estabelecimentos e prestadores de serviços que dão condições para que o visitante tenha uma boa estada: hospedagem, alimentação, diversão, transporte, agenciamento, etc”. (BRASIL, 2011, p.27)

Os equipamentos e serviços turísticos no polo em estudo, considerados nos mapa 13 desta dissertação foram: Pousadas, Restaurantes, Pousadas e Restaurantes (no mesmo estabelecimento) e Lojas de Artesanato.

Mapa 13: Mapa de Estabelecimentos do Polo Munim.



Fonte: IBGE, 2013. MARANHÃO, 2010. Organização: VIEIRA, E.W; PORTELA, A. K.O. 2017.



A partir da análise da distribuição dos estabelecimentos os municípios do Polo Munim, no Mapa 13, é possível constatar os interesses do capital em áreas apropriadas pelo turismo sem haver de fato um encadeamento da descentralização que beneficie o território como um todo. Para a realidade do polo em apreço, verificamos que o Rio Munim e o seus afluentes são onde o turismo se faz nitidamente mais expressivo.

Do ponto de vista do território, observamos que os equipamentos e serviços concentram-se em sua maioria próximos aos atrativos turísticos. O Polo Munim configura-se dividido em duas grandes áreas, com características funcionais completamente distintas, identificados como território turístico e o território não-turístico a partir do conceito elaborado por Knafou (2001).

Consideramos o território turístico como uma extensão de maior influência do turismo, do qual há uma sobreposição dos atrativos turísticos e maior concentração de equipamentos e serviços. É o território turístico que tem recebido investimentos em equipamentos de apoio e oferta de passeios náuticos e vem passando por um intenso processo de ocupação de pousadas e restaurantes, que é a principal forma de o capital turístico apropriar-se de espaços no polo Munim e fragmentá-los.

O considerado território-não-turístico é composto por atividades rurais. Devido a sua natureza interiorana, esse território não se insere no turismo, o que faz com que ele receba pouco ou nenhum investimento em infraestrutura, para o desenvolvimento e a integração ao setor.

Percebemos aqui, que a fragmentação territorial existente no Polo Munim se consolida principalmente por possuir características funcionais completamente distintas, em um processo de fragmentação, uma vez que a atividade turística não se consolida em todo o seu território, mas apenas em parte dele. Vale ressaltar que há uma fragmentação territorial, produzida, sobretudo, por uma atividade que procura priorizar determinados aspectos geográficos, em desvantagens de outras, favorecendo assim localidades que fazem o uso dos rios Munim e seus afluentes para o lazer.

A ausência do ordenamento territorial por parte do poder público através dos planos diretores, plano de manejo e planos estratégicos de turismo converte-se nesta distinção territorial, visto que tal ausência ou falta de execução desses planos deixa à deriva as comunidades locais que estão envolvidas diretamente e indiretamente com a atividade turística. Essa deficiência é aproveitada por reprodução de capital no sentido de materializarem o uso que mais lhe convém.

No panorama geral observado na tabela 2 e na distribuição dos estabelecimentos (Mapa 13), destacam-se Morros e Rosário com o maior número de serviços no Polo Munim.

Tabela 2: Número de estabelecimentos por municípios do Polo Munim.<sup>37</sup>

<b>Municípios</b>	<b>Pousada</b>	<b>Restaurante</b>	<b>Pousada e Restaurante</b>	<b>Loja de Artesanato</b>	<b>Total</b>
Morros	7	6	7	1	21
Rosário	7	8	0	1	16
Axixá	1	5	1	0	7
Icatu	1	4	0	0	5
Presidente Juscelino	1	1	0	0	2
Cachoeira Grande	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	17	24	8	2	-

Fonte: Dados a pesquisa, 2016. Organização: VIEIRA, E.W. 2016.

De acordo com a Pesquisa de Serviços de Hospedagem - PSH realizada pelo IBGE, o Maranhão apresenta 531 estabelecimentos de hospedagens (IBGE, 2016). Com apenas 25 estabelecimentos de pousadas (incluindo os estabelecimentos que oferecem serviço de restaurante), o Polo Munim representa apenas 4,7 % do total dos serviços de hospedagens no Estado. Isto demonstra o baixo investimento em equipamento de hotelaria no polo em apreço

Morros apresentou na tabela 2 o maior número de empreendimentos e vem despertando maior interesse em investimentos das iniciativas privadas, em sua maioria localizada às margens do rio Una (Mapa 12). As evidências mostram os interesses pela apropriação, controle e uso do território, mesmo que pontual, para a atividade turística. Os investimentos em hospedagens no município de Morros refletem na materialidade do território para atender as demandas do turismo.

O município de Rosário possui o segundo maior número estabelecimentos (tabela 2), todavia esses empreendimentos estão concentrados na sede do município. Contudo, esses equipamentos não são derivados da atividade turística e sim dos vários

<sup>37</sup> Na área de estudo existem estabelecimentos que oferecem além do serviço de hospedagem a opção para alimentação por meio de infraestruturas de restaurantes no mesmo empreendimento. Foi observado *in loco* que os visitantes fazem diferentes usos dos estabelecimentos: apenas com a finalidade de realizar suas refeições, utilizam apenas como hospedagem ou utilizam como hospedagem e alimentação.

investimentos durante o período de 2010 a 2015 referente às obras da Refinaria Premium I (DINIZ, 2015). Mesmo com o fim da implementação da Refinaria, alguns dos serviços continuaram dando suporte ao município.

Com 7 estabelecimentos, Axixá possui 5 de seus restaurantes distribuídos ao longo da MA 110. Esses estabelecimentos têm como principal produto a comercialização de Juçara e já é um trecho de referência na região.

Icatu e Presidente Juscelino apresentam, respectivamente, 5 e 2 estabelecimentos. Já em Cachoeira Grande não foi identificado nenhum estabelecimento. A realidade desses três municípios demonstram o pouco interesse da iniciativa privada na região para investimentos em equipamentos e serviços turísticos.

A comercialização do artesanato, item também destacado na tabela 2, é uma atividade geradora de renda complementar da renda familiar ou mesmo como a renda principal. É a contrapartida da massificação, promovendo simultaneamente o resgate cultural e a identidade local.

O Programa de Artesanato Brasileiro – PAB conceitua o artesanato como sendo:

[...] o produto resultante da transformação da matéria prima, com predominância manual, por um indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas previamente conceituada, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, com ou sem expectativas econômicas, podendo no processo ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (BRASIL, 2006, p.3)

O trabalho artesanal utiliza matéria-prima natural, promove a inserção de famílias em atividades produtivas, estimula a prática do associativismo, fixa o artesão no local de origem, fonte geradora de emprego, promove o desenvolvimento local e o crescimento no PIB municipal.

Apenas Rosário e Morros contam com lojas para comercialização de artesanato dos seis municípios. Em Rosário há uma loja localizada no centro da sede municipal da qual se destaca pela produção de peças de cerâmica como tijolos e telhas destinados à construção civil além de cerâmicas decorativas e utilitárias como filtros, vasos, panelas, potes e pratos produzidos por artesãos locais (Figura 37).

Figura 37: Artesanato de Cerâmica em olaria em Rosário.



Fonte: VIEIRA, E.W. Julho de 2017.

De acordo com entrevista cedida por uma morador e artesão de Rosário:

[...] vendemos mais para o pessoal de São Luís. Eles vêm aqui e levam o caminhão carregado de vaso de planta e pra decorar a casa. Ah e sai muito filtro de barro. Tudo somos nós que produzimos e vendemos. Eu faço e minha mulher pinta as peças. (Entrevista, Informação verbal, 2017)<sup>38</sup>

Já em Morros encontra-se o Espaço Mário Veiga, local de exposição e vendas de artesanato produzido por grupos de artesãos locais, situado às margens da Rodovia MA 402 que liga São Luís aos Lençóis Maranhenses. O espaço faz parte de um projeto de extensão da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB realizado em 2006 através dos cursos de Administração e Ciências Contábeis. O Projeto de Extensão consiste no acompanhamento dos artesãos de Axixá e Morros, no gerenciamento do Espaço Mário Veiga, construído pela UNDB JR, em terreno cedido pela Pousada Quebra-Anzol em Morros no trecho da BR-402.

De acordo com entrevista cedida por uma moradora e artesã de Axixá que faz parte desse projeto de extensão, relata que:

A professora passou aqui no retorno e viu a gente vendendo cesto de vara de quina. Daí, ela trouxe esse projeto para construir essa lojinha. Ela era amiga no dono da pousada e deixou nós ficar aqui. No começo era bastante gente, bem uns 20. Agora só tem eu e mais 4. Mas nós tudinho é de Axixá, era só uns dois do Morros e depois saiu. Começou pelo dono daqui, o Mario Veiga, por isso que leva o nome dele. Ele era dos primeiro dos artesãos que trabalhava com vara de quina. Aí como ele faleceu continuou o nome dele em homenagem a ele. (Entrevista, Informação verbal, 2017)<sup>39</sup>

A mesma ainda complementa:

<sup>38</sup> Entrevista concedida por artesão residente no município de Rosário. [Set. 2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Rosário/ MA.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por artesã residente no município de Axixá. [Set. 2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Morros/ MA.

Aqui quem mais compra é os turistas que vão para Barreirinhas. Vem de São Paulo, Rio, até de outro país, japonês. Tudo eles compram na mão da gente. De São Luís também. A necessidade veio mais com biquíni para passar o final de semana pros banhos, porque aqui tem banho. Ai a gente começou a botar mercadoria aqui pra suprir as necessidades, entendeu?... A palha do buriti sai bastante, chapéu principalmente, bolsa é o que mais sai. As vezes essas lembrancinhas de imã de geladeira da palha de buriti. (Entrevista, Informação verbal, 2017)<sup>40</sup>

Dentre os artesanatos produzidos e comercializados pelos moradores estão os cofres de cerâmicas, utensílios e objetos decorativos feitos da vara de quina<sup>41</sup>, doces de coco, compotas, além de bolsas, chinelos e camisas estampados com atrativos turísticos de Morros e dos Lençóis Maranhenses (Figura 38).

Figura 38: Loja de artesanato em Morros, Maranhão.



Fonte: VIEIRA, E.W. julho de 2017.

Toda a produção é realizada com recurso dos próprios artesãos locais e sem participação dos gestores municipais e estaduais.

<sup>40</sup> Entrevista concedida por artesã residente no município de Axixá. [Set. 2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Morros/ MA.

<sup>41</sup> Matéria-prima para o artesanato extraída da palha de palmeiras.

Aqui nunca apareceu ninguém da prefeitura. Era bom eles darem um apoio pra gente. Nós que fazemos tudo. A gente só compra as outras coisas, brinquedos, protetor solar. A gente via que o pessoal perguntava e a gente foi comprando para encher mais a loja. (Entrevista, Informação verbal, 2017)<sup>42</sup>

Vale ressaltar que o Plano de ações Estratégicas do Polo Munim (2014) não identifica o artesanato como prioridade. Esse setor carece de estudos e incentivos que permitam conhecer melhor e gerir essa atividade com suas peculiaridades, como um negócio, de forma sistêmica e estratégica, pois, embora seja trabalhoso para o artesão confeccionar seus produtos, difícil mesmo é inseri-los no mercado de forma competitiva.

Nenhum dos equipamentos e serviços possui registro no Cadastur, isto é, no cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo o qual é vinculado ao MTur. Constata-se a falta de legalização e fiscalização diante dos poucos equipamentos já existentes no polo Munim. A precariedade dos serviços dos municípios compromete o desenvolvimento da atividade turística organizada, bem como não dá condições de competitividade com outros mercados que estão melhores assistidos de infraestruturas.

O segmento de agências de turismo desempenha um papel fundamental de intermediação de serviços turísticos, estabelecendo um dos principais elos da cadeia do turismo, entre os provedores de serviços e consumidores finais (turistas).

As agências de turismo são definidas por Acerenza apud Tomelin como:

[...] uma empresa que se dedica à realização de arranjos para viagens e à venda de serviços soltos ou organizados em forma de pacotes, em caráter de intermediário entre empresas chamadas a prestar os serviços e o usuário final, para fins turísticos, comerciais ou de qualquer outra natureza. (ACERENZA 1996 apud TOMELIN 2012, p.400)

Com base nas definições supracitadas, nenhum dos municípios que compõe o polo possui agência de turismo, em contrapartida, outras agências de turismo oriundas de São Luís atuam como prestadoras dos serviços na região. Um dos principais produtos das agências de turismo é a oferta de excursões bate-volta durante os finais de semana, sobretudo feriados, para os destinos do Rio Una, parque aquático da pousada Pedra Grande em Morros (Figura 39).

Figura 39: Folders de agências de viagens para divulgação de passeios em Morros.

---

<sup>42</sup> Entrevista concedida por artesã residente no município de Axixá. [Set. 2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Morros/ MA.

**BATE E VOLTA MORROS - MA**  
13 NOVEMBRO

INCLUSO:  
 ✓ ÔNIBUS EXECUTIVO (IDA E VOLTA) ✓ ACESSO AO RIO UNA  
 ✓ ENTRADA NO COMPLEXO POUSADA ✓ E UM DELICIOSO CAFÉ DA MANHÃ, SELF-SERVICE.  
 ✓ PARQUE AQUÁTICO

**R\$150,00**  
POR PESSOA

DIVIDIDOS EM ATÉ 3 X NOS CARTÕES COM ACRESCIMO

981186794  
992126015

Rodrigo

**MORROS**  
CACHOEIRA DO ARRUDA E POUSADA PEDRA GRANDE  
DIA 17 SETEMBRO

VALOR **R\$100,00**

ACEITAMOS OS CARTÕES

98 98833-8889/98 98173-1556  
torrestur@outlook.com

Torres Tur

**WE turismo**  
Realizando Sonhos

PROMOÇÃO: R\$ 60,00

**MORROS/ PEDRA GRANDE**  
★ DATA: 26/03 ★

TELEFONES PARA CONTATO:  
(99) 981617395 (TIM-WHATSAPP)  
(99) 984272440 (CLARO)  
(99) 3621-6403

COMPRE JÁ SUA PASSAGEM COM A WE TURISMO!

Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

A atividade turística para ser implementada em determinada região carece de imediato da combinação de bens e serviços disponíveis ao consumo da comunidade e do turista. A soma do “conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada” (BRASIL, MTUR, 2007, p. 17) é entendida como produto turístico.

A configuração do polo Munim ainda não apresenta atrativos turísticos acrescidos de infraestrutura, serviços e equipamentos, comercializados de forma organizada e distribuídos em todo o território. O conceito proposto pelo Ministério do Turismo e pelo Plano Maior 2010 ainda não está materializado na realidade dos municípios em apreço a fim de satisfazer as necessidades e os desejos do turista e da comunidade. Conseqüentemente, dentro da categorização proposta pelo Mtur, todos os municípios que compõem o polo Munim estão inseridos dentro da categoria D. Essa categoria representa os municípios que possuem baixo fluxo turístico e poucos empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem (BRASIL, 2016).

## 5.6 Conflitos

O planejamento em políticas públicas deve ser entendido e praticado como um processo de decisão político-social e não apenas como um produto de caráter técnico administrativo. A efetivação de uma política pública depende de informações precisas, transparência, ética, debate de visões diferentes, vontade de negociar e de buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para toda a sociedade considerando as disparidades locais (OLIVEIRA, 2006).

O planejamento turístico baseado na aglomeração de vários municípios em polos deve considerar o território municipal e sua relação com outros territórios, com outros municípios, com a região, e ainda assim, ponderar a autonomia do outro, evitando situações conflitantes.

Para atender as demandas específicas de cada polo turístico, a Secretaria de Estado de Turismo do Maranhão elaborou em 2014, planos de ações estratégicas dos 10 polos turísticos com intuito de orientar os municípios no desenvolvimento de suas atividades turísticas.

Com a proposta de consolidar o Programa de Regionalização do Turismo no Maranhão e identificar os principais entraves na consolidação do turismo nos municípios, o Plano de Ações Estratégicas do Polo Munim trás consigo, de forma sucinta, os principais pontos negativos:

Destinos desordenados; Ausência de Investimentos; Insegurança; Necessidade de investimentos no turismo; Necessidade de proteção do patrimônio histórico; Falta de informação e comunicação entre os atores; Serviços de apoio precários; Falta de acesso a crédito para empresas; Sem produtos estruturados; Baixa cultura da cooperação; Desconexão da cadeia produtiva; Ausência de participação da iniciativa privada; Necessidade de investimentos em infraestrutura básica; Necessidade de ampliação de serviços de apoio; Ausência de ferramentas de comunicação. (MARANHÃO, 2014, p. 15)

Podemos observar que alguns dos pontos negativos estão intrinsecamente relacionados à fragilidade da gestão das secretarias municipais de turismo. Partimos do pressuposto que, nem todos os municípios que compõem esse polo possuem órgão específico de turismo, a exemplo de Presidente Juscelino.

Para a realidade dos demais municípios, a secretaria de turismo está aglutinada com outros setores, a exemplo: Icatu e Cachoeira Grande em que a secretaria de turismo é conjunta com esporte e meio ambiente; Morros possui secretaria de turismo atrelada ao de meio ambiente; Axixá e Rosário tem secretarias de turismo articuladas com a de cultura.



A aglutinação de duas ou três pastas em uma secretaria agrava-se pelo excesso de atribuições que um único gestor assume ao tentar gerir atribuições diferentes, conseqüentemente, não conseguiu administrar as demandas municipais e colaborar com o déficit de planejamento das atividades turísticas.

Vale também ressaltar que a escolha dos secretários é mediante acordos políticos e sem critérios de formação na área de turismo, o que compromete a viabilidade de implantação dos planos. Segundo Beni e Cury (2012, p. 504)

[...] um dos grandes problemas no macroplanejamento tem sido, com frequência, a escolha dos interlocutores que, além da confiabilidade, devem reunir a necessária qualificação técnica e gerencial para orientar e implementar na região as diretrizes [...].

O modelo de gestão proposto pelo Mtur orienta uma articulação concisa entre as secretarias municipais das regiões turísticas. Em prática é possível observar que essa articulação sofre problemas estruturais a cada mudança de gestão municipal. Confirma-se essa afirmação a partir de entrevista com o secretário de turismo, meio ambiente e esporte de Icatu, o qual afirma que “... é muito difícil reunir todo mundo. São cinco, seis municípios. Vem uma eleição e até se organizar tudo mundo demora.” (Entrevista, Informação verbal, 2017)<sup>43</sup>. Diante disso, acrescenta-se que os gestores públicos têm ações limitadas e descontínuas, afinal são dependentes das eleições municipais para prosseguirem nas suas atuações e na perpetuidade dos conselhos e fóruns municipais.

A desarticulação das secretarias vai muito além da escala municipal e, além disso, compromete a relação entre os municípios e o Estado. De acordo com o secretário de Axixá não há uma comunicação efetiva entre o município e Estado alegando que “Não tem assistência. A gente faz as coisas sozinho aqui. Cansei de pedir ajuda na Sectur e fica por isso mesmo.” (Entrevista, Informação verbal, 2016)<sup>44</sup>.

O posicionamento da secretaria Estadual de turismo constatado em entrevistas é que os municípios do polo turístico não possuem ações próprias, sendo assim, subordinadas as ações promovidas pela secretaria Estadual. Essa situação de controvérsias demonstra a fragilidade das ações conjuntas entre Estado e Município, a exemplo, da não consolidação do Roteiro Náutico Integrado do Munim.

Segundo Bahl (2006), dentre as atividades intrínsecas ao planejamento turístico, a mais perceptível é a elaboração de roteiros como produtos turísticos, pois:

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida por Juarez Alves Lima. [julho. 2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Icatu/MA.

<sup>44</sup> Entrevista concedida por Isaías Sobrinho [setembro. 2016]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Axixá/MA

[...] resumem um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem. A elaboração pode estabelecer diretrizes e gerar uma circulação turística posterior, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional da região e dos atrativos a visitar. (BAHL, 2006. p.298)

A construção de roteiros enquanto itinerário turístico se torna indispensável importância no processo de consolidação dos destinos turísticos, uma vez que a partir dessas ferramentas é possível variar a oferta turística e incrementar a demanda.

O Roteiro Náutico Integrado do Polo Munim, produto turístico proposto pela Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão em 2015, seria disponibilizado para iniciativas privadas como produto turístico nas prateleiras das agências locais e nacionais. O Roteiro contemplaria todos os municípios do polo em um passeio náutico pelos rios Itapecuru e Munim levando em consideração o nível da maré uma vez que boa parte do roteiro tem influência da variação das águas. O passeio náutico contemplaria a vista da sede dos municípios de Axixá, Rosário, Presidente Juscelino e Cachoeira Grande com parada em Icatu para *citytour* pelos casarões históricos e destino final em Morros onde haveria parada visitação a balneários.

Em virtude das péssimas condições de infraestrutura dos atracadouros, ausência de interesse municipal quanto à melhoria das infraestruturas e a descontinuidade das ações em prol da divulgação do novo produto turístico para o empresariado local, tudo contribuí para que o projeto não fosse efetivado (VIEIRA, FERREIRA; SERRA, 2016).

O quadro torna-se ainda mais agravante se levarmos em consideração a inexistência de um diálogo entre os agentes sociais da comunidade local e as secretarias tanto na escala municipal como estadual. Pode ser constatada essa informação a partir de entrevista com a comunidade local, cujo representante alega:

O turismo aqui está sendo por iniciativa própria de cada um com empreendedorismo. Aqui não existe nada, mas se você for na prefeitura e em cada prefeitura tem um secretário de turismo [...]. Aqui a gente só sabe quem é o prefeito. Até porque secretário aqui nessa região do Munim não manda em nada, porque todo prefeito é centralizador. O secretário aqui é simplesmente pra ele receber o dinheiro dele e assinar os balanços ou aquilo que depende da assinatura do secretário. E se esse secretário questionar ele é demitido e é colocado outro lugar dele que aceite assinar que veio tanto de recuso e que foi feita a obra. É assim que acontece! Acontece em Axixá, Morros, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande, Icatu, Humberto de Campos [...] (Entrevista, Informação Verbal, 2017)<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida por morador de Axixá.[julho.2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Axixá/MA.

Diante disto, é possível constatar que para a realidade do Polo Munim não há uma implementação de gestão que seja articulada entre os atores políticos-administrativos municipais e estaduais e os agentes das comunidades locais das quais estão inseridas as práticas da atividade turística. O modelo de gestão proposto pelo Mtur ainda não se concretiza e compromete a implementação de uma gestão descentralizada e compartilhada com todos os agentes sociais do território.

A desarticulação das secretarias compromete a implementação de medidas que assistam as necessidades dos agentes locais. A ausência de cursos de capacitação da comunidade é uma das reclamações elencadas nas entrevistas como empresários do setor hoteleiro no município de Morros. Isso porque:

A primeira coisa que tem que ter aqui é capacitação profissional. Não adianta você arrumar as áreas se não tem quem trabalhe nelas. O primeiro passo aqui é montar curso de capacitação profissional. Garçom, copeiro, camareira, hotelaria [...] (Entrevista, Informação Verbal, 2017)<sup>46</sup>

A qualidade dos serviços prestados no turismo está diretamente ligada à qualificação da mão-de-obra. A eficiência da capacitação desses profissionais deve ser vista como um dos elementos para o progresso e competitividade do setor, devendo ser priorizada por todas as entidades envolvidas diretamente com essa área (CATRAMBY; COSTA, 2004).

Em todos os municípios que compõem o Polo Munim foram observadas divergências de opiniões por parte da comunidade quanto à exploração dos recursos naturais para a atividade turística nos municípios. Essas divergências retratam a controvérsias de aceitação e repulsa quanto à exploração intensa dos atrativos pelos visitantes. Alguns moradores relatam a inquietação devido ao número de visitantes que utilizam de carros de som, poluição das margens e até da falta de segurança dos balneários.

Para conter o número de visitantes que usufruem dos atrativos turísticos, algumas comunidades estão estabelecendo taxas e/ou regras para adentrar. Este fato pode ser observado, por exemplo, em um trecho do Una das Pedras, do qual alguns proprietários de residências nas localidades próximas constroem cercas de arame e placas com informativos das restrições impostas pela comunidade (Figura 40).

Figura 40: Acessos ao Rio Una das pedras em Morros.

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida por empresário do ramo hoteleiro de Morros. [julho.2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Morros/ MA.



Fonte: VIEIRA. E, Julho, 2017.

De acordo com moradores nas proximidades desse balneário, as restrições são em decorrência do número de visitantes, usos de carro de som, excesso de bebidas na localidade e segurança.

Tem gente que chega fazendo barulho com carro de som e isso aqui fica lotado. Daí a gente avisa logo que não pode. Se for para fazer barulho a gente não deixa entrar. Aqui é um local que vem muita família. O pessoal das casas ficam com medo porque vem gente de tudo que é lugar pra cá beber e com o portão só entra quem a gente deixar.<sup>47</sup>

As restrições impostas pelas comunidades vai muito além da entrada em seu território turístico, pois incluem cobrança de ingresso e proibição de mantimentos e bebidas. Essa medida é exigida como forma de impor o consumo de refeições, aperitivos e bebidas provenientes dos estabelecimentos do atrativo. Essa norma já demonstra o interesse econômico da comunidade em decorrência da atividade turística.

Na cachoeira do Boqueirão em Icatu, também verifica-se problemas no controle do fluxo de visitantes. Uma das principais reclamações da comunidade é a grande quantidade de resíduos sólidos deixados na área após o uso do balneário, além da grande quantidade de visitantes que frequentam a cachoeira.

Como forma de controlar o acesso dos visitantes e posteriormente arrecadação de recursos para a comunidade, os moradores estabelecem a cobrança de taxas (Figura 41) para acessar o atrativo.

Figura 41: Taxas de cobrança para acesso de veículos.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por morador de Morros. [julho. 2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Morros/ MA.



Fonte: VIEIRA, W, E. Dezembro, 2015.

Em contrapartida, nota-se que essa aversão pelos fluxos de visitantes não é generalizada por todas as comunidades que possuem atrativos turísticos. Alguns moradores já almejam a presença desses visitantes por promover incremento na renda através dos usos de equipamentos turísticos, a exemplo das pousadas, restaurantes, bares e passeios náuticos realizados por pescadores locais.

Final de semana aqui é cheio. É chegando do passeio e já tem outro. Feriado também é bom porque aqui já é conhecido. Os turistas já chegam e sabe que tem passeio de barco. [...]. A gente cobra de acordo com a quantidade de pessoas. Mas geralmente é 30 reais pra descer o rio todo e ainda tem parada pra banho. (Entrevista, Informação Verbal, 2016)<sup>48</sup>

Percebe-se que, as comunidades já identificam o turismo como forma de renda extra e passam a perceber o valor econômico que seus territórios possuem à medida que valor de uso da comunidade é substituído pelo seu valor de troca para os turistas.

As demarcações dos territórios pelas comunidades são uma expressividade do controle sobre o uso dos atrativos turísticos expressando a territorialidade local. Como afirma Haesbaert (1988), a territorialidade está relacionada à identidade ideológico cultural, como movimento político que se organiza no sentido de proteger um espaço socialmente delimitado e reconhecido. Nota-se, também, que as territorialidades sofrem transmutações a medida que o turismo “transforma o valor de uso do território em valor de troca” (LUCHIARI, 2001, p.122), como ele próprio é a matéria-prima para sua conversão em mercadoria.

<sup>48</sup> Entrevista concedida por pescador de Axixá. [Set. 2016]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Axixá/MA.

O atual processo de ocupações para moradia, pousadas, restaurantes e demais empreendimentos as margens dos corpos hídricos, refletem os efeitos do uso público em consequência da falta de consolidação administrativa e operacional das UCs e ausência de Planos Diretores Municipais.

O crescimento dos municípios, a desordenada ocupação das áreas de preservação do rio Munim, rio Itapecuru e de seus afluentes foram determinantes para a degradação ambiental do ecossistema local. A construção desordenada em áreas de preservação permanente intensificou a supressão da vegetação e assoreamento do leito do rio, a exemplo, de Morros (Figura 42) que teve como reflexo de atividades nas áreas de turismo principalmente no Rio Una (MARANHÃO, 2012), mas que também acontecem nos demais municípios nas proximidades dos atrativos naturais.

Figura 42: Construção de pousada a margem do Rio Una dos Moraes e restaurante no Una das Pedras, Morros.



Fonte: VIEIRA, E, W. Setembro, 2016.

Nos municípios do polo em estudo, facilmente são constatadas as contravenções à Lei que rege o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/12), principalmente, no que tange as distâncias a serem mantidas das margens dos rios e a proteção da mata ciliar. Vieira, Ferreira e Serra (2016, p. 111) destacam outros problemas derivados do fluxo de visitantes no rio Munim e seus afluentes como: “elevados índices de desmatamento e queimadas, desordenada extração mineral, ocupação das margens dos rios e despejo de esgoto *in natura*”.

A ocupação ou utilização do turismo além de propiciar a ação de especuladores imobiliários que loteiam as margens do rio Munim e seus afluentes sem critérios adequados para a utilização provocam desequilíbrios ao ambiente, na maioria das vezes irreversíveis. Como já constatado no Diagnóstico da Situação Ambiental do Baixo Munim, Morros tem sofrido com as pressões da crescente atividade turística. Às margens

do rio Una praticamente não existe mais vegetação preservada e grande parte está loteada. (MARANHÃO, 2012). Essas são algumas das consequências que o turismo já vem ocasionando não só no Rio Una, em Morros, mas também em Cachoeira do Boqueirão, em Icatu; Balneário do Coroatá em Cachoeira Grande e no Balneário Aconchego do Munim em Presidente Juscelino.

Também é importante ressaltar que a exploração mineral e vegetal as margens dos recursos hídricos refletem em impactos na composição florística e faunística local. Para a realidade do Polo, as margens do Rio Munim que percorre os municípios de Axixá, Cachoeira Grande e Icatu vem sofrendo impactos em decorrência dos desmatamentos para a roça e a retirada da mata ciliar para comercialização madeireira, são as principais preocupações, pois ocorrem à beira de rios, lagoas e mananciais. Já em Presidente Juscelino a atividade de dragagem para retirada de areia é realizada no rio Munim provoca perda da vegetação

Percebe-se assim, a carência da organização por parte dos órgãos públicos de gestão, a ineficiência das secretarias de meio ambiente municipal e estadual no sentido de efetivar diretrizes para ocupação dessas áreas para a construção das pousadas em relação às reais preocupações com a manutenção e a valorização das características locais ambientais.

A ineficiência do poder público em aplicar medidas preventivas e coercitivas faz com que os balneários que se sucedem ao longo dos rios sofram com a pressão antrópica. Sem ações que limitem o fluxo de visitantes e ordenem como a atividade turística é desenvolvida nos atrativos turísticos surgem os primeiros conflitos por território no polo em apreço.

Podemos perceber os conflitos gerados pela atividade turística entre os pescadores que fazem passeios na descida do rio Una de Moraes em Morros até o encontro com o Rio Munim em Axixá (Figura 43).

Figura 43: Passeio náutico em Morros no rio Una dos Moraes e em direção ao rio Munim em Axixá.



Fonte: VIEIRA, E.W. Setembro de 2016.

Através de entrevistas abertas, alguns moradores de Morros que utilizam da pesca como forma de angariar renda relataram que não querem aceitar que pescadores de outros municípios, principalmente de Axixá, adentrem o território do mesmo para realizar os passeios.

De primeiro só eu fazia os passeios e agora tá cheio de barco que vem de Axixá. Eles têm que fazer lá em Axixá, porque quando a gente vai pescar na área deles, eles não gostam. (Entrevista, Informação Verbal, 2016)<sup>49</sup>

A justificativa para a “proibição” seria que os pescadores estariam usufruindo de uma “área” que não pertence ao município de Axixá. Esse quadro já demonstra o domínio e apropriação do território de parcelas dos municípios que já eram concebidos antes da atividade turística, como por exemplo, a atividade pesqueira.

Vale ressaltar que o passeio é realizado pelos pescadores da região como forma de obter renda extra e demonstram interesse que a atividade seja regularizada pela secretaria.

Aqui tem passeio de barco. Também é incentivado pelo próprio dono de barco. A prefeitura... Você não vê nem credenciamento. O próprio dono do barco é que arruma o barco e tem uns que tem som. Você não tem nenhum barco credenciado e nenhum barco vistoriado com salva-vidas. Aqui tudo corre com seu interesse do seu pensamento. (Entrevista, Informação Verbal, 2016)<sup>50</sup>

<sup>49</sup> Entrevista concedida por pescador de Morros. [Set. 2016]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Morros/ MA.

<sup>50</sup> Entrevista concedida por pescador de Morros. [Set. 2016]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Morros/ MA.



Em contrapartida, o posicionamento da secretaria de turismo e meio ambiente do município de Morros é de proibir a prática dos passeios já que as embarcações são impróprias para transporte de pessoas por não possuírem nenhum equipamento de segurança. Ainda assim, a falta de fiscalização por parte dos gestores faz com que a atividade seja realizada clandestinamente.

Há ausência de infraestrutura que atenda a comunidade e as necessidades da atividade turística colaboram para o surgimento de conflitos entre comunidade local e visitantes. Essa afirmação é observada, por exemplo, na distribuição de estacionamentos improvisados nas proximidades dos atrativos turísticos de Icatu na Cachoeira do Boqueirão, em Morros na Cachoeira do Arruda e em Rosário no Balneário das Pedreiras.

A comunidade local faz usos de espaços próximos aos atrativos e cobram taxas<sup>51</sup> para que os visitantes e excursões possam estacionar nas localidades. Foi observado *in loco* que a falta de estacionamentos apropriados fez com que ônibus que transportam os visitantes instalem-se próximo às margens do rio Una, ocasionando “congestionamento” e poluição visual pela quantidade de automóveis no ambiente natural.

Diante dessa situação, conforme a Lei Municipal de Morros nº 051, de 24 de outubro de 2011, aprovada e sancionada com o Decreto nº 15, em 03 de julho de 2013, foi sancionada a taxa de conservação ambiental, manutenção dos rios, balneários, cachoeiras, afluentes e áreas de preservação ambiental. Através deste Decreto os acessos de veículos motorizados ao Rio Una seriam monitorados, além de proibir som automotivo e entrada de alimentos e bebidas.

Essa nova lei disciplinava o uso do espaço público, foram implantadas placas (Figura 44) nas proximidades dos atrativos com informativos sobre a nova legislação municipal.

Figura 44: Placa informativa sobre a Lei 051/2011.

---

<sup>51</sup> Valores referente ao ano de setembro de 2017 e variam de R\$ 5,00 a R\$ 50,00. Os valores são taxados de acordo com o modelo do automóvel.



Fonte: VIEIRA, E.W. julho de 2017.

Segundo informações cedidas pelo Secretário de Meio Ambiente e Turismo de Morros, devido à pressão da comunidade local e das empresas que fazem as excussões, a prefeitura do município fez com que fosse liberado o uso desses espaços para estacionamento. Soma-se a isso que a total ausência de fiscalização fez com que o uso do som automotivo e a entrada de alimentos e bebidas fossem liberadas .

Com consequência, os estacionamentos improvisados foram criados por pessoas da comunidade que “demarcaram” áreas e fazem a cobrança para a utilização dos espaços. Esse contexto demonstra a propagação e fortalecimento do turismo no município de Morros onde os turistas vão se apropriando das paisagens naturais, dos espaços com potencial natural e simultaneamente a comunidade adota o comportamento de vender/alugar partes desse território para a atividade turística.

O aluguel/venda de parte desse território vem gerando conflitos entre a comunidade que faz uso das áreas e a prefeitura que alega a irregularidade da cobrança indevida dos espaços. Notam-se, nesse ambiente, os conflitos provenientes de um território turístico de ambiente natural restrito para visitantes e/ou banhistas, caracterizando pela natureza mercantilizada.

Além dos problemas de infraestrutura aqui citados, a maior frequência de visitantes desse atrativo vem ocasionando outras situações conflitantes devido ao uso do recurso hídrico sem a conscientização ambiental dos visitantes e proprietários de bares, restaurantes e pousadas. A falta da conscientização ambiental é perceptível tanto pelos visitantes, que jogam lixo nas águas e nas margens do rio, como pelos proprietários que lançam seus esgotos *in natura* nas águas.

Como agravante, alguns proprietários de pousadas e restaurantes estão utilizando da água corrente do rio através de barramentos ou bombeando-a diretamente para o

abastecimento de “piscinas naturais” (Figura 45). Os estabelecimentos justificam essa prática por oferecer ao visitante maior contato com a natureza e assim desenvolver um projeto “sustentável”.

Figura 45: Uso da água do rio para o abastecimento de piscinas.



Fonte: VIEIRA. E. Março, 2017.

Ao analisar os conflitos existentes fica evidente a omissão dos poderes públicos em relação à prática do turismo no Polo Munim. A comunidade é a principal afetada reforçando a exclusão econômica, social, cultural e ambiental, e uma violenta e rápida transformação do território proporcionando efeitos trágicos sobre a sustentabilidade ambiental e social.

Como forma de amenizar e avaliar os problemas da comunidade do Boqueirão, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) reuniu-se com os demais membros da comunidade Quilombola Boqueirão. A vistoria foi solicitada pela Secretaria de Estado de Igualdade Racial através da Ação do Programa Maranhão Quilombola. A proposta da SEMA é promover o ordenamento das atividades de uso do ambiente natural, através de palestras sobre sustentabilidade e promover capacitação da comunidade para reutilizar materiais recicláveis na produção de artesanato. Até o presente momento ainda não foram identificados ações da SEMA após essa vistoria e isso requer maiores informações, pois trata-se de algo novo em fase de consolidação.

O Plano de Ações Estratégicas no Polo Munim elenca mecanismos que deveriam ser operacionalizadas e incentivados a partir de soluções que organizassem, estruturassem e promovessem condutas do coletivo da Instância de Governança Regional (Quadro 6).

Quadro 6: Síntese das ações estratégicas para o Polo Munim.

<b>Organizar</b>	<b>Estruturar</b>	<b>Promover</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formalizar a Instância de Governança do Polo;</li> <li>2. Fomentar a criação de COMTUR<sup>52</sup> E FUMTUR<sup>53</sup> em todos os municípios;</li> <li>3. Estimular a criação da Lei Municipal de Turismo nos municípios;</li> <li>4. Fomentar a elaboração dos Planos Municipais de Turismo;</li> <li>5. Incentivar a elaboração dos Inventários Turísticos dos municípios;</li> <li>6. Sensibilizar permanentemente os gestores públicos locais.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conhecer a oferta de atrativos turísticos dos destinos do Polo;</li> <li>2. Fomentar a articulação dos roteiros integrados;</li> <li>3. Estimular a profissionalização dos serviços turísticos;</li> <li>4. Articular a capacitação da mão de obra dos profissionais do turismo;</li> <li>5. Articular capacitação para Conselheiros municipais de turismo;</li> <li>6. Estimular as parcerias para ampliar a grade de capacitação;</li> <li>7. Articular parcerias para a melhoria da infraestrutura básica: saneamento básico, iluminação urbana, segurança, sinalização.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar ferramentas virtuais de divulgação dos destinos e do Polo;</li> <li>2. Criar material promocional do polo;</li> <li>3. Participar de eventos regionais e estaduais;</li> <li>4. Fazer calendário unificado de eventos do polo;</li> <li>5. Participar de feiras e eventos nacionais para divulgar nossas potencialidades;</li> <li>6. Criar o São João integrado.</li> </ol>

Fonte: MARANHÃO, 2014b. Organização: VIEIRA, W.E. 2017.

Analisando o quadro supracitado e relacionando-o com os conflitos existentes no polo Munim, notamos que até o presente momento (dezembro de 2017) as ações estratégicas propostas pelo Plano ainda não conseguiram se concretizar.

Ainda no mesmo documento foram elencadas metas para serem consolidadas em curto (dezembro de 2014) e médio prazo (dezembro de 2015). As metas em curto prazo corresponderiam à formalização da instância do Polo Munim e a criação do São João Integrado (MARANHÃO, 2014). As metas em médio prazo estão atribuídas a elaboração de um roteiro integrado entre os destinos desse polo turístico e a criação do COMTUR e FUMTUR (MARANHÃO, 2014b).

Com todas as adversidades encontradas no Polo Munim, assim como as ações estratégicas, as metas não foram alcançadas dentro dos prazos estabelecidos. Esses conflitos existentes demonstram que a gestão pública ainda não identificou o grau de importância do planejamento para o desenvolvimento da atividade turística para os municípios. Assim, o território desses atrativos turísticos do polo Munim abrange

<sup>52</sup> Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

<sup>53</sup> Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.

simultaneamente conflitos com dimensões políticas, territorial, econômica e socioambiental, havendo necessidade de medidas mitigadoras que coíbam a forte desarticulação entre as secretarias, comunidades envolvidas e turistas.

Para que esse processo seja adequado, é fundamental que a articulação e a integração entre os municípios sejam efetivas, isto é, as comunidades devem reconhecer seus municípios como pertencentes a uma região, perceberem-se como participantes de um processo turístico regionalizado e como parceiras na promoção.

### 5.7 Perspectivas

A organização dos polos turísticos do Maranhão desde sua origem até o ano de 2017 vem sofrendo modificações no quantitativo de municípios em função. Desde 2000 até 2017 o Maranhão obteve cinco alterações no decorrer das regionalizações do Mtur (Quadro 7)

Quadro 7: Quantitativo de municípios por ano de 2000 a 2017.

Quantidade de Municípios por Regionalização no Maranhão	ANO						
	2000	2004	2006	2010	2013	2016	2017
	19	19	39	39	68	46	53

Fonte: BRASIL, 2017; MARANHÃO, 2000, 2010. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

O mapa do turismo do Maranhão a partir de 2017 inseriu 16 municípios e excluiu nove do mapa, passando de 46 para 53 municípios com vocação turística, distribuídas em 10 regiões. Nesse nova regionalização proposta pelo Mtur, nenhuma nova região foi inserida no Maranhão, permanecendo assim os 10 polos turísticos propostos pelo Plano Maior 2010. A atualização periódica do mapa faz parte de uma estratégia do Plano Brasil “Mais Turismo”, que passa a ser atualizado a cada dois anos. Sua construção é realizada em conjunto com os interlocutores estaduais que representam o MTUR e órgãos oficiais de Turismo dos estados brasileiros e instâncias de governança regional.

Para a nova regionalização de 2017 o Mtur elencou exigências, compromissos e recomendações (Quadro 8), que devem ser seguidas para a criação ou permanência das regiões turísticas.

Quadro 8 - Exigências, compromissos e recomendações para a Região Turística.

<b>Exigências</b>	<b>Compromissos</b>	<b>Recomendações</b>
Os municípios devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto região, ou seja, que tenham uma identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum;	Indicar representante regional responsável pela interlocução do Programa de Regionalização do Turismo, nos casos em que a região turística disponha de uma Instância de Governança ativa	A região deve conter uma quantidade de municípios administrável. Quanto mais municípios, maior é a dificuldade de articulação.
Os municípios devem ser limítrofes e/ou próximos uns aos outros;	Institucionalizar a Instância de Governança Regional, caso ainda não exista ou esteja inativa.	A Região não deve ser composta por um único município, com exceção das capitais e DF
A Região Turística deve apresentar comprovação de ciência do Fórum ou do Conselho Estadual de Turismo acerca de sua composição.	Elaborar um Planejamento Estratégico Regional de Turismo, caso ainda não o possua.	O Órgão Oficial de Turismo Estadual deverá alimentar o sistema disponibilizado pelo Ministério do Turismo com as regiões identificadas. A região turística deverá possuir um nome que transmita e valorize sua identidade. Caso exista Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, a partir de 2009, sugere-se que a região turística contemple o Polo (municípios) já trabalhado pelo Prodetur.

Fonte: BRASIL, 2017. Organização: VIEIRA, W.E. 2017.

Para a realidade do Polo Munim houve mudanças na quantidade de municípios que compõem o polo. Os critérios para a inserção ou exclusão de novos municípios no mapa turístico cumpriu exigências mínimas (Quadro 9) elencadas pelo Mtur, bem como foi necessário firmar compromissos dos quais os municípios e as instâncias de governanças regionais se comprometeram em realizar ações em prol do desenvolvimento regional do turismo.

Quadro 9: Exigências, compromissos e recomendações por Municípios para nova regionalização.

<b>Exigências</b>	<b>Compromissos</b>	<b>Recomendações</b>
Possuir órgão responsável pela pasta de turismo (Secretaria, Fundação, Coordenadoria, Departamento, Diretoria, Setor, Gerência)	Indicar um representante municipal responsável pela interlocução do Programa de Regionalização do Turismo e por participar ativamente da instância de governança regional.	Se um município está vinculado à uma região por sua importância turística, pelo fornecimento de produção associada ao turismo ou de serviços de apoio ao turismo, sugere-se mantê-lo no mapa.

Destinar dotação para o turismo na lei orçamentária anual vigente.	Destinar, anualmente, recursos orçamentários para o turismo.	Se integram a região apenas por serem limítrofes, sem caracterizar qualquer atividade vinculada ao desenvolvimento do turismo na região, sugere-se que sejam excluídos do mapa.
Apresentar Termo de Compromisso assinado por Prefeito Municipal ou dirigente responsável pela pasta de turismo, conforme modelo disponibilizado no Sistema, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística.	Constituir ou reativar o colegiado/conselho de turismo do município, caso ainda não exista ou esteja inativo.	
	Apoiar o desenvolvimento do turismo regional, de forma cooperada.	
	Elaborar um Planejamento Estratégico Integrado à Região, caso ainda não o possua.	
	Participar ativamente da Instância de Governança Regional, caso exista.	

Fonte: BRASIL,2017. Organização: VIEIRA, W.E. 2017.

Vale ressaltar que dos seis municípios que já compunha o polo Munim apenas Presidente Juscelino foi excluído por não apresentar a documentação exigida pela Mtur. Segundo a coordenadora da regionalização estadual do Maranhão, alega que “o município não apresentou comprovação da existência da pasta de turismo, assim como não apresentou cópia da Lei Orçamentária Anual para o exercício 2017” (Entrevista, Informação Verbal, 2017) <sup>54</sup>, o que resultou na sua exclusão do novo mapa turístico brasileiro.

Além das exigências documentais acima elencadas no quadro 8 para inserção de novos municípios no mapeamento, o Mtur listou critérios facultativos que podem ser utilizados ou não para adição de novos componentes nos arranjos das regiões turísticas já existentes. Segundo o Mtur (BRASIL. 2016, p.5) os criterios facultativos são:

I) Existência de Lei Municipal de Turismo Vigente II) Existência de Colegiado Municipal de Turismo (Fórum ou Conselho ativo) /Instância de Governança Regional III) Existência de Fundo Municipal para o Turismo IV) Participação ativa de representante municipal na Instância de Governança Regional V) Existência de diagnóstico da oferta turística VI) Existência de estudo de demanda turística VII) Existência de Plano Municipal de Turismo VIII) Existência de projeto/ação do Plano Municipal executado ou em execução IX) Existência de Diretrizes de Turismo no Plano Diretor Municipal X) Existência de Plano de Marketing e/ou de Posicionamento de Mercado XI) Percentual de prestadores de serviços cadastrados [Cadastur X RAIS] XII) Número de guias de turismo cadastrados no Cadastur XIII) Participação do município em programas e ações do governo Estadual/Federal XIV) Existência de plano ou programa para o desenvolvimento da produção associada ao turismo no município XV) Existência de produto(s) associado(s) à atividade turística XVI) Existência de programas/ações de fomento ao empreendedorismo turístico local XVII) Existência de associação/cooperativa do setor de turismo no

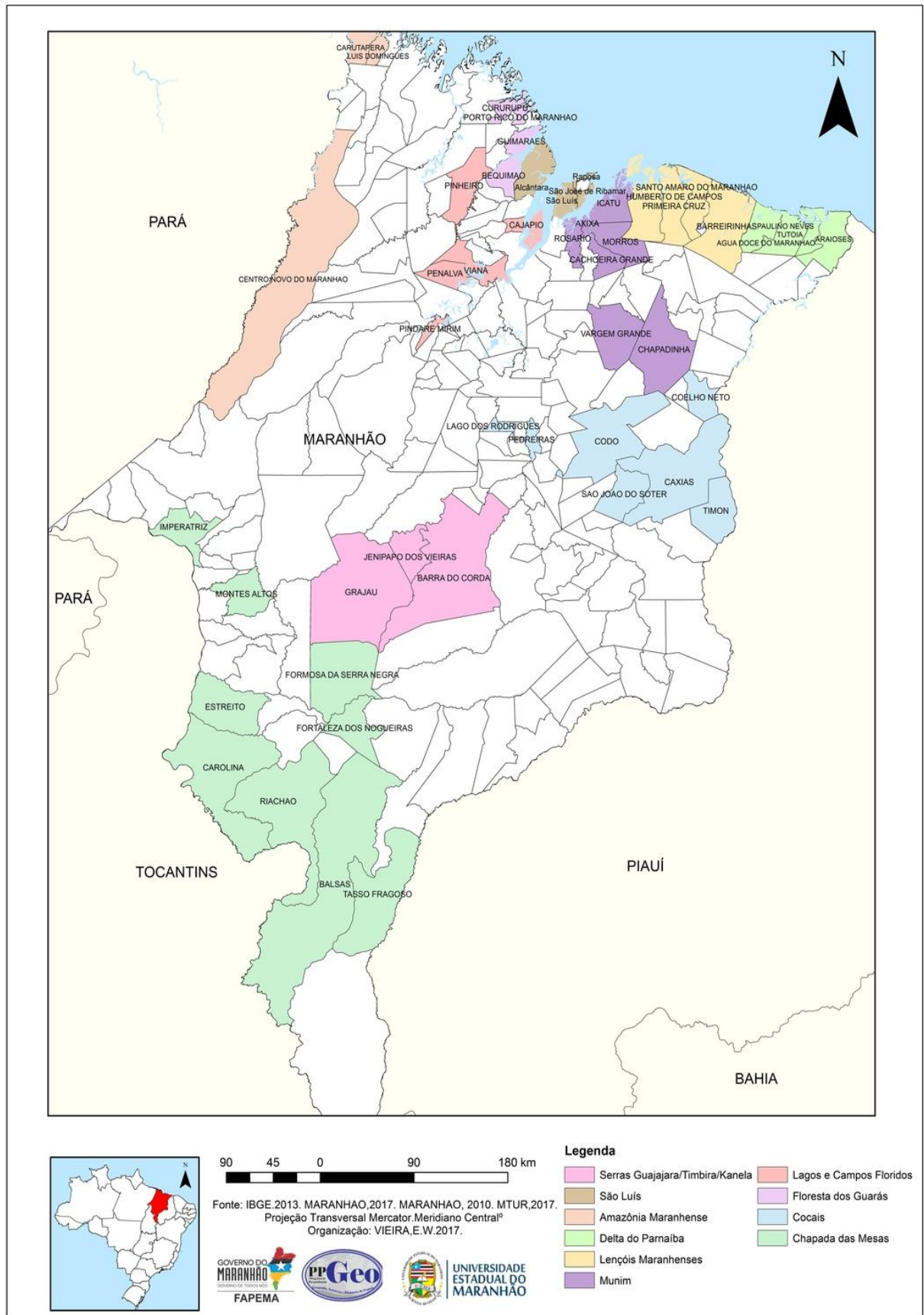
<sup>54</sup> Entrevista concedida por Glória. Responsável pela regionalização do mapa turístico no Maranhão. [Set. 2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. São Luís/ MA.

município XVIII) Existência de mecanismos de incentivos fiscais ou tributários para o setor de turismo no município XIX) Existência de um banco de imagens com fotos e/ou vídeos atualizados dos principais atrativos do município XX) Existência de site atualizado com informações turísticas do município XXI) Existência de material promocional do município XXII) Comercialização do município por agências/operadoras XXIII) Existência de série histórica do fluxo de turistas no município XXIV) Existência de monitoramento da ocupação hoteleira do município XXV) Existência de sistema de monitoramento das ações de desenvolvimento turístico do município XXVI) Existência de sistema de monitoramento e avaliação de resultados e impactos do turismo no município XXVII) Existência de monitoramento da evolução da arrecadação de impostos do setor de turismo no município XXVIII) Existência de monitoramento do perfil e da satisfação dos turistas que visitaram o município XXIX) Existência de monitoramento e projeções das tendências da demanda turística para o município XXX) Existência de monitoramento da evolução do número de empregos do setor de turismo no município.

Cada unidade de federação teve a liberdade de usar ou não os critérios considerando as suas peculiaridades. Como consequência disso, muitos polos tiveram inserção de novos municípios em seus polos turísticos passando a compor uma nova organização de municípios nos polos turísticos no Estado do Maranhão (Mapa 14).



Mapa 14: Mapa da Nova regionalização Turística do Maranhão.



Fonte: BRASIL, 2017. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

A subtração de Presidente Juscelino e a adição de dois novos municípios mudaram o arranjo estrutural do Polo Munim (Mapa 16). No processo de implementação de novos municípios, Chapadinha e Vargem Grande foram inseridos, porém é importante destacar que ambas municipalidades não são limítrofes com os outros componentes que já integravam o polo turístico referido.

Os dois municípios adicionados pertencem a regiões de planejamento diversas. Vargem Grande integra a Região de Planejamento do Baixo Itapecuru; Chapadinha inclui-se na região de planejamento do baixo Munim e os demais municípios no alto Munim (MARANHÃO, 2008).

De acordo com a Matriz de atratividades de Chapadinha e de Vargem Grande, os municípios apresentam (Quadro 10) as seguintes atratividades:

Quadro 10: Síntese dos atrativos turísticos de Chapadinha e Vargem Grande<sup>55</sup>.

Atrativos/ Municípios	Chapadinha	Vargem Grande
Atrativos Naturais	Riacho Feio, Balneário Recanto da Juçara; Balneário Pantanal.	Balneário Mousinho; Balneário Barra do Munim; Parque do Buritís.
Atrativos Culturais	Bumba Meu Boi da Chapada; Tambor de Crioula; Dança Portuguesa da Realeza; Carnaval.	Bumba-meu-Boi Brilho do Sol; Festejo de São Sebastião; Festejo de São Raimundo dos Muludus. Carnaval.

Fonte: MARANHÃO, 2017. Organização: VIEIRA, E.W, 2017.

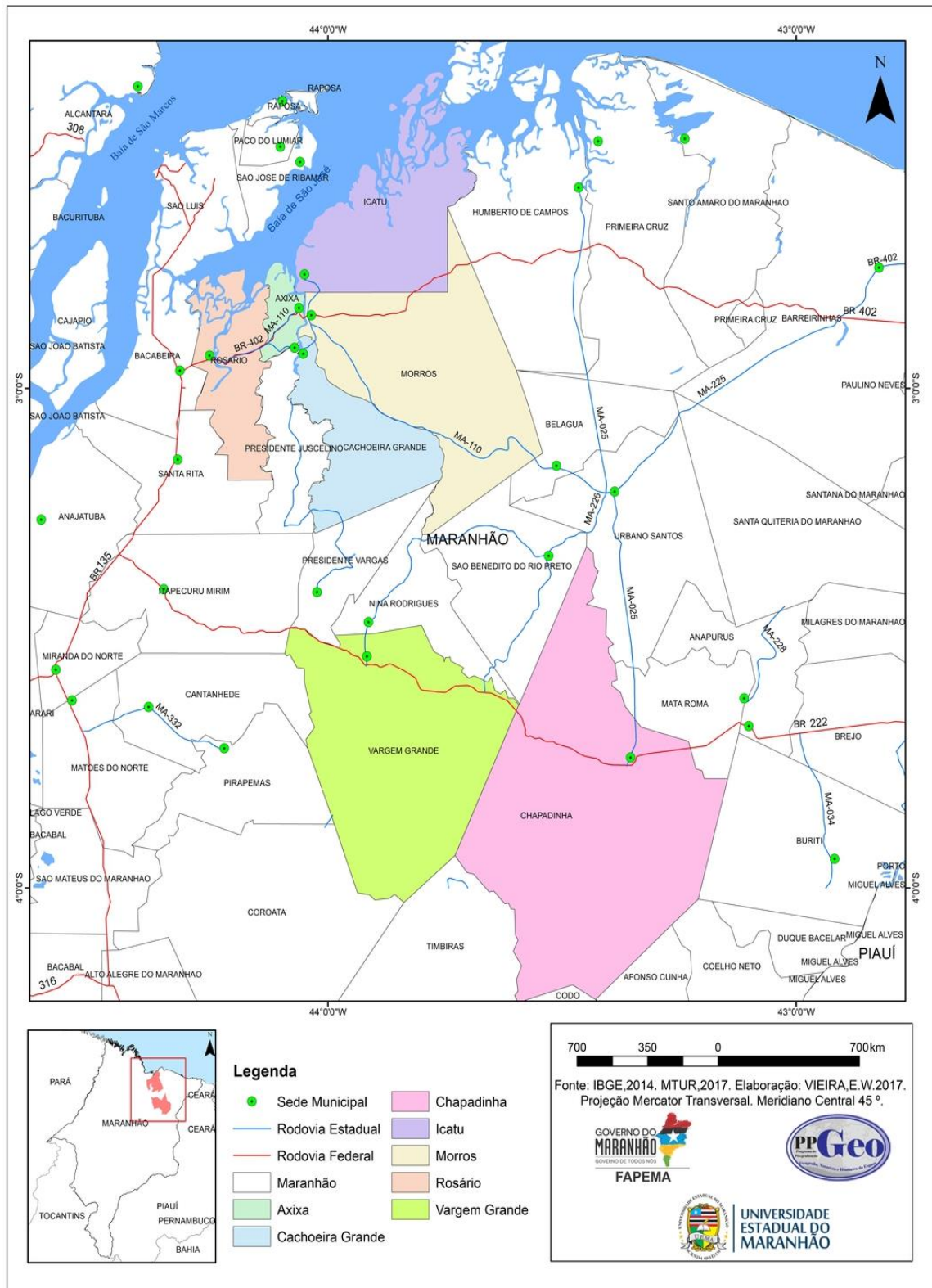
Esse mesmo documento elenca eventos tradicionais que possuem apelo turístico no município de Chapadinha: Carnaval que acontece em data móvel, mas que é obrigatoriamente comemorada sempre 47 dias antes da Páscoa; Festejo da Padroeira Nossa Senhora das Dores ocorre nos dias 5 a 15 de setembro de cada ano e a “Expo Chapadinha”, evento de exposição agropecuária que ocorre sempre no 2º Semestre de cada ano (MARANHÃO, 2017).

A menor distância observada entre as novas municipalidades e a antiga formação do polo turístico é de 145 km entre Rosário e Vargem Grande via BR-135 e BR-222. A distância dessas municipalidades compromete a construção de roteiros turísticos que integrem todos os municípios. Evidenciamos também que os dois municípios não

<sup>55</sup> Portfólio de atrativos turísticos de Vargem Grande (Anexo II)

possuem uma identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum com os demais municípios que já compunha o polo em apreço.

Mapa 15: Mapa da nova regionalização do Polo Munim, Maranhão.



Fonte: BRASIL, 2017. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

Nesse contexto, os municípios adicionados ao Polo Munim (Mapa 15) não atendem aos critérios quanto à formação de um novo arranjo regional turístico. A regionalização priorizou a decisão política, oportunizando a possibilidades de captação em investimentos externos resultado de programas governamentais que incentivam e priorizam o desenvolvimento turístico regionalizado. O interesse na captação de recursos é em sua maioria, intuitiva ou baseada em fatores como políticas regionais administrativas, mas que são alheias ao turismo.

A organização do Polo Munim, desde sua constituição até 2017 (recorte temporal desta dissertação), manteve-se em constante mudança na sua estrutura organizacional.

Quadro 11: Organização do Polo Munim por ano de regionalização do Mtur.

MUNICÍPIOS	ANO			
	2010	2013	2016	2017
Axixá	X	X	X	X
Cachoeira Grande	X	X	X	X
Icatu	X	X	X	X
Morros	X	X	X	X
Presidente Juscelino	X			
Rosário	X	X	X	X
Chapadinha				X
Vargem Grande				X

Fonte: MARANHÃO, 2000. MARANHÃO, 2010. Mtur, 2017.

Verificando o Quadro 11 podemos observar que Presidente Juscelino está ausente a partir de 2013 até 2017. Ainda no ano de 2017 adicionam-se dois novos municípios. As constantes alterações na composição das regiões turísticas compromete a consolidação da imagem desse polo turístico. Além disso, com as alterações retoma-se o questionamento da concepção de Polo Munim, já que envolve municípios com diferentes níveis de preparação e de potencialidades, o que pode explicar a fragmentação cada vez maior dos conceitos de regionalização turística propostos pelas políticas públicas federais e estaduais.

No que se refere à infraestrutura, a perspectiva está diante da implementação da linha de ferry-boat que ligará São Luís à Icatu (Anexo III). Nesse, o Terminal localizar-se-á a 22 km da sede de Icatu, mais precisamente no povoado Santa Maria, enquanto o da

capital maranhense ficará na localidade Quebra Pote. O projeto tem como objetivo desafogar a BR-135 e proporcionar aumento do fluxo de pessoas à Barreirinhas, mas na prática concorrerá para revalorizar as terras e induzir a ocupação a partir do turismo em todo o Polo Munim (FERREIRA, 2017). Além disso, o projeto prevê ajudar o desenvolvimento econômico do Polo Munim, que integrará o roteiro complementar da Rota das Emoções (PASSOS, 2017, p.05).

A implementação desse empreendimento poderá potencializar o acesso dos municípios insulares da Região Metropolitana da Grande São Luís na direção de sua unidade que fica no continente, Icatu, sendo capaz de articular maior visibilidade aos municípios do Polo Munim, e conseqüentemente revalorizar as terras e incentivar diversos usos, além de estimular o deslocamento na direção de outros polos do próprio estado.

Sob o prisma do turismo cultural, as práticas da culinária cooperam substancialmente para o entendimento das características intrínsecas a cada localidade visitada, “apresentando referências históricas e étnicas; formas de preparação, temperos, receitas modernas e tradicionais, saberes culinários, espaços de alimentação, entre outros aspectos” (CASTRO, 2012. p. 166).

Diante disto, além de fazer parte da cultura de cada localidade, a alimentação pode/deve ser apontada como um produto diferenciado economicamente, visto que, permite aos viajantes por meio de degustação material da localidade visitada.

Com grande potencial gastronômico, o município de Axixá, precisamente no povoado Ruy Vaz no trecho da BR-402, já comercializa a juçara como produto turístico. A comercialização desse fruto vem atraindo visitantes para os pequenos empreendimentos que estão distribuídos no povoado ao longo do trecho dessa rodovia. A distribuição destes empreendimentos no trecho da BR- 402 tem como facilitador por ser um dos principais acessos que interligam São Luís a Barreirinhas.

Em entrevista com uma das proprietárias de pontos de venda de Juçara foi recitado que:

Tem dia que a gente não dá conta. Vende pra mais de 300 (litros). Aqui fica lotado dos turistas que vem de Barreirinhas e dessas bandas daí. Domingo é o dia mais cheio... Só a Juçara de Axixá não dá conta, chega toda noite um caminhão do Pará para abastecer, se não a gente não tem juçara pra vender. (Entrevista, informação verbal, setembro 2017)<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> Entrevista concedida por moradora de Axixá. [Set. 2017]. Entrevistador: Edilana Wasney Vieira. Axixá/MA.

O consumo da Juçara como produto turístico, além de manifestar a identidade cultural do município, passa a fazer parte das atrações consumidas pelos visitantes que cortam a rodovia federal em direção a Barreirinhas.

Com perspectivas de atingir maior número de visitantes, alguns proprietários de empreendimentos ao longo da rodovia estão investindo nas reformas dos pontos comerciais (Figura 46) em busca de ofertar melhor infraestrutura para os visitantes.

Figura 46 – Comercialização de Juçara na BR 402 em Axixá, 2015 e 2017.



Fonte: VIEIRA, E, W. Junho, 2015; Julho, 2017.

Os investimentos nas infraestruturas que comercializam a Juçara proporcionam a especulação imobiliária e valorizam as terras no trecho da BR-402. Como consequência desta valorização, outros empreendimentos já vislumbram a reforma de suas infraestruturas transformando o valor de usos de suas terras em valor de troca mercantil. Diante disso, nota-se que a atividade turística é responsável pela transição de valores de usos em valor de troca no povoado Ruy Vaz em Axixá como consequência da comercialização de um produto turístico.

Cabe ressaltar, portanto, que a gastronomia local pode contribuir para a inclusão social podendo integrar e complementar a oferta turística do Polo Munim, promovendo geração de trabalho e renda, além de se tornarem espaços de aproximação entre turista e comunidade local. Além disso, percebe-se que a identidade cultural através do consumo

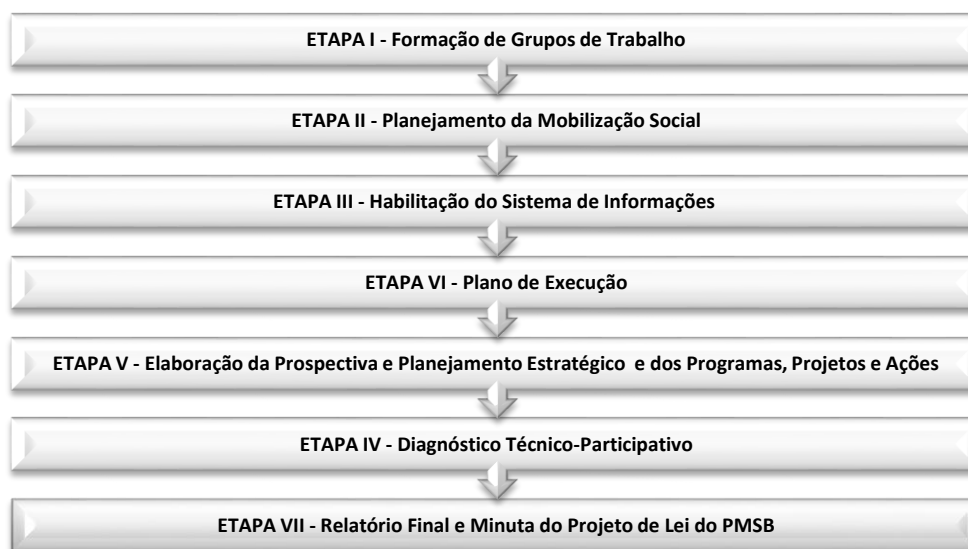
da Juçara como produto diferenciado pode tornar o polo turístico em destaque mais competitivo no mercado turístico.

Diante dos precários indicadores de saneamento básico instalados no Estado do Maranhão e atendendo tardiamente às diretrizes da Lei 11.445/2007, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), órgão do Ministério da Saúde, e a Universidade Federal Fluminense (UFF) firmaram dois Termos de cooperação técnica para a elaboração de PMSB.

Estão aptos a participar do processo de cooperação os municípios com menos de 50 mil habitantes que não dispõem do Plano Municipal de Saneamento Básico, não tenham recebido recurso público para a mesma finalidade e não tenham licitações com contratado ou conveniado investimentos na área (BRASIL, 2014).

Dentre os 150 municípios contemplados no Estado do Maranhão, Axixá, Cachoeira Grande, Morros e Rosário aderiram ao projeto e serão contemplados com o PMSB. A existência deste plano é condição para que o município receba recursos da União destinados a serviços de saneamento básico. A elaboração do Plano seguirá seis etapas consecutivas (Figura 47).

Figura 47: Etapas de elaboração do PMSB.



Fonte: Universidade Federal Fluminense, 2017. Organização: VIEIRA, E.W. 2017.

Axixá, Cachoeira Grande, Morros, Presidente Juscelino e Rosário encontram-se atualmente (Dezembro de 2017) na Etapa II. A primeira etapa compreendeu a formação de grupos de trabalho, organizados em comitês, contemplando diferentes atores sociais.

Posteriormente, a segunda etapa correspondeu à mobilização da sociedade civil com o objetivo de promover a efetiva mobilização e participação social (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2017).

Após a conclusão das demais etapas, o PMSB será elaborado, assim como a minuta de Projeto de Lei, que deverá estar em conformidade com os dispositivos inseridos no PMSB e as demais normas vigentes. Essa minuta será submetida à discussão com a população através de audiência pública e posteriormente encaminhada à Câmara de Vereadores. O PMSB, depois de aprovado e sancionado em lei municipal, deve ser implantado e executado pelo órgão do município responsável pela execução da política municipal de saneamento básico de modo que minimize os baixos índices do Estado do Maranhão.

Os investimentos em saneamento básico tendem a valorizar os municípios, ao mesmo tempo em que impulsionam ainda mais a demanda por áreas onde a vocação para o turismo já é uma realidade. De fato, para que ocorra a prática do desenvolvimento sustentável do turismo no Polo Muni é necessário, além dos PMSB, investimentos em infraestruturas cuja eficácia garanta a regulação do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas às populações fixas e aos turistas que chegam a essas cidades sazonalmente.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Investigar o território como alicerce para o planejamento do turismo acarreta em evidenciar os aspectos que discriminam esse território a partir da percepção da situação atual local. É imprescindível identificar quais são as reais potencialidades, estruturas, conflitos e os entraves procurando encaminhar ações capazes de conciliar os interesses da sociedade.

Para se consolidar como atividade responsável e adequada, faz-se necessário conciliar o planejamento turístico integrado envolvendo a participação ativa da população local, gestão municipal e estadual, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de gestão do desenvolvimento do turismo. É indispensável que os órgãos governamentais assegurem a organização, consolidação, política e econômica das comunidades para que as mesmas passem a ter voz ativa nas decisões que abrangem e/ou comprometem as atividades que podem/devem ser desenvolvidas nos municípios.

O Brasil seguiu uma trajetória nas políticas de planejamento turístico até meados dos anos 1990 de forma centralizada, posteriormente nos anos 2000 aderiu arcabouço institucional que viabilizou a descentralização do turismo. Com as “novas” políticas descentralizadoras surgem às regiões turísticas propostas pelo Ministério do Turismo. Adiante, as Unidades da Federação seguem essa nova estruturara e assim estabelecem suas regiões turísticas respaldado neste modelo.

O Estado do Maranhão insere-se nesse contexto com a elaboração do Plano Maior (2000 e 2010) segmentando seu território em 10 polos turísticos oferecendo um modelo mercadológico que não se atenta às peculiaridades das necessidades locais. Como consequência cada um dos dez polos é organizado como aglomerados de municípios homogêneos, cujas metas, objetivos e ações não conseguem superar as adversidades de gestão política, econômica, ambiental e social.

Na estrutura do Plano Maior não se observa nenhuma orientação de qual metodologia aos polos turísticos devem adotar para atingir melhor rentabilidade na oferta e nos produtos turísticos. Isto demonstra a própria fragilidade do plano quanto à ausência de metodologias que direcionem as ações dos gestores para a concretização das metas pré-estabelecidas pelo documento.

No Polo Munim, recorte espacial proposto nesta pesquisa, exhibe uma diversidade de atrativos, singular à localização de seus municípios. Os municípios que compõem o

polo turístico apresentam baixos indicadores socioeconômicos e isso já demonstram a precariedade de suas políticas públicas que permitem equidade social.

Foi possível observar inúmeros fatores que contribuem para a não consolidação de uma atividade turística ordenada no polo investigado. Inicialmente destacamos que foi constatada a fragilidade na gestão compartilhada do Polo Munim. Um dos principais desafios é a nossa estrutura pluripartidária que não possui alinhamento entre as esferas públicas, isto é, a União tem uma proposta que pode até aplicar-se ao estado, porém não adequa-se politicamente na escala municipal.

No mesmo sentido, outro fator que prejudica o desenvolvimento do polo Munim como região turística é a ausência de uma gestão compartilhada entre os gestores municipais entre si e entre os gestores e a sociedade civil. A falta de diálogo entre as gestões compromete as ações em conjunto em prol da elaboração e efetivação de produtos turísticos que contemplem os municípios envolvidos. A estreita relação entre os gestores e a comunidade local também compromete a efetivação de ações que atendam aos anseios da comunidade.

A realidade supracitada demonstra que a gestão compartilha proposta pelo Mtur não se concretiza no polo investigado. Assim compromete a consolidação da imagem de região turística composta pelos seis municípios.

Observamos que não há uma priorização e efetividade pela governança territorial quanto à elaboração de planos diretores e plano de manejo que adotem o turismo como atividade modificadora do território. A priorização dessas políticas de ordenamento territorial e sua atuação em conjunto em prol do desenvolvimento local poderiam ser uma alternativa de suporte as políticas públicas de turismo.

Sobressaltamos que o Plano Maior tenta induzir o turismo no polo em uma escala regional não se atentando às precárias condições de infraestrutura básicas municipais. Constatou-se que os investimentos em infraestruturas ainda são insuficientes para atender a comunidade local e aos visitantes. Foi possível verificar, por exemplo, a escassez de saneamento básico e inexistência de tratamento dos resíduos sólidos, a sinalização defasada que não cumpre as finalidades mínimas de orientação turística, infraestruturas básicas de acesso a transporte em péssimas condições, dentre outros.

Para que todas as necessidades da comunidade local e da atividade turística sejam de fato solucionadas é indispensável que ocorra um planejamento prévio do turismo, minimizando impactos negativos que possam vir a acontecer.

Vislumbrando o planejamento do polo em apreço, a Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão elabora o Plano Estratégico do Polo Munim como base para as tomadas de decisões das gestões municipais.

O Plano Estratégico do polo Munim deveria ser gerado e conduzido de forma a garantir gestão do turismo para que seja planejada e amparada em bases territoriais e legais vigentes, visando o seu desenvolvimento em prol das comunidades locais. Contudo, salienta-se que o plano não consegue atingir suas metas em virtude dos desarranjos das secretarias municipais. Assim são engavetados e a atividade turística, quando acontece, acaba se desenvolvendo de forma inadequada e inconsistente.

Como consequência da não efetividade dessas políticas públicas o polo Munim divide-se em duas realidades: boa parte de seu território não possui atividade turística predominante, como contraponto, territórios turísticos especializam-se com maior expressividade às margens do Rio Munim propiciando uma fragmentação territorial a partir das mais diferenciadas formas do turismo se apropriar do território.

A apropriação do território pode ser observada principalmente na distribuição dos equipamentos e serviços turísticos, do qual boa parcela concentra-se em Morros e Rosário enquanto os demais possuem pouco ou nenhum serviço que atendam a atividade turística. Este arranjo do território representa a lógica do capital e seu poder de transformação dos espaços de interesse turístico em mercadoria.

Diante dessas situações acima citadas, as perspectivas identificadas para o polo analisado é a ocupação de um território desordenado e desassistido de políticas públicas que acompanhem e mitiguem os conflitos de seus usos.

A atividade turística deve ser interpretada e planejada adequadamente a fim de extinguir os conflitos e promover melhorias de vida da população local, o que pressupõe levar em conta os interesses da comunidade. O que é proposto pelo Plano Maior em termos de melhoria na qualidade de vida da população e desenvolvimento socioeconômico a partir da inserção da atividade turística no Polo Munim continua algo ainda descrito em documentos oficiais e que na prática tem baixo efeito multiplicador para a comunidade.

Á vista disso, assistimos à institucionalização de projetos eminentemente teóricos e que em sua maioria não se efetivam pelo fato de não possuírem a preocupação em considerar as particularidades locais e agem tratando as comunidades do Polo Munim de forma padronizada e homogênea.

Deste modo, é necessário não só a elaboração de projetos turísticos, mas a efetivação dos planos pelos gestores em conjunto da comunidade de forma que se aproximem com as realidades locais baseados nas relações sociais já estabelecidas.

## 7. REFERÊNCIAS.

ALVES, Flamarion Dutra; SALES, Elias Júnior Cârama Gomes. **O Estudo do Turismo na Ciência Geográfica: Propostas Teórico- Metodológicas.** Anais do VI Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Caxias do Sul- RS, 2010. ISSN 1806-0447. 11p.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo: fundamentos e dimensões.** 8 ed. São Paulo: Àtica,1998.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARAÚJO, Cíntia M.; CÉSAR, Pedro de A. B. Dimensão político-institucional do turismo no Brasil. In. BENI, Mario C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters.** Barueri, SP: Manole, 2012. p. 257-282.

ARAÚJO, C. M.; TASCHNER, G. Turismo e políticas públicas no Brasil. In: BENI, M. C. (org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão.** Desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012. p.69-86.

ARAÚJO. S, F.L. **Lugares, Olhares e Imagens: uma breve discussão sobre planejamento turístico.** Múltipla. Brasília, 10 [16]: 71-91, junho, 2004.

BARBOSA, A. L. Relação organizacional para o desenvolvimento regional do turismo. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters.** Barueri, SP: Manole, 2012. p. 131 - 155.

BARBOSA, A; REGO, Conceição (1999) - Recreio e turismo In: João Ferrão (Org.), **Ambiente e emprego: situação actual e perspectivas,** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 277-315.

BAHL, M. Planejamento Turístico por meio da Elaboração de Roteiros. In: RUSCHAMNN, D. M.; SOLHA, K. T. (org.). **Planejamento Turístico.** Barueri: Manole: 2006.

BANDEIRA, Pedro. (2007) Uma Experiência de Institucionalização de Regiões no Brasil: Os COREDEs do Rio Grande do Sul. **Anais do Primeiro Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável,** Florianópolis. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30419> . Acesso em: 10/12/17.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo.** 7ª edição. São Paulo: Senac, 2002.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo.** 2ª edição. São Paulo: Senac, 1998.

BENI, M.C. **Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo.** Turismo em Análise. v. 8, n. 1, p. 8, 1999.

BENI, M.C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, M. C.; CURY, M. J. F. Bases territoriais e redes do cluster de turismo. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012. p. 487- 516.

BEZERRA, Maria do Carmo Lima. **A necessária articulação entre os instrumentos de gestão de APA urbanas e o plano diretor**. Revista eletrônica e-metrópolis. Rio de Janeiro, ano 1, n.3, p 36-45. set 2015. ISSN 2177-2312.

BRAGA, Debora Cordeiro. **Planejamento Turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2007. ISBN 85.352.2089-5, 225 p.

BRAGA, Roberto. **Plano Diretor Municipal: três questões para discussão**. Caderno do Departamento de Planejamento, Faculdade de Ciências e Tecnologia-Unesp, Presidente Prudente, v.1,n.1, p.15-20, ago. 1995.

BONI, V. QUARESMA, S.J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC 2005; ed 2: p.68-80.

BRASIL. Estatuto da Cidade: **Lei nº. 10.257, de 10 de Outubro de 2001**. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm). Acesso: 05 de out 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística / Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007.**

BRASIL. **Decreto nº 24.163, de 24 de Abril de 1934** (BRASIL, 1934). Institui a Comissão Permanente de Exposições e Feiras e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24163-24-abril-1934-505054-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 22 de out 2016.

BRASIL. **Decreto nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL,2010)**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 2010. Disponível em : <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em: 24 de setembro de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940**. Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo. Legislação, Brasília, DF, 1940. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2440-23-julho-1940-412448-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 de out 2016.

BRASIL. **Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958.** Institui a Comissão Brasileira de Turismo. (COMBRATUR). Legislação, Brasília, DF, 1958. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 de out 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.** Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 1966a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm)>. Acesso em: 10 de out 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991.** Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8181.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8181.htm)>. Acesso em: 10 de out 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7381-2-dezembro-2010-609612-norma-pe.html>> Acesso em: 10 de out 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.503 de setembro de 1997.** Artº 81. Código de trânsito Brasileiro. . Legislação, Brasília, DF, 1997. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10617345/artigo-81-da-lei-n-9503-de-23-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 10 de set 2017.

BRASIL. **Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece as diretrizes nacionais sobre o Saneamento Básico. Brasília, DF, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm). Acesso em: 07/12/2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.** Cadernos Cidades Desenvolvimento Urbano. Vol. 1. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Programa de Modernização do Setor Saneamento.** Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico – Brasília: Editora, 2009. Vol.1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Programa do Artesanato Brasileiro.** Ata do Seminário Nacional com os Coordenadores do Programa do Artesanato Brasileiro, Brasília, 03 e 04 out. 2006. Disponível em:<<http://pab.desenvolvimento.gov.br/Doc/AtaSemNacionalCoordenadores3.pdf>>. Acesso em: 01/10/2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil.** Brasília: Mtur, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo (2001). **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/41-guia-brasileiro-de-sinalizacao-turistica.html>. Acesso: 01/12/2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo Diretrizes**. Brasília: Mtur, 2013. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/images/programas\\_acoes\\_home/PROGRAMA\\_DE\\_REGIONALIZACAO\\_DO\\_TURISMO\\_-\\_DIRETRIZES.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf) > . Acesso em 04/11/2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Categorização dos municípios das Regiões turísticas do Mapa Brasileiro**. Brasília: Mtur, 2016. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/perguntas\\_respostas\\_catego\\_2016.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/perguntas_respostas_catego_2016.pdf). Acesso em : 02/11/2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**. Brasília: DF. Disponível em:< <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/41-guia-brasileiro-de-sinalizacao-turistica.html> >. Acessado em 10 de setembro de 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Relatório Final de Projeto. **Programa de desenvolvimento do Turismo no Nordeste**. Banco do Nordeste. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/prodetur>. Acesso em: 22 de março 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Novo Mapa Turístico do Maranhão**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAtimas-not%C3%ADcias/6469-maranh%C3%A3o-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>> Acesso em: 22 de março 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. (2011). **Inventário da oferta turística**. Brasília: Ministério do Turismo. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/inventariacao\\_da\\_oferta\\_turistica.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf). Consultado em: 18/04/2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. (2015): Disponível em:< <http://www.turismo.gov.br/convenios/contratos-de-repasse.html>>. Consultado em: 10/04/2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Orientações para a atualização do mapa de turismo brasileiro 2017**. Disponível em:< [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/doc\\_orientador\\_mapa2017.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/doc_orientador_mapa2017.pdf)> Consultado em:25/10/2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo: retratos de uma caminhada. Estratégia e gestão**. Brasília: Embratur, 2002.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Programa de PósGraduação em Geografia /UNESP, 2003. p. 235-248.

CARVALHO, G. L. **Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014)**. Mercator, v. 15, n.1, p. 87-99, jan./mar., 2016.



CARVALHO, Sonia Nahas de. **Estatuto da Cidade**: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. São Paulo em Perspectiva, v.15, n.4, p.130-135, 2001.

CASTRO, Fernanda Meneses de Miranda; SANTOS, Juliana Gomes Marinho dos. **A cultura gastronômica como atrativo turístico**: relato de uma experiência de pesquisa nos Restaurantes de Aracaju/SE. Revista Hospitalidade. São Paulo, v. IX, n. 2, p. 155 - 174, jul.- dez. 2012

CASTRO, N. A. R. de. **O lugar do turismo na ciência geográfica**: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. USP, 2006.

CATRAMBY, T. C. V.; COSTA, S. R. R. da. **Qualificação profissional em turismo como fator de competitividade do setor**. Caderno Virtual de Turismo. Vol.4 Nº 3, 2004. Disponível em: . Acesso em: 10/11/2017.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br> > Acessado em: junho de 2017.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. In: GEOGRAPHIA, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 1, nº 2, 1999. p. 7-26.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, Rogério Haesbaert da. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p.6774-6792.

COSTA, Rogério Haesbaert da. 2006. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. **O litoral do Maranhão, entre segredos e descobertas**: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil. 2015. 264 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia , Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e Geopolítica**: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: Hucitec, 1992.

CONTI, J.B. Ecoturismo, paisagem e geografia. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (Org.). **Ecoturismo no Brasil**: Possibilidades e limites. SÃO PAULO: Contexto, 2003.

COVAS, A.; COVAS, M. (2013). **A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade dos territórios-zona aos territórios-rede construir um território de múltiplas territorialidades**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 3 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pg. 43- 66.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado; CUNHA, Lúcio (1993) - **Ambiente e práticas**

**turísticas em Portugal.** Inforgeo, 6, Lisboa, pp. 85-91.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. **Turismo, território e o mito do desenvolvimento.** Espaço e Geografia, vol. 3, no 1, jan-jun 2000: 19-26.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a Geografia do Turismo.** 2.ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia A. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado.** Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez. 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da et al. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares.** São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

CUNHA, Licínio. **Economia e Política do Turismo.** Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos: Por uma Geografia do Litoral.** Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-62.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Pérciles Carvalho. **A Refinaria Premium I no município de Bacabeira: Perspectivas e impactos socioeconômicos de um projeto de enclave no Maranhão a partir de 2010.** 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios.** In SAQUET, Aurélio Marcos e SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Presidente Prudente – SP, ano 15, Ed. Especial. 2012. p. 07-17.

FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. A inserção do espaço geográfico na política de turismo. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais.** Brasília: Ler Editora, 2013. p. 245-263.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A reestruturação urbana Maranhense: dinâmica e perspectivas.** São Luís: EDUFMA, 2017.

FERREIRA, Antônio José de A. **O Estado e as políticas do urbano em São Luís**. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **O turismo e a produção do espaço no Estado do Maranhão, Brasil**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (58). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24558.htm> [ISSN: 1138-9788]

FERREIRA, D. S. **Território, Territorialidade e seus Múltiplos Enfoques Na Ciência Geográfica**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17. 2014. p.111-135.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTOURA, Leandro Martins; ANDRADE, Sabrina de Assis. **Turismo e Geografia: o planejamento territorial do turismo**. Anais do II Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. Paraná, 2008.

FRATUCCI, A. C. **Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico**. GEOgraphia, ano II, n.4.2000, p.121-133.

FRATUCCI, A. C. **Turismo e território: relações e complexidades**. Caderno Virtual de Turismo. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, 2014 v. 14, supl. 1, p.87-96.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GÂNDARA, J. M. G. et al. Reflexões sobre o Turismo Gastronômico na perspectiva da sociedade dos sonhos. In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. (Org.). **Segmentação do mercado turístico – estudos, produtos e perspectivas**. Barueri: Manole, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p. 37- 46.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização**. etc., espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ICATU. Prefeitura Municipal de Icatu. **Plano diretor de Icatu**. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal: Lei de uso e ocupação do solo. Icatu: Prefeitura de Icatu, 2006.

IPHAN. **Portaria Nº 441, de 13 de dezembro de 2011**. Torna pública a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário.

JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, Hucitec, 2001.

LIMA, Vanuzia Brito; ASSIS, Lenilton Francisco de. **Mapeando alguns roteiros de trabalho de campo em Sobral (CE): uma contribuição ao ensino de Geografia**. Revista da Casa de Geografia de Sobral. Sobral: v. 6/7, n. 1, 2004/2005

LUCHIARI, M. T. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M. T. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2ª ed. Campinas: Papirus, pp.105-130, 2001.

MARANHÃO. **Decreto nº 12.428 de 05 de junho de 1992**. Cria no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental de Upaon-Açu/ Miritiba/ Alto Preguiças, com os limites que especifica e dá outras providências. São Luís: D.O.E, de 12.06.1992, Ano LXXXVI, n. 113.

MARANHÃO. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Implantação das Regiões de Planejamento**. São Luís: Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. São Luís: SEPLAN, 2008.

MARANHÃO. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Situação do Baixo Munim**. São Luís: IMESC, 2012.

MARANHÃO. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano. **A grande São Luís: Estudo Técnico**. São Luís: SECID, 2016.

MARANHÃO. Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB). **Região do Munim ganha sistema integrado de transporte**. 2016b. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/regiao-do-munim-ganha-sistema-integrado-de-transporte/>>. Acesso em: 17/10/2017.

MARANHÃO. Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA. **Plano de Manejo da APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças**. São Luís. 2015.

MARANHÃO. Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão. **Matriz de atratividades do Polo Munim**. São Luís: Sectur, 2014.

MARANHÃO. Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão. **Matriz de atratividades do Polo Munim**. São Luís: Sectur, 2017.

MARANHÃO. Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão. **Plano de ações estratégicas do Polo Munim**. São Luís: 2014b.

MARANHÃO. Secretaria Estadual do Turismo. **Plano maior - Maranhão 2020: "turismo a certeza do futuro"**. São Luís: SETUR, 2011.

MARTINS, CAROLINE CHRISTIANE DE SOUZA. **Política e Cultura das Histórias do Bumba meu boi**: São Luís Século XX. 2015. 160f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense.

MINASI, Sarah Marroni. **Território como base para o planejamento turístico**: análise da gestão pública do turismo na região extremo sul do RS/Brasil. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <[http://btd.unisc.br/Dissertacoes/Sarah Marroni Minasi.pdf](http://btd.unisc.br/Dissertacoes/Sarah%20Marroni%20Minasi.pdf)>. Acesso em: 14/10/17.

MIORIN, V. M. F. **Uma abordagem dialético-materialista para a organização do espaço**. Geografia, Londrina, v. 6, p. 07-54, 1991.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 16ª ed. São Paulo, Hucitec, 1998.

MORAES, A. C. R. Introdução. In: **Ratzel**: geografia. São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, A.C.R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: **Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005.

MORAES, Luiz Roberto Santos. Política e Plano Municipal de Saneamento Básico: aportes conceituais e metodológicos. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Modernização do Setor Saneamento. **Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico**. Brasília: Editora, 2009. Vol.1

MOREIRA, Tiago Silva. **Gestão Metropolitana**: a região metropolitana da grande São Luís e desafios das políticas urbanas . 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Desafios do planejamento em políticas públicas**: diferentes visões e práticas. Revista de Administração Pública, v.40, n.1, p.273-288, mar./abr. 2006.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **Sinais e Símbolos Turísticos**: guia ilustrado e descritivo. Tradução Gabriela Scuta Fagliari. São Paulo: Roca, 2003. 218 p.

PACHECO, Conceição de M. dos Santos. **A constituição, a formulação e a circulação do tambor de crioula do Maranhão**. 2013.118 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina.

PASSOS, Vivian. **Ferryboat terá nova rota**. O Imparcial, São Luís, 9 de janeiro de 2017, Caderno Vida, p.5.

PAULA, M. M. **Institucionalização, estratégia de desenvolvimento e padrão de espacialização**: eixos estruturantes para uma retrospectiva do planejamento governamental do turismo no Brasil. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.253-272, ago. 2013.

PEREIRA, C. A. S. Políticas públicas no setor de turismo. *Turismo em análise*, v. 10, n. 2. ECA-USP, nov. 1999.

PEREIRA JUNIOR, A. N. Turismo e desenvolvimento regional. In: OLIVEIRA, F.B. (Org.), **Política de gestão pública integrada**. FAPERJ/FGV: Rio de Janeiro, 2008, p.224-230.

PETROCCHI, Mario. **Turismo Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de polos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTANA, A. R. A; LOPES, N. F. S. N; ROCHA, C. R; PINHEIRO, E. A. L. Educação Ambiental como ferramenta para sustentabilidade: Conscientização ambiental de proprietários de bares e turistas na área do Rio Una, Morros/ MA. In: CASTRO, C. E; MASULLO, Y. A. G. **Gestão Ambiental, uma diversificada ferramenta na consolidação de paradigma ecológico inovador**. São Luís: EDUEMA, 2016.p.147-168.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. Por uma geografia das redes. In: **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999c. p. 208-222.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, María Laura. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. **Análise do plano de desenvolvimento turístico do estado do Maranhão**: potencialidades e entraves na gestão de pólo turístico. *Revista Turismo Visão e Ação*. v. 11, nº 02. p. 218-241, 2009.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. **O turismo e a produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma prática Sócioespacial.** Revista Geografia Ensino e Pesquisa. Vol.16, nº 2, maio/ago, 2012. ISSN 2236-4994. Pag. 47-61.

SILVA, Carla Holanda. **Território: uma combinação de enfoques – material simbólico e espaço de ação social.** Geografar, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 98-115, jan./jun. 2009.

SILVA, Francimilo Gomes Santos da; MELO, Rodrigo de Sousa. **A contribuição da sinalização turística para o desenvolvimento turístico da cidade de Parnaíba (PI, Brasil).** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 3-20, 2012.

SILVA, J. M.; COSTENARO, A. **Planejamento estratégico: um recurso para o desenvolvimento do turismo municipal.** In: ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO, 28, Curitiba. Anais. Curitiba: EnANPAD, 2004. 1 CD.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II.** Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SILVA, Reginaldo Conceição da. **“Na gira da umbanda”:** exercício etnográfico sobre expressões de afrorreligiosidade na “fronteira” e no Terreiro da Cabocla Jurema em Tabatinga, Amazonas. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão.

SOLHA, K.T. Política de Turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUCHMANN, D.M.; SOLHA, K. T. **Planejamento Turístico.** Barueru, SP: Manole, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 11 outubro 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Planos Diretores em Municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares.** Revista Formação, n.15 volume 2 – p.13-24. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/612/626>. Acesso em 18/10/17.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A.D; SPOSITO,E.S; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento : diferentes abordagens .** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004b.

SPOSITO, M. E. B. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.

STEINBERGER, Marília. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: STEINBERGER, Marília.(Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013, p. 31-64.

TOMELIN, C.A. Gerenciamento da cadeia de suprimentos e relacionamento nas agências de viagens. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012. p.397- 417.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São. Paulo (SP): Ática, 1993.

RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In:BEUREN, I.M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Geografia do turismo notas introdutórias**. São Paulo, 1992. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47112> / Acesso em: 06 de abril de 2017.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR-NE. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 147-162.

RODRIGUES, Melania P. **Gestão social do território: experiências no estado do Maranhão**. Brasília: IICA, 2005.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

ROSÁRIO. Prefeitura Municipal de Rosário. **Plano diretor de Rosário**. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal: Lei de uso e ocupação do solo. Rosário: Prefeitura de Rosário, 2006.

ROVER, Oscar. **Obstáculos e exigências para a governança regional**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 7, n. 1, 2011.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA e CARVALHO (Orgs.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUSCHMANN, Doris. **Marketing turístico: um enfoque promocional**. Campinas: Papirus, 2000.



TROVÃO, Jose Ribamar. **Programa SEBRAE de Turismo**. São Luís - MA: 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **O Projeto: Planos Municipais de Saneamento Básico. Saneamento Municipal**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.saneamentomunicipal.com.br/o-projeto>>. Acesso em: 7 Dez. 2017.

VALVERDE, R.R.H.F. **Transformação no conceito de território: competição e mobiliade na cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.119-126, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Meio Ambiente & Desenvolvimento**. São Paulo: Senac, 2006.

VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA**. Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília.

VIEIRA, E,W. FERREIRA,A,J,A. SERRA,D,J,S. **Turismo e Território: Planejamento Turístico para o desenvolvimento sustentável do Polo Munim, Maranhão**. Revista da Casa da Geografia de Sobral. [online]. Sobral:. V. 18, n. 2, p. 100-117. Disponível em: <<http://uvanet.br/rcgs>> ISSN 2316-8056

VIEIRA, J.M. **Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo: uma perspectiva estratégica**. Lisboa – São Paulo: Verbo, 2007.

VIEIRA, Elias M.; ALMEIDA, Joaquim A.; SOUZA, Marcelino de. **O turismo rural como vetor de desenvolvimento regional e local**. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 5., 2006, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: FACOS/UFSM, p.122-130, 2006

**ANEXOS**



# O IMPARCIAL

Ano 107 Nº 34.643 | DOMINGO, 8 DE JANEIRO DE 2017 | CAPITAL E INTERIORES L20

www.oimparcial.com.br

VOCÊ

GASTRO



Tudo Arruma a mala aê!

Veja como organizar a bagagem para não passar apertos



O sucesso da Ópera de Puccini

Flagrantes do badalado Gaia Bistrô Lounge

Metidos a VIP e a maldita palavra TOP na crônica de Alex Palhano



Tiquira

Aguardente típica do Maranhão, a tiquira é a base perfeita para diversos coquetéis

Finanças

Especialista explica como ficar no verde durante 2017

Pele

Veja como evitar as olheiras

Elite

Lorena Barbosa Determinação e autoconfiança

PEIXE

O fino sabor dos rios

Peixe da água doce pode ser o ingrediente principal de receitas equilibradas.

## Barreirinhas mais perto

### Ferryboat vai ligar São Luís a Icatu e diminuir trajeto em 1h



PARTIDA

Praia do Arraial, no Quebra-Pedra, na Ilha de São Luís

Trajeto do novo Ferryboat vai diminuir em 1h a distância feita por terra entre a capital e Icatu







CHEGADA

Praia de Santa Maria, em Icatu

O NOVO SISTEMA VAI LIGAR, POR MAR, SÃO LUÍS A ICATU E À REGIÃO DO MUNIM, COM TRANSPORTE DE FERRYBOATS. O PERCURSO DEMORA UMA HORA A MENOS, DESAFOGA A BR-135 E AUMENTA O FLUXO PARA BARREIRINHAS. O SERVIÇO DEVE ENTRAR EM OPERAÇÃO NO INÍCIO DO SEGUNDO SEMESTRE DESTES ANO.

OPINIÃO

A visão imparcial

Jornalismo e opinião

Tebaldo Jorge

Região de colaboração

Felipe Casaroli

Presidência Social

José Carlos Espírito Santo

FALA, PREFEITO



Vianey Bringel:

missão de refazer Santa Inês

Governo diz que pesquisa definiu local do prédio da Funac/Aurora

EMPREGO

Veja como voltar



Buiú é finalista



De São Luís para o Corinthians

Corinthians fica próximo de anunciar contratação: Paulo, ex-não jogador do Santa Cruz

## ANEXO II – Revista Polo Munim. Junho de 2015.

**AXIXÁ**

**ICATU**

**Munim**

**ROSAÁRIO**

**MORROS**

**QUEM CONHECE VOLTA SEMPRE!**

**ROTEIRO COMPLEMENTAR ROTA DAS EMOÇÕES**

**JERÊ-DELTA-LÊNÇÓIS**

**MUNIM**

**PREFEITURA DE CACHOEIRA GRANDE**  
Comunidade e Qualidade de Vida

**PREFEITURA DE ITAIPU**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORROS**  
Comunidade e Qualidade de Vida

**MUNICÍPIO DE ROSÁRIO**  
Município do Amanhã

**Presidente Juscelino**  
1956-1961

**Um recanto natural como só existe no Maranhão**

**FÁCIL CHEGAR AQUI! NO PÓLO MUNIM**

Para chegar no Pólo Munim, saindo de São Luís, você deve pegar a BR-135, depois pegar a MA-110. Conheça também os roteiros complementares de cada município (pelo, vale a pena conferir!). Participe das festividades juninas da região, a alegria é contagiante! Se você é daqueles que curtem a mãe natureza, fique sabendo que o Munim oferece vários passeios em áreas ambientais, trilhas, sítios, barcos ou canoas. A natureza exuberante da região oferece também um cenário ideal para se desenvolver os mais diversos tipos de esportes de aventura.

Fonte: SECTUR-MA, 2015.

ANEXO III – Folder de atrativos turísticos de Vargem Grande, Maranhão.

**Carnaval**

**Turismo Religioso**

**Festejo São Raimundo Nonato dos mulundos**

**Atrativos naturais**

**Balneário Mousinho**

**Barra do MUNIM**

**Parque dos Buritis**

**Vargem Grande do Maranhão  
A Flôr do Iguará**

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO  
SECTUR

MUNIM

VARGEM GRANDE

Fonte: Secretária de Turismo de Vargem Grande,2017.

## **APENDICES**

## APÊNDICE I



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS.  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E  
DINÂMICA DO ESPAÇO.**

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS ABERTAS

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Público Alvo:** Representante da secretária de Turismo Municipal e representante da secretaria de turismo do Estado de Turismo.

**Temas:**

1. Estruturação do Polo Munim;
2. Principais atrativos;
3. Investimentos em infraestrutura municipal;
4. Relação município x Estado;
5. Relação Polo Munim x Estado;
6. Relação do município com os demais componentes do polo turístico;
7. Relação município x comunidade local;
8. Fórum e conselho de turismo municipal;
9. Instância de governança do Polo Munim;
10. Gestão, planejamento e ordenamento das atividades turísticas do município;
11. Documentação vigente: Plano Maior; Plano de ações estratégicas do Polo Munim; Planos de turismo municipal, Lei Orçamentária Anual, Plano diretor, outros documentos.

## APÊNDICE II



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS.  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E  
DINÂMICA DO ESPAÇO.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS ABERTAS

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Público Alvo:** Comunidade local, pescadores, empresários, artesãos e demais residentes dos municípios que compõem o Polo Munim.

**Temas:**

1. Principais atrativos turísticos;
2. Relação Comunidade x Turismo;
3. Relação Comunidade x Secretaria;
4. Conflitos e Perspectivas da comunidade;
5. Principais demandas da comunidade;
6. Principais mudanças após o turismo.